



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 55, SÁBADO, 15 DE ABRIL DE 2023



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - (cargo vago)
- 4º - (cargo vago)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 28^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE ABRIL DE 2023

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Preocupação com o uso das redes sociais como fomentadoras dos discursos de ódio e violência, o que motiva a necessidade de realização de audiência pública para discussão do tema. Reflexão acerca da liberdade de expressão e de seus limites no contexto das redes em uma sociedade democrática. Apelo para a importância do não compartilhamento de casos de violência extrema. Registro da inclusão do Presidente Lula na lista das cem pessoas mais influentes em 2023 pela revista <i>Time</i> , dos Estados Unidos.	8
Senador Izalci Lucas – Temor da inviabilização da CPMI destinada a investigar os atos de 8 de janeiro pela retirada de assinaturas dos parlamentares. Defesa da manutenção do Veto nº 46/2023, pelo Congresso Nacional, como forma de garantir segurança jurídica de atuação aos agentes policiais que efetuam controle de manifestações. Argumentação a favor do incentivo ao empreendedorismo, por meio da compensação do prejuízo com os lucros de investimentos em <i>startups</i> , dado o risco de tais projetos.	15
Senador Styvenson Valentim – Reflexão sobre a necessidade de priorizar a atenção básica de saúde como forma de prevenir doenças, especialmente o câncer, e trazer economia aos cofres públicos, uma vez que a profilaxia tem um custo inferior ao tratamento médico. Preocupação com o aumento do número de casos de câncer, com alerta à população para a necessidade de buscar atendimento médico periódico.	23
Senador Eduardo Girão – Preocupação com supostas movimentações políticas para dificultar a instalação da CPMI que tem como objetivo investigar os atos do dia 8 de janeiro. Questionamentos quanto ao tratamento dado aos participantes que tomaram parte nesses protestos. Inquietação com a possibilidade de inibição de futuras manifestações pacíficas no País.	33
1.2.2 – Realização de Sessão	
Realização de sessão especial em 14 de abril de 2023, às 14 horas, destinada a comemorar o Dia Mundial de Luta Contra o Câncer.	40
1.2.3 – Convocação de Sessão	
Convocação de sessão não deliberativa para 17 de abril de 2023, às 14 horas.	40
1.3 – ENCERRAMENTO	40



2 – ATA DA 29^a SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 14 DE ABRIL DE 2023

2.1 – ABERTURA	42
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Mundial de Luta Contra o Câncer, nos termos do Requerimento nº 236/2023, do Senador Styvenson Valentim e outros Senadores.	42
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	42
2.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Styvenson Valentim)	42
2.2.3 – Homenagem à Sra. Thyfani Brito Carvalho, com exibição de vídeo	44
2.2.4 – Oradores	
Senador Eduardo Girão	44
Sr. Aldo da Cunha Medeiros, Presidente da Liga Norte Riograndense contra o Câncer	45
Sr. Luciano Luiz da Silva Júnior, Coordenador Executivo da Liga Norte Riograndense contra o Câncer	46
Sra. Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida	50
2.2.5 – Execução das músicas “Acreditar” e “Como é Grande o meu Amor por Você”.	51
2.2.6 – Oradores (continuação)	
Sr. Gustavo dos Santos Fernandes, ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica	52
Sra. Maria Angela Marini Vieira Ferreira, Presidente da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace)	54
2.2.7 – Apresentação do Grupo Doutores do Riso	57
2.2.8 – Oradores (continuação)	
Sra. Patrícia Andrade (Dra. Zenhoca), Coordenadora do Grupo Doutores com Riso	57
Sr. Arisson Tavares, Escritor	58
Sra. Luci Ishii, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasiliense de Apoio ao Paciente com Câncer (ABAC Luz)	59
Sra. Maria Gorete Gabriel Soares, Grupo Bonitas	61
Sra. Regina Celma Sousa, Presidente do Movimento de Apoio ao Paciente com Câncer do Hospital de Base de Brasília	64
Sra. Ruskaya Zanini	66
Senador Izalci Lucas	67
2.2.9 – Exibição de vídeo do Dr. Henrique Prata, Presidente do Hospital de Amor de Barretos.	69
2.2.10 – Oradores (continuação)	
Senador Rodrigo Cunha	69



Senador Eduardo Girão	72
2.2.11 – Exibição de vídeo da Sra. Olga Freire, fundadora da Associação Peter Pan.	75
2.2.12 – Oradores (continuação)	
Sr. Weliton Fernandes Prado, Deputado Federal	75
2.3 – ENCERRAMENTO	78

PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Ofício nº 4/2023, da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e do Ofício nº 9138/2023, do Banco Central do Brasil, à Comissão de Assuntos Econômicos.	80
---	----

3.1.2 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 10/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 5970/2019	82
Nº 11/2023-CDH, sobre a Sugestão nº 11/2019	90
Nº 12/2023-CDH, sobre a Sugestão nº 9/2022	97
Nº 13/2023-CDH, sobre a Sugestão nº 34/2019	104

3.1.3 – Projetos de Lei

Nº 1882/2023, do Senador Zequinha Marinho, que <i>disciplina os mandatos de membros de entidades de classe e de organizações de interesse público.</i>	112
--	-----

Nº 1884/2023, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que <i>altera a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública, para tratar, entre outros temas, da ampliação do acesso à internet e do uso de tecnologias.</i>	116
---	-----

Nº 1896/2023, do Senador Laércio Oliveira, que <i>altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para desburocratizar o apoio do Governo Federal às ações de resposta face a situações de emergência e de calamidade pública.</i>	122
---	-----

Nº 1904/2023, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que <i>altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de trinta horas semanais, em favor dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.</i>	127
---	-----

<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 1904/2023.</i>	135
--	-----



Nº 1911/2023, da Senadora Margareth Buzetti, que *dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães* 136

3.1.4 – Requerimentos

Nº 316/2023, do Senador Paulo Paim, de voto de solidariedade ao Sr. Gelson Lucas Aguiar dos Santos. 141

Nº 317/2023, do Senador Jaques Wagner e outros Senadores, de realização de sessão especial em 12 de maio de 2023, destinada a comemorar os 50 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). 144

3.1.5 – Término de Prazos

Término do prazo, em 13 de abril de 2023, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução n^{os} 1 e 5/2023. 149

Término do prazo, em 11 de abril de 2023, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 4396/2019. 150

PARTE III

4 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA

Ata da 1^a Reunião, realizada em 14 de março de 2023 152

5 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 175

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 205

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 208

8 – LIDERANÇAS 209

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 211

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 215

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 216

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 240



Ata da 28^a Sessão, Não Deliberativa,
em 14 de abril de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência dos Srs. Styvenson Valentim e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 10 minutos e encerra-se às 12 horas e 48 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Abertura da sessão não deliberativa, do dia 14/04/2023, sessão das 10h.

Há número regimental.

Declaro aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do Aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

Senador Paulo Paim, pela ordem, o senhor ocupa a tribuna, como sempre, como o primeiro colocado. Estou sentindo falta do Senador Kajuru.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.)

– Senador Styvenson, é uma satisfação estar na tribuna, neste momento, com V. Exa. coordenando os trabalhos, com o Senador Girão e com o Senador Izalci, que estão no Plenário.

Sr. Presidente, eu quero falar um pouco hoje sobre as redes sociais. É um tema que a Comissão de Direitos Humanos... Senador Girão, se eu não me engano, tem até lá um requerimento seu para debater esse tema também. Eu vou falar aqui sobre as redes sociais.

As redes sociais, ou redes digitais, estão sendo usadas radicalmente no Brasil. Muitas vezes incitam o ódio, a violência, o racismo e diversas fobias. Tudo isso preocupa todos nós. E por isso, Senador Girão, já teremos uma audiência pública provocada por V. Exa., cujo eixo de debate é esse, as redes sociais.

Isso aumentou, de forma expressiva, nos últimos anos, deixando todos nós perplexos e até com medo. O medo é normal que as pessoas sintam, uns mais e outros um pouco menos, mas todos sabem que o medo faz parte das nossas vidas. Nichos transformaram as redes sociais em depósitos de verborragia, onde o vale-tudo é a regra. A terra de Marlboro é uma fala popular, mundial, para expressar um lugar sem lei. Liberdade de expressão e de opinião não é liberdade de agressão, de ofensa; não é fomento à criminalidade, não é fomento a mortes e até a assassinatos, como estamos vendo crescendo no Brasil.

Os resultados são trágicos. Não podemos subestimar o potencial negativo que elas têm no indivíduo que as utiliza e também no chamado inconsciente coletivo. Eu costumo dizer que é uma viagem sem volta, sentimentos e comportamentos dos mais desumanos se fazem aflorar – e ninguém, em sã consciência, pode querer isto, instigar que a parte mais ruim do ser humano seja aflorada.

Vamos falar só de um dos últimos casos, senão eu vou ter que falar das facadas que o menino deu agora em quatro, mais daquele caso em que três crianças foram mortas a machadadas – meu Deus, que é isso? Ao longo da minha vida, nesses 73 anos, quando eu penso que já vi tudo, percebo que não vi nada. Nunca tinha ouvido falar isso, nunca tinha visto três crianças numa escola serem mortas a machadadas.

Fomenta-se, assim, a violência, o ódio de irmão contra irmão, o racismo, a homofobia, a xenofobia, o feminicídio, a pedofilia. Fomenta-se, assim, a capacidade da criminalidade, da psicopatia – entre aspas – “daqueles que precisam de palco para se autoafirmar” e saem matando pessoas. É inadmissível isso, é um de um crime hediondo de que nós estamos falando aqui, é de crimes hediondos.

Mas este processo não é por acaso. Na minha opinião, é devido à complexidade da tecnologia. Estamos aqui discutindo, queiramos ou não, todos os dias, no Brasil e no mundo, a inteligência artificial e a influência.

Sr. Presidente, há um tratamento específico, e aqui para compor um pouco mais desta minha fala,



eu cito Niall Ferguson, *A praça e a torre: redes, hierarquias e disputas pelo poder*, de 2019.

A nossa esperança, senhoras e senhores, é termos cidadãos da internet. Mas o que vimos hoje no Brasil, especificamente, é a proliferação do primitivismo em rastilho de pólvora a explodir no nosso país. Incabível que divulguem montagens com discurso de ódio contra homens públicos. Isso é inadmissível! Inaceitável que deixem proliferar nas redes chamamentos para atentados e massacres. O pânico se instala nas famílias, entre os jovens, na escola, em toda a sociedade, no campo e na cidade.

Pesquisa da RD mostra que no Brasil são 171,5 milhões, olhem bem, 171,5 milhões de usuários ativos nas redes sociais, 79,9% da população brasileira, ou seja, 80% da população brasileira. Esse número representa um crescimento de 14,3% ou de 21 milhões de usuários de 2021 para 2022. Portaria do Governo visa à responsabilização das plataformas digitais na vinculação de conteúdos com apologia à violência nas escolas.

Todos nós temos que nos movimentar contra essa violência, que, para mim, é inexplicável. É tão absurda que só pode ser considerada crime hediondo e todos nós temos o dever de falar desse tema, como eu tenho visto outros Senadores lá na Comissão de Direitos Humanos e aqui no Plenário, também, falando.

A Comissão de Direitos Humanos deste Senado, da qual sou Presidente, não vai se omitir – não vai se omitir. Vamos, sim, ouvir especialistas de todas as áreas, do Governo, da oposição, Facebook, Twitter, Instagram e TikTok. Por isso, eu lembrei do seu requerimento. Não está citado o seu nome aqui, mas eu lembrei quando escrevi, dizendo: “Olha, o Girão, se não me engano, já tem lá um requerimento”. E, se for em cima do seu requerimento, vamos construir, se for necessário, uma audiência, duas audiências, tantas quantas forem necessárias, para ajudarmos a combater essa chaga do mal.

Temos que tratar as redes sociais como direito humano. Assim eu penso. E, se assim o é, com normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Não podemos permitir que usem esse espaço privilegiado para a perversidade, para pregar o ódio, a destruição e até o assassinato; para incitar instintos selvagens e cruéis, para atacar a democracia, a liberdade e as políticas humanitárias, o voto, proliferar *fake news*, atiçar um contra o outro. Não podemos permitir isso. Temos que ter posição.

Uma pesquisa da Universidade de Ijuí, no meu Rio Grande do Sul, mostra o alto grau de violação dos direitos humanos na internet. Abro aspas: “É uma das práticas mais frequentes, por meio de comentários, *posts* ofensivos e até discussões” sem nexo, que vão para a ofensa pessoal. Eu sempre digo: mesmo o homem público, ele tem todo o direito de pensar diferente, situação ou Oposição, ter visões que não sejam as mesmas, mas nem por isso você tem o direito de tratar o outro como se fosse um inimigo mortal, como se instalasse um campo de guerra, não é isso e não é por isso que nós estamos aqui.

Eu tenho, e falo por mim aqui, Senador Styvenson, Senador Girão, Senador Izalci – que está aqui no Plenário também, ele tinha se deslocado, mas já está aqui de volta –, eu tenho uma relação com todos os senhores. Agora Senador Girão, por um requerimento seu, eu vou ao seu estado para um debate que vai ter na Assembleia sobre a questão da saúde. E qual é o problema? Não vejo problema nenhum.

Estarei lá, claro, representando a Comissão de Direitos Humanos, mas o requerimento é de sua autoria. Como iria aos outros estados, a qualquer estado, porque foi uma decisão, quando eu assumi, que o Plenário tomou, teríamos também diligências. E nas diligências eu vou tentar estar em todas presente.

Aí alguém disse: “Mas tu vais ter pique para estar?”. Olha eu só não vou ter pique quando eu estiver lá deitadinho para sempre, com a alma indo para o céu. Até lá eu estarei sempre fazendo aquilo que eu entendo que é defender causas justas.

Sr. Presidente, eu digo que um espaço público tem que ser um instrumento potencial para defender a democracia, a liberdade, a justiça e as políticas humanitárias. Mas também temos de entender que se não tiver nada que dê um norte, que dê um guia, ele se mostra um instrumento frágil.



Faço um espaço para fazer um apelo aos que nos assistem neste momento pela nossa tão querida TV Senado, que é um instrumento de liberdade. A TV Senado, a Agência Senado, a Rádio Senado, são, sim, um instrumento de liberdade. Aqui, todos são ouvidos. Qualquer um que vier a esta tribuna por aquilo que ele falar é responsável, a TV Senado bota no ar, porque é ao vivo, aqui não tem censura. E eu agradeço muito pelo potencial que é hoje a TV Senado para fortalecer a democracia.

Aos que estão nos ouvindo pela Rádio Senado, pela TV Senado e pela própria Agência Senado, peço a todos, a todos, independentemente dos elogios que eu fiz aqui ao sistema de comunicação aqui do nosso Senado, mas a todos, todos os veículos que não repassem mensagens de ódio, de violência e de incitação ao crime, que não compartilhem – estou me refiro aqui às redes sociais –; observem o comportamento dos seus entes queridos, dos seus filhos, de seus familiares, alunos, amigos. Isso é muito importante, é prevenção, é prevenção!

Nelson Mandela dizia, a frase é antiga, mas eu a repito tantas vezes quanto for necessário, ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele – e eu diria pelo que pensa ou pelo que fala –, por sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar as pessoas, vocês precisam aprender. Aprender a odiar? Não! Aprender, sim, a amar.

E Nelson Mandela diz: se podem aprender a odiar, com muito mais facilidade podem aprender e ensinar o amor, a importância de amar.

Senhoras e senhores, é sobre isso que estamos falando. Temos que ensinar as pessoas a amar, a respeitar, a sermos solidários, fraternos, tolerantes, seres humanos, a respeitar a vida, respeitar o outro, a adversidade e a diferença.

Sr. Presidente, eu termino agora, nos últimos dois minutos, só para fazer um registro. Registro, com alegria – acho que é importante para todos nós, para a democracia, para o mundo –, que o Presidente Lula foi incluído na lista das cem pessoas mais influentes em 2023, segundo a revista *Time*, dos Estados Unidos. O perfil do Presidente é assinado pelo ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, em que ele aponta Lula como um campeão do clima em um contexto de ações políticas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Abrem-se aspas:

Depois de anos de degradação e destruição ambiental sancionadas [...] [infelizmente pela participação em muitos países], o povo do Brasil escolheu um novo caminho ao eleger um campeão do clima [diz o ex-Vice-Presidente] em Luiz Inácio Lula da Silva.

O perfil destaca que o Presidente Lula prometeu fortalecer a posição do Brasil no mundo, renovando o compromisso do país com a democracia, justiça e equidade [...] [com a própria economia e com a responsabilidade social].

Lula aparece na categoria “líderes”, ao lado de políticos como os presidentes dos Estados Unidos, Joe Biden, e da Colômbia, Gustavo Petro, [entre outros].

A lista [...] inclui [...] políticos, artistas, empresários e esportistas e não estabelece uma ordem de classificação. Nenhum outro brasileiro está na lista [...].

Eu faço questão de destacar que a lista coloca os cem com mais destaque, sem dizer: esse é o primeiro, esse é o segundo, esse é o melhor, esse é por esse motivo ou não. Diz e coloca ali o motivo de estar entre as cem pessoas com mais destaque no mundo.

Era isso, Presidente.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Querido Senador Paulo Paim, se o senhor puder me dar um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza, Senador Girão.



O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Com a aquiescência do nosso Presidente, Senador Styvenson Valentim, que é também um idealista da questão da educação no Brasil, a Escola Maria Ilka, que eu tive a oportunidade de conhecer no Rio Grande do Norte, tem um trabalho seriíssimo dentre essas escolas que trabalham a ordem. E, infelizmente, o atual Governo, com todo o respeito a quem pensa diferente, não priorizou as escolas cívico-militares, que a população abraçou. Há filas grandes para entrar, para ter novas oportunidades, e este Governo, infelizmente... E o Ministro da Educação, que é do meu estado, uma das primeiras coisas que fez foi desmobilizar esse programa, que foi um sucesso e que eu tive a oportunidade de testemunhar na escola coordenada pelo Senador Styvenson.

Mas, Senador Paulo Paim, eu queria lhe parabenizar pelo seu pronunciamento, pela sua forma democrática de ser. Isso aí é inegável. O senhor colocou para votar o requerimento extrapauta para a gente ouvir as *big techs*. Têm outros nomes também que eu gostaria de sugerir que a gente possa ouvir nessa audiência que vai ser marcada ainda sobre essa contenção. E a tecnologia tem que ser usada a favor da vida, sim, e não só para vender coisas, como a gente percebe na inteligência artificial funcionando com algoritmos, Senador Styvenson. Ela pode interferir em ataques? Pode! E os órgãos de Estado – o Ministério da Justiça, a Polícia Federal – podem se utilizar das *big techs* para identificar quem, porventura, está estimulando isso, porque me parece algo orquestrado, pelo que a gente tem visto aí, o temor. As minhas filhas estudam numa escola e ontem, para dormir, foi difícil e isso está acontecendo com todo mundo, de diferentes classes sociais, o temor pelo que está acontecendo nas escolas.

Agora, se tem algo orquestrado, o Governo tem que identificar rápido, e as *big techs* têm que ajudar. Agora, isso não é motivo, quero deixar isso muito claro, Senador Izalci, isso não é motivo para o oportunismo, que espero que não ocorra no Brasil. Fiquei surpreso com a fala do Ministro da Justiça relacionando os ataques nas escolas com os atos do dia 8 de janeiro, uma coisa que não tem absolutamente nada a ver com a outra. Ele faz essa ligação, no meu modo de ver, oportunista.

Eu também estava vendo uma matéria que, por exemplo, teve o relatório do Governo de Transição – olha a gravidade disto: o relatório do Governo de Transição –, ainda de dezembro, 13 de dezembro de 2022. “Relatório [...] produzido com pesquisadoras da Rede da Campanha aponta como coibir violências geradas por discursos e práticas ultraconservadores”, em 13 de dezembro, falando de atentados em escolas que ainda não tinha. Aí você vai pegar quem financia essa ONG e são Fundação Bill e Melinda Gates, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, financiada por... São instituições que defendem a legalização do aborto, questão ideológica mesmo, a indústria farmacêutica e isso aqui me preocupa muito, com relação ao que a gente está vendo. Que não se use isso para criminalização do discurso conservador, do discurso da direita, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Aliás, Presidente, teve um professor que, depois do covarde ataque, relatado pelo Senador Paulo Paim, que aconteceu em Blumenau, uma tragédia, teve um professor, em Joinville, Senador Izalci, que você acredita que ele defendeu os ataques? Ele defendeu, ele fez uma defesa. Aí foi se pesquisar esse professor, Senador Paulo Paim – é por isso que a gente não pode misturar alhos com bugalhos, porque a gente tem que entender qual a origem disso –, esse professor, sabe o que ele fazia? Ele critica que no mundo tem muita gente – o que é um discurso muito utilizado por ambientalistas, inclusive – e ele critica a religião das pessoas, zombava da religião das pessoas, alunos estão testemunhando lá, ou seja, o meu receio com a caçada à liberdade de expressão que a gente está vivendo no Brasil é que isso seja usado, e a gente precisa ficar atento, como uma forma de calar mais ainda os conservadores que estão sob ataque numa democracia em que a gente vive no Brasil.

Então, Senador Paulo Paim, eu o cumprimento pelo discurso, para a gente ter atenção com relação a isso. O senhor é muito cuidadoso com isso, eu testemunho isso, o senhor é muito cuidadoso.



E a gente tem que ter muito cuidado para não entrar em narrativas que possam, de alguma forma, levar para o lado político. A questão é humana, a questão é realmente técnica. E a gente precisa ter atenção a isso.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão, tenha certeza absoluta... Eu uso muito o termo “políticas humanitárias”. Essa é a nossa preocupação. Se nós levarmos isso para um debate ideológico... Eu nunca virei à tribuna dizer que a pessoa que não pensa como eu penso no campo ideológico é culpada dos massacres e dos assassinatos. Nunca direi isso. Todos sabem que eu nunca direi, porque é irracional, a menos que seja uma pessoa realmente, eu vou usar o termo, “doente”. Se eu usar outro termo, vão dizer “não, nem ciclano faria isso”. Agora, se é doente, vá se tratar.

Agora, eu entendo, Senador Girão, que nós temos, ao mesmo tempo, de ter o cuidado devido para não dizer que o culpado é um setor conservador ou é um setor de centro ou de esquerda, culpado de algo irracional, de crimes hediondos como esses. Nós não podemos acusar uns aos outros. Não fiz isso ao longo do meu pronunciamento.

V. Exa. viu muito bem que eu me socorri, inclusive, do seu requerimento. Não vou apresentar um outro requerimento, mas vou apresentar um requerimento, sim, para que... E eu gostaria mesmo que o Ministro da Justiça... Fica aqui já o convite. Como alguém disse, eu repito: a Comissão de Direitos Humanos é uma Comissão em que se trata de todos os temas. Vou convidar o Ministro da Justiça – convidar – para que ele venha à Comissão de Direitos Humanos, como veio a Ministra Anielle nesta semana. Passaram por lá 17 Senadores. Ela foi aplaudida de pé depois da sua exposição, pela sua simpatia, pela forma equilibrada e tranquila como fez toda a exposição. Vou convidar também o Ministro da Educação para que venha à Comissão de Direitos Humanos dialogar conosco. E tenho certeza de que eles virão para que a gente tenha oportunidade lá de ver...

Eu, por exemplo, desde moleque... Muitos são contra o sistema das escolas técnicas. Eu vim de uma escola técnica! Foi por isso que eu cheguei aqui. Eu era, Senador Styvenson, um vendedor de banana em Porto Alegre, numa feira livre de um primo meu. Felizmente, passei num concurso de escola técnica – naquele tempo, era concurso –; passei, confesso que entrei na suplência, mas entrei; e tive uma profissão que me permitia ganhar como se fosse hoje um salário de R\$5 mil. É claro que minha vida mudou: eu ganhava meio salário mínimo e passei para R\$5 mil.

As escolas militares sempre existiram, Senador Styvenson, em todos os governos que passaram. Ditadura ou não, sempre existiram. Colegas meus formaram em escolas militares, seguiram carreira ou não. E sempre existirão. O que não dá, na minha avaliação e na minha opinião, é a gente achar que todas as escolas agora vão ser escolas militares. Eu estou exagerando, porque sei que não é essa a intenção. Agora, também ninguém vai proibir que existam escolas militares. Sempre existiram e vão continuar existindo. Então, é importante que o Ministro da Educação venha, que ele coloque o que ele está pensando, como ele está vendo este momento.

E eu tenho certeza de que o Governo sabe que esta Casa é uma Casa de diálogo. É aqui que nós vamos construir os grandes entendimentos, seja na área da educação, seja na da saúde, seja na da habitação, seja na das liberdades, seja para fortalecer a democracia, seja na área do próprio direito.

Vocês sabem que eu atuo muito no mundo do trabalho. Eu, por exemplo, sou o autor do Estatuto do Trabalho, e alguém já veio me perguntar: “Ah, o seu estatuto vai dizer que é tudo para o trabalhador?”. Meu Deus do céu, o Estatuto do Trabalho, se ele não tiver um equilíbrio, não passa nesta Casa! É ou não é? Vocês são testemunhas. Quem achar que vai fazer um Estatuto do Trabalho só para um lado ou só para outro está perdendo tempo e gastando dinheiro público. É um debate equilibrado, olhando os tempos



modernos. Como o mundo todo mudou – tecnologia, robótica, cibernética, como eu digo, inteligência artificial –, o Estatuto do Trabalho vai ter que ter esse olhar.

E as outras políticas todas também. Se nós queremos, de fato, um país para todos, é para todos! Não é só para quem é de esquerda, de direita, ou de centro. Eu acredito que podemos construir.

Na Comissão de Direitos Humanos, eu tenho tido esse cuidado. Todos lá têm voz. Todos os requerimentos, de uma forma ou de outra – podemos ajustar aqui, ajustar ali, porque faz parte –, serão aprovados. Todos que eu apresentei foram aprovados. E todos que foram apresentados foram aprovados.

Temos lá uma coisa pendente ainda, vou dizer aqui – e aqui eu concluo, neste um minuto –, da Senadora Damares, que quer uma Subcomissão – que, ao mesmo tempo, está na Mesa, para que seja uma Comissão permanente – sobre a questão da criança e do adolescente. Então, estamos fazendo também esse debate, conversando e achando um caminho e vamos achar. Bom, se não é uma Subcomissão, pode ser um ciclo de debates que nós vamos ter que fazer sobre esse tema, por exemplo, o que é um meio-termo. Naturalmente, quem apresentou o requerimento... É como é o seu caso, em relação ao seu estado para discutir saúde lá, sendo que eu fiz questão de botar prevenção na minha agenda já, para estar lá, junto, com os três Senadores, chamando o Governo do estado, chamando a prefeitura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... chamando os hospitais, chamando todos, como propõe V. Exa. e como fizemos aqui, para fazer um debate fraternal, solidário, em que a vida e as políticas humanitárias estejam em primeiro lugar.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senador Paulo Paim, se o senhor me permitir um pequeno comentário sobre essa postura....

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Faço questão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... essa postura inelutável do senhor, que é irretocável, de vendedor de banana, para quem não conhece... Eu não conhecia essa história.

O senhor quer um aparte?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah!

É só um comentário sobre o seu discurso. Eu entendi o que o Senador Eduardo Girão... E as pessoas que assistem em casa podem entender também e não ficar com preendimento... Ninguém tratou aqui de censura, ninguém tratou aqui de proibição, ninguém tratou de nada disso. Está-se tratando de violência. O senhor falou, especificamente, de violência na escola. O Senador, quando pediu a palavra, disse que parece que existe uma orquestra... Não! É a orquestra dos *likes*, é a orquestra do surgimento, nas redes sociais, dessas figuras que buscam esse tipo de aparição na vida virtual. E parece que se encorajam, por trás da tecnologia, para cometer esses absurdos.

Eu digo que isso não é só na escola. O meu estado passou por 12 dias de ataques terroristas quando, quanto mais se atacava e mais se publicava, mais se divulgava, mais aconteciam esses ataques.

E parece, Senador Paulo Paim – e o senhor me corrija, com a experiência que o senhor tem, sendo um dos poucos Senadores que eu vejo aqui que tem uma postura realmente retilínea e inabalável, pois, mesmo sendo ideologia de esquerda, o senhor aceita os requerimentos, como o senhor mesmo disse, o



senhor debate os assuntos, encara de frente –, que, quando o senhor trata de violência em redes sociais, violência contra as mulheres, contra o negro, contra o idoso, contra as crianças, de todo tipo de violência, Senador Eduardo Girão e Senador Izalci Lucas, está no DNA do brasileiro ou da humanidade gostar de violência. Ele quer ver a briga política, ele quer ver a briga no trânsito... Quando vê um acidente de trânsito, ele não vai lá prestar socorro, não; ele vê se a pessoa está morta, se foi despedaçada... Quando vê uma confusão, ele não vai apartar, não, ele não vai apaziguar, não; ele vai incentivar. Então, parece que isso já está no DNA da gente; culturalmente, foi cultivado.

É importante que a gente tenha essa providência. Existem meios de tirar esse tipo de violência. Existem, pois, da mesma forma que se posta, se tira. Ora, a gente às vezes quer postar com uma palavra alguma coisa e não consegue, não tem engajamento, não consegue ter, na rede social, a mesma exploração do assunto que um tema de violência tem. Eu garanto para você que esta sessão aqui, morna, ia bater recorde de audiência se eu saísse na mão agora com o Izalci numa briga. Se a gente fosse para a porrada, ia explodir esta audiência, todos os jornais iam mostrar. Ninguém quer ver a civilidade, ninguém quer ver a coisa realmente educacional.

Primeiro, meus parabéns pela postura. O senhor falou aí em um número alarmante: 80% da população brasileira usam isto aqui hoje, nas redes sociais. É irreversível isso aí, ainda mais para nós políticos, muitos fazem campanha por aqui. Este mesmo instrumento que é para divulgar coisas boas... Isso hoje emprega pessoas, hoje vende produtos, hoje faz um papel importantíssimo na sociedade. As redes sociais são importantíssimas, sim. Não tem como a gente negar isso. Elas ditam o ritmo de vida da gente, dizem o que a gente vai vestir, dizem o que a gente vai comer, dizem como é que a gente vai ser fisicamente, dizem o tipo de cabelo... Elas ditam o ritmo. Antigamente, era uma novela, era um filme... Na época dos mais experientes do que eu – não é, Izalci? –, um corte de cabelo era baseado num ator famoso. E hoje, não. É o que aparece nas redes sociais e que está tendo mais *likes*. Então, talvez seja esse o problema que a gente está passando hoje. O problema é que as redes sociais, as curtições, os comentários estão modificando o cérebro da gente. Parece que a gente está vivendo em dependência delas, a gente vive em dependência das redes sociais, exclusivamente para isso. E a gente não sabe lidar com o negativo, não, com a crítica; não sabe lidar com a chateação. A gente só quer mesmo o lado bom das redes sociais. E esse lado bom para uns é o lado ruim, é mostrar para as pessoas ali a violência.

Era isso que eu tinha que ressaltar. Eu entendi perfeitamente bem. Eu só acho que são tratamentos... Como o Senador Eduardo Girão colocou, são coisas bem separadas. Elas têm um lado bom – pelo menos no lado político, no lado social, no lado econômico, no lado de divulgação, no lado de fazer até mesmo um lado social, as redes sociais são importantíssimas – como têm o lado ruim, o lado da pedofilia, da violência, de tudo a que a gente está assistindo.

Parabéns pelo seu discurso e parabéns também por trazer esta informação que eu não sabia: eu não sabia que o senhor tinha sido vendedor de bananas. A gente olha o senhor assim e pensa que já nasceu Senador, não é? (*Risos.*)

Já apareceu Senador na Terra, não veio de uma origem como eu ouvi agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um contraponto em 30 segundos.

É só para dizer que a sua reflexão aqui é perfeita. Eu confesso que eu adoro vir à tribuna trocar ideias, até divergir, o que é natural, mas agressão, vir para cá agredir um Senador ou uma Senadora e eles me agredirem?! Eu não me presto a isso. Quando vem um Senador muito agressivo à tribuna, eu saio do Plenário, confesso que eu saio. “Ah, tu não vais responder?” Eu digo: “Eu vou perder o meu tempo com esse monte de agressões?”. E que quem está em casa também não gosta ou não gosta no primeiro momento, porque, se vem um outro à tribuna responder e vir aqui o botar o dedo na cara, daí, como



senhor disse, dá Ibope. Eu não me presto a isso!

Por isso, quero cumprimentá-lo pelo comentário final e também pelo aparte, que foi tranquilo, um aparte tranquilo, levantando preocupações. Nós estamos aqui para isso; senão, vamos para casa. E os comentários que V. Exa. faz têm uma linha de equilíbrio perfeita. Não estou dizendo que é a direita, a esquerda ou o centro que são os culpados, mas temos, sim, que achar aqueles que são culpados de estarem matando as nossas crianças nas escolas. Quem é que não vai ser favorável?! Foi o seu comentário, foi o seu comentário. Parabéns, Senador Styvenson. V. Exa. é equilibrado e tranquilo, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ocupa a tribuna agora o Senador do Distrito Federal Izalci, o nosso amigo Izalci.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto o Izalci se posiciona na tribuna, eu queria só, pela ordem, aqui, fazer um alerta à população, que neste momento nos assiste, com relação à denúncia que foi feita pelo Deputado Marcon, ontem, na Câmara dos Deputados, Senador Izalci, revelando uma suposta estratégia do Governo Federal em tirar assinaturas da CPMI do dia 8 de janeiro às vésperas da instalação no dia 18 de abril.

Isso é muito preocupante. O brasileiro que está nos assistindo deve acompanhar – de forma pacífica, ordeira, respeitosa como tem que ser, mas acompanhar – esses movimentos durante o final de semana e, sobretudo, no dia 17 de abril, porque é aquela velha história: onde tem fumaça, tem fogo. Então, a gente precisa saber.

Já tivemos denúncias de Parlamentares falando que estariam recebendo propostas de milhões, de dezenas de milhões de reais, para retirar as assinaturas da CPMI, e a gente precisa buscar a verdade. Todo mundo quer saber a verdade – pelo menos a maior parte dos brasileiros quer saber o que aconteceu no dia 8 de janeiro. Não pode demorar isso, porque tem gente presa. São os verdadeiros responsáveis os que estão presos? Ou tem outros financiadores? Tem outros que, por omissão, deixaram eventualmente quebrar, retiraram a Guarda Presidencial, desmobilizaram a Força Nacional de Segurança? Segundo a grande mídia falou, a Abin informou ao Governo Federal – 48 órgãos – isso dois dias antes do ataque. Então, por que antes queriam a CPMI e agora não querem mais? É esse o fato novo?

Que a população não receba um golpe da velha política, da barganha, de uma prática de cooptação, com a retirada de assinatura de Parlamentar de uma CPMI que está todo mundo esperando. O brasileiro está ansioso pela instalação dessa CPMI, que é mista: é Senado e Câmara.

Eu espero que o brasileiro continue acompanhando, cobrando, mobilizado, para que a gente possa buscar a verdade, a justiça, sobre o que aconteceu no dia 8 de janeiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Senador Styvenson, Senador Girão, esse era um dos assuntos que eu ia comentar aqui hoje. Já presenciei CPMIs das quais, duas horas antes do prazo da leitura, foram retiradas assinaturas, inviabilizando a CPMI ou a CPI.

Nós temos – Girão já sabe disso – informações – e as pessoas deixam para a última hora – de que há uma possibilidade de alguns Deputados – 20, não é, Girão? – retirarem assinaturas na segunda-feira. Então, o grande desafio nosso – e já estamos fazendo isso, já contactei alguns Deputados Líderes da Câmara – é ampliar as assinaturas até segunda-feira. Houve, numa primeira vez, a retirada de algumas assinaturas, mas imediatamente quase o dobro das retiradas foi acrescentado. Mas é a informação que temos, e acho que vai acontecer mesmo, é que alguns Deputados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Hein?



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, de Senadores já tem um número consolidado, acho muito difícil. Acho que, no Senado, a possibilidade de retirada de assinaturas é muito menor, mas, na Câmara, são muitas assinaturas, então o que a gente precisa fazer – é isso que tenho falado lá com alguns Deputados – é conseguir pelo menos mais 20 ou 30 até segunda-feira, porque o risco realmente é grande. Quando você vê silêncio, e já tem alguns dias que a coisa está bem silenciosa, não há comentário, é sinal de que a coisa está preparada. Então eu pediria até agora, aproveitando o final de semana, que os eleitores, os cidadãos de cada cidade pudessem procurar os seus Deputados e checar se eles assinaram ou não e, se não assinaram, pedir para que eles pudessem assinar isso até o meio-dia da terça-feira, para quando foi convocado o Congresso para votar os vetos e também fazer a leitura do requerimento da CPMI. Vamos fazer um esforço, cada um no seu estado, para que a gente possa consolidar isso, que é fundamental, mas muito fundamental, porque, de fato, tem muita coisa que tem de ser esclarecida. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. A omissão foi total do Governo Federal, mas tem muita gente que precisa responder sobre isso. Sei que o Exército está depondo agora, ontem e hoje, são 80 policiais do Exército, comandantes inclusive, para a gente ter um quadro de tudo isso.

Vejo também com muita preocupação o julgamento das pessoas que estão lá no presídio. Eu estive lá na segunda e, logo na sequência, também estiveram a Presidente, Ministra Rosa Weber, e também o Ministro Alexandre de Moraes. Nós saímos na hora do almoço, e eles devem ter chegado exatamente quando saímos – foi anunciado isso na terça-feira. Depois já saiu também dizendo que o Supremo irá julgar, exatamente 18 a 20, pelo menos cem, mas vai julgar virtualmente, e o Senado vai fazer o julgamento. Aliás, o Senado não, o Supremo; o STF é que vai fazer o julgamento. Não sou advogado, mas, pelo que pesquisei e conversei, de fato não seria competência do Supremo julgar esses presos que estão lá, que deveriam ser julgados na primeira instância, como qualquer processo legal. Então, é uma preocupação que a gente tem, porque a audiência de custódia foi assim, virtual, mas o juiz não tinha autonomia para fazer nada na audiência, então todo mundo ficou exatamente como estava.

Mas é uma preocupação que a gente tem e acho que a CPMI é fundamental para dar transparência. Muita gente diz que a polícia já está investigando, o Ministério Público está não sei o quê, mas aqui a gente faz de forma transparente. O resto é tudo segredo de Justiça, ninguém tem acesso. Aqui não, aqui é ao vivo e a cores, todo mundo pode acompanhar.

Ainda falando com relação à reunião do dia 18 do Congresso, Senador Styvenson, e aí V. Exa. conhece muito bem, eu não sei se V. Exa. já tomou alguma posição, desde 2001, a gente está tentando e não teve acordo nesse Veto 46, que trata exatamente de um tema, e isso foi colocado aqui hoje, o Girão falou muito bem, no Brasil, aqui nós somos reativos. Aconteceu, a gente faz alguma coisa; teve um ataque, a gente discute e tenta fazer alguma coisa. A gente não tem realmente um planejamento de segurança pública, nós não temos um plano. Temos o Plano Nacional de Educação que ficou na base da intenção porque, como não tem penalidade nenhuma, não tem consequência nenhuma, fazendo ou não, não afeta em nada. Então não funciona. A gente precisa ter uma política de Estado de longo prazo, de médio prazo.

Nós temos aí a Lei de Segurança Nacional e crimes contra o Estado democrático de direito. Isso é um projeto de lei, para vocês terem uma ideia, de 1991. Ele foi aprovado e oito dispositivos foram vetados. E os vetos... Aqui eu falando de segurança pública, em especial dos policiais militares, principalmente. Foram feitos diversos vetos, e um dos argumentos do veto é que a proposição legislativa contraria o interesse público ante a dificuldade de caracterizar, *a priori* e no momento da ação operacional, o que viria a ser uma manifestação pacífica, o que geraria grave insegurança jurídica para o agente público das forças de segurança responsáveis pela manutenção da ordem. Isso poderia ocasionar uma atuação aquém



do necessário para o restabelecimento da tranquilidade e colocaria em risco a sociedade, uma vez que inviabilizaria a atuação eficiente, a contento, dos excessos, no momento de grave instabilidade, tendo em vista a manifestação inicialmente pacífica, que poderia resultar em ações violentas. Ou seja, da forma como está nesse veto, são diversos parágrafos, artigos, o policial, eu acredito que ele não vá fazer nada porque, se ele reagir a qualquer coisa, vai perder a patente, a graduação ou vai ser preso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Mas ali no 8 de janeiro faltou contingente. Pode até ter muita gente, mas ninguém vai fazer nada porque qualquer policial, nesse artigo aqui, e querem derrubar o veto... O Governo, viu, Senador Styvenson, eu discuti, por exemplo, na Liderança do Congresso ano passado, o PT, o Partido dos Trabalhadores, o Zarattini foi o que mais colocou essa matéria em discussão, defende de todas as formas que se derrube o veto. Se a gente derrubar esse veto, nós não teremos mais reação do policial militar, porque tudo que ele fizer pode gerar consequências gravíssimas, inclusive pena, dependendo da situação, até de 8 anos, e já perde a patente. Então, mantendo esse veto a gente ainda consegue segurar; se derrubarem, e o Governo defende a derrubada, esquece.

Se não temos hoje... Se temos dificuldades de segurança hoje, teremos muito mais. Então, é muito importante o Veto 46.

É aquilo que foi falado aqui, Senador Girão, em nome de uma situação, em função de uma situação que acontece, os caras colocam uma coisa como essa.

Precisamos ficar de olho nisso, Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para apartear.) – Só de forma didática e pedagógica, quero falar sobre o Veto 46.

O Senador Eduardo Girão está perguntando para mim aqui: “Do que se trata?”. Trata-se daquele policial que está em uma manifestação – o senhor me corrija, se eu estiver errado –, que está ali para manter a ordem, para manter a ordem pública. Ele, com o seu efetivo, não vai poder fazer mais nada por receio de levar uma punição, porque justamente esse veto garante a ele ação, ou seja, em outras palavras, está tirando o poder de polícia dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Total.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Está excluindo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Para você ter uma ideia.

“... que resulte em lesão corporal grave, 2 a 8 anos”. Então, se o policial tem aqui – como aconteceu vários aqui –, se o policial chegar, se um manifestante desses extrapolar ou fizer alguma coisa e houver uma reação da polícia, que seja necessário agir, como tem que ser feito, senão não consegue, o policial está sujeito às penas: perder a patente, a graduação, reclusão de até oito anos.

“... de metade, com a pena de perda do posto de patente, graduação, se o crime é cometido por militar”. Se a ação é do militar ainda perde isso.

E se for arma de fogo – e, óbvio, que o policial está com uma arma de fogo, evidentemente –, aí é que é muito perigoso o cara ser preso já de imediato, pois, até oito anos, não tem nem fiança.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senador Izalci, perdoe-me estar atrapalhando a fala do senhor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não está atrapalhando não, muito pelo contrário. V. Exa. é um especialista.



O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Exatamente, sou da área policial.

Quando o senhor fala assim, numa manifestação, existe a palavra proporção de uso de força, então, por uma reação policial cada vez mais forte, depende de uma reação mais forte do que vier numa turba. O cara joga lá pedra, o cara joga gasolina, o cara joga coquetel molotov, o cara atira na polícia, o cara faz tudo durante uma ação e o policial, agora, vai ficar praticamente sem fazer nada, para o que ele vai servir?

Se para o uso da algema já tem uma súmula no STF que diz como é que tem que ser usada, nas condições tal, já começa por aí, se o STF, através de uma medida jurídica de um partido de esquerda que entrou, durante a pandemia, não pode mais subir nas favelas... Olha só como é o nível que a gente está de segurança pública!

Se a gente hoje está sofrendo problemas nas escolas é porque a gente perdeu a disciplina, perdeu a ordem, perdeu o respeito pelo professor, perdeu tudo isso, então, isso vem só somar com a situação que o nosso país já enfrenta e vem enfrentando passo a passo de forma lenta e a gente talvez não enxergue, está passando silencioso, como o senhor mesmo disse, ninguém fala dessas coisas aqui, que só comprometem mais.

Então, para o policial está cada vez mais difícil trabalhar, ele não quer se indispor, não vai perder, não vai ficar preso. O policial que vai usar uma bala de borracha, por desventura, no calor da ação, que atirar e lesionar uma pessoa, vai ser preso. Aquela pessoa que usar um bastão, que lesionar alguém, um policial que usar o bastão para poder conter, que é uma arma não-letal, aquele que usar uma *taser*, aquele que usar um gás pimenta, quer dizer, tudo isso agora vai virar o quê? Desuso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Tirar o poder.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E o policial vai ficar o quê? De braço cruzado? Fardado, levando pedrada na cabeça com o capacete, levando cuspe e tudo isso da população.

Então, essa forma que o senhor traz isso aí é importante para a gente discutir, Senador Eduardo Girão, porque eu estou com um projeto na CCJ – e eu peço ajuda dos Senadores – que está sendo relatado pelo Senador Kajuru – até liguei para ele e perguntei se ele tinha algum obstáculo de relatar isso aí –, de criminalizar de alguma forma, de tipificar como terroristas as ações das organizações criminosas, das facções, das milícias.

Eu nunca vi uma resistência tão grande, por parte do PT, para que essa pauta tramite. A gente não quer nada demais, a gente quer só tipificar. Olha só o nada demais em relação a um lado. Eu quero pegar as organizações criminosas, eu quero pegar as facções, eu quero pegar os bandidos que atentam contra a sociedade, aqueles que fazem o velho cangaço no interior afora, como foi feito agora no Mato Grosso, como queimou o meu estado, como queimou o do Girão. Pegar esses atos que são feitos por marginais que aterrorizam a população e transformá-los como terroristas. Mas é uma dificuldade. Aí quando a gente enxerga que entra com uma ação dentro do STF um partido de esquerda pedindo para não acionar a polícia, proibir de entrar em comunidades... Ora, aquelas pessoas têm direito sim a um policiamento, rapaz! Têm direito, sim, a segurança pública. “Não, mas aí é por questão da proteção do ser”. Não, ele está na zona de conflito. É o Estado que está falhando.

Então, quando a gente enxerga tudo isso e o senhor vem falar desse assunto. Eu que sou da área policial me coloco no lugar do policial na rua. Eu vou ficar de enfeite, vou ser uma grande árvore de natal segurando o fuzil, sem fazem nada. E talvez o policial esteja esperando daqui desta Casa uma reação contrária para conter justamente a violência.

Se a gente está tendo violência na escola, é porque o erro já vem anterior, já vem de uma família mal



estrutura e passa por uma escola em que a professora já não tem mais autoridade e coloca polícia, gente armada na escola, porta com detector de metal. Aí não corrige esse problema, o problema vem para a sociedade. O crime chama essas crianças, esses adolescentes, forma as suas organizações criminosas e vem atacar gente. Quando a gente vai ver, no final da história, a gente está enfraquecendo a legislação, Senador Izalci, enfraquecendo nosso policiamento e dando munição a bandido. Só isso que eu penso agora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É verdade, por isso que os vetos normalmente são aprovados assim quase que despercebidos. Aqui já é uma lei que teve um voto, derrubando o voto, imediatamente... E eu não vi. Na maioria das manifestações que acompanhei aqui mesmo em frente ao Congresso, como Deputado, e agora como Senador, sempre teve infiltrações, pessoas com interesse de tumultuar ainda mais, como aconteceu dia 8. Foi o que eu perguntei lá na Papuda. Vem cá, cadê essa turma dos vídeos aqui? Não estou vendo ninguém aqui. E eu não tenho nenhuma dúvida de que teve infiltração e teve gente que fez – não é? – exatamente para que a coisa acontecesse mesmo.

Lá nas manifestações de São Paulo, aquela de 2013, acho; aqui o *impeachment*, sempre tem alguém provocando, e se o policial não puder reagir, e é o que vai acontecer, derrubando esse voto aqui, aliás, derrubando o voto, o que vai acontecer é exatamente o que você falou: nenhum policial vai agir com medo de ser penalizado.

Então, só chamando a atenção, são vários vetos, mas esse aqui é o que mais me preocupa, porque já passamos aí alguns, acho que um ou dois anos discutindo isso aqui. Não é? Eu tentando inviabilizar a votação, o PT defendendo. Então, antes ele era oposição, agora ele é Governo; e me preocupa agora, como Governo, essa posição da derrubada do voto.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Você me permite um aparte, por gentileza, Senador Izalci?

Eu fico me questionando assim: rapaz, o que esse governo, o que o PT tem contra a ordem? Porque é uma coisa tão flagrante, é tão flagrante. Escola cívico-militar eles não querem.

O Veto 46 de que o senhor nos alertou agora aqui, eu lhe agradeço, que deve estar na pauta já... Já está na pauta do dia 18...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Já. Terça-feira.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Junto com a CPMI, que ninguém sabe se vai acontecer porque o movimento do Governo não quer, porque esse mesmo Governo não quer investigar. Ele, que se diz vítima; eu nunca vi uma vítima não querer investigação. São os chamados terroristas que querem investigar o que aconteceu. Olha a narrativa, está muito claro.

E agora eles querem amordaçar os policiais militares quando tiver alguma manifestação, alguma desordem, querem intimidar. O que eles têm contra a polícia? Ou eles têm ligação com o crime organizado?

São perguntas com dedução lógica, até porque teve aquele cara do PCC que, numa interceptação telefônica, disse que tinha um diálogo cabuloso com o PT. Aí, você começa a ligar as coisas, e é assustador. Onde é que nós estamos? Será que o Estado brasileiro vai se prestar a isso, onde tem a maioria de um povo de bem?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – E se fala em liberação de drogas.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Senador Styvenson está dizendo que eles falam em liberação de droga. Eles falam em liberação de aborto. Tudo de ruim. Tudo de ruim, gente, pelo amor de Deus! Onde é que a gente está? E querem calar quem pensa diferente, porque o discurso do Ministro Flávio Dino falando, relacionando os ataques às escolas com os atos do dia 8, que a narrativa está querendo dizer que foram pessoas perigosíssimas da direita... Mas cadê os infiltrados?



O senhor fez uma pergunta boa. Será que é por isso que o Governo Lula decretou o sigilo das imagens, para não ver que lá na Papuda não estão os infiltrados? Porque o senhor foi lá visitar e disse que não viu e perguntou pelos infiltrados. O que querem esconder da gente? A narrativa?

É por isso que, segundo a imprensa, segundo Parlamentares, estão oferecendo emendas para Deputados retirarem as suas assinaturas, estão oferecendo cargos? Que medo eles têm disso, gente? Está muito na cara.

Então, Senador Izalci, conte comigo. Estaremos juntos para manter o veto que o Governo quer derrubar: o Veto 46. É bom que a população entenda e comece a se mobilizar, porque é para amordaçar, para algemar a polícia.

Será que é por isso que a Guarda Presidencial, segundo a Abin, que foi informada – e 48 órgãos federais – de que o objetivo dos atos seria destruir fisicamente a Praça dos Três Poderes... Será que é nessa filosofia do PT que eles liberaram a guarda, o efetivo, não quiseram reforço? A Força de Segurança Nacional não quiseram. Dois dias antes, já sabiam e deixaram quebrar para ter essa narrativa?

Que Deus abençoe o Brasil!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É, Senador Girão, na prática, houve muito comentário. Espero que não aconteça, porque é a questão do objetivo de criar a Guarda Nacional, de você ter uma polícia não de Estado, mas uma polícia de Governo. Espero que isso nem chegue por aqui. Como já sabemos em outros países o que foi que aconteceu com a Guarda Nacional, então que a gente realmente fique de olho nisso.

Segundo, não tem um estado hoje que não tem um contingente mínimo atuando. Hoje, aqui na capital, menos da metade. E a gente não consegue rapidamente resolver essas questões.

Inclusive quero aqui ressaltar mais uma vez: nós já aprovamos aqui, por unanimidade, no caso do DF, a lei possibilitando a volta dos policiais que foram para a reserva nesses últimos cinco anos, porque nós perdemos no mínimo 4 mil policiais em função de um projeto de lei que estava aqui na pauta, saía, entrava na pauta. Cada vez que entrava, nós perdíamos mil, 500, 800 policiais. E agora a gente aprovou aqui. Está na Câmara, e espero que o Arthur Lira coloque na pauta, como ele prometeu publicamente, para a gente trazer de volta, inclusive do Batalhão Escolar, porque esses policiais que estão na reserva, nos últimos cinco anos, têm todas as condições, têm formação, experiência, têm tudo. É diferente de você abrir um concurso da polícia, que leva um tempo, depois tem mais um ano; não tem policial na prateleira. Esses, não. Esses têm todas as condições de voltar e, inclusive, de servir no Batalhão Escolar.

Mas para finalizar, Presidente, eu estive ontem em um evento sobre as *startups* aqui em Brasília. Mas o jovem brasileiro tem muita criatividade. Eles são muito bons, só que não têm oportunidade. Como eu disse aqui ontem sobre a educação, 78% dos jovens estão fora das universidades. Não dá para entrar 100% nas universidades. Só 22% dos alunos entram na faculdade, e os 78% ficam aí, a geração nem-nem. Não tiveram qualificação e não conseguiram entrar.

E a gente então tem incentivado, porque hoje também não tem mais... Esses empregos tradicionais estão acabando, e a tendência é acabar mesmo, mas as *startups*... Nós colocamos agora, aproveitei o período da emenda e coloquei uma emenda para as escolas públicas de ensino médio, para criar, dar oportunidade para os jovens fazerem os seus aplicativos, criar algumas ideias. E o Governo... Eu fiz em parceria com a Universidade de Brasília, em que eles darão 150 horas de linguagem sobre o aplicativo, linguagem para desenvolver a tecnologia e mais 150 horas de gestão, exatamente para nascer uma *startup*. Deu certo a ideia? Os melhores vão para a universidade ou aqui para o BioTIC, numa incubadora, e se transformar numa empresa.

Então, o potencial é muito grande. A gente tem hoje, em Brasília, quase 900, mas a tendência é chegar a mais de milhões, porque o que falta é a legislação.



Lamentavelmente – mais uma vez, o PT –, tinha um veto ao projeto que era para ser derrubado, Girão, que é o investidor-anjo. O índice de insucesso das *startups* é grande, óbvio é grande, é óbvio. A meninada tem uma ideia, vai ali e nem sempre dá certo, até porque o Governo sequer investe, como deveria, o quanto está previsto em lei, no poder de compra do Estado.

Então, o que acontece? Tinha um projeto, uma lei, porque já foi votado, que permitia que os investidores, o chamado investidor-anjo pudesse compensar o prejuízo das *startups* que tivessem insucesso com aquelas *startups* que tivessem sucesso, porque financiar um projeto de *startup* inicial é muito difícil, o risco é de 80%. Mas, se houver a compensação... Aí o PT diz: “Não, com isso aí você está querendo beneficiar os empresários”. Os caras nem olham, nem estudam isso. E aí não conseguimos derrubar o veto.

Vou apresentar, agora, no Senado, um novo projeto, porque isso é fundamental para quem está iniciando um projeto, um negócio. E o empreendedorismo precisa, realmente, de ser incentivado.

Então, eram essas as minhas considerações.

Chamo mais uma vez a atenção para que, nos estados... Aproveitem agora esse final de semana, procurem o Deputado, vejam se ele já assinou ou não a CPMI. Se não assinou, é para ele assinar; se assinou, que não retire a assinatura, porque há um movimento nesse sentido...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... com relação à retirada de assinatura.

E também, Senador Styvenson, V. Exa. que conhece a matéria a fundo, esse Veto 46 não pode ser passado assim por acordo de Liderança: “Vetos de 1 a 5 aprovados”. Nós temos que... Não dá para votar em bloco essa matéria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Meu querido Senador Izalci, parabéns pelo seu pronunciamento. Muito importante.

Tomara que a população brasileira esteja nos assistindo nesta manhã de sexta-feira e que tenha consciência do que o senhor falou aqui.

Eu acho que o Brasil vai parar para assistir, como a uma final de Copa do Mundo – espero que seja assim –, no dia 18 de abril, porque, além desse Veto 46, há uma expectativa enorme da leitura do requerimento para a instalação da CPMI do dia 8 de janeiro. Eu acho que aí está o grande entrave.

O senhor é muito atuante – eu sou testemunha disso –, não para de trabalhar aqui pelo seu estado. Não sei como é que consegue estar em todas as Comissões, praticamente ao mesmo tempo, e aqui no Plenário.

Hoje vi uma movimentação muito grande, no Lago Sul, de viaturas da polícia próximas às escolas, mas das escolas privadas. Eu queria fazer uma pergunta ao senhor. Talvez, se não tiver essa resposta agora, mas o senhor tem um relacionamento muito bom com a Polícia Militar: se isso está acontecendo, também, nas escolas em bairros carentes aqui do Distrito Federal. Se isso está acontecendo, se há viaturas da polícia. Eu não sei como é que se tem tanta viatura assim, porque o que eu vi hoje no Lago Sul, vindo para cá. Eu vi demais. Agora, está acontecendo isso no Guará, está acontecendo isso nas outras cidades aqui próximas? Isso é o que eu queria saber, como está nas cidades-satélites.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu estou aqui solicitando que a Câmara aprove imediatamente o nosso projeto, porque o aprovando – e foi falado com o Deputado Arthur Lira sobre a importância – nós traremos de volta, aprovando esse projeto e ele sendo



sancionado rapidamente – o Ministro já sabe dessa situação –, imediatamente a gente traz de volta 4 mil policiais. Da forma como está hoje, é impossível colocar policiais nas escolas, porque nós estamos trabalhando apenas com metade do contingente que deveríamos ter lá em 2009. Então, você imagina hoje a situação hoje do contingente. Está se falando de contratar temporários, mas essa lei possibilita trazer e ampliar a questão do Batalhão Escolar, que praticamente nós não temos mais hoje, exatamente por falta de contingente.

O que falta também no Brasil é educação, treinamento, capacitação. Ontem mesmo, em várias escolas, o pessoal estava doido: os pais foram buscar a criança na escola, uma loucura. Os meninos devem ter ficado superassustados com aquela fila de pais que só entravam de dois em dois. Você imagina em uma escola que tem 1,5 mil alunos como é que ficou a portaria. Então faltou, e devem estar providenciando agora, a questão da capacitação, como agir, uma série de coisas...

Mas não temos hoje contingente para atender.

Eu vi ontem, a Secretaria fez uma coletiva com o Secretário de Segurança, anunciando que iria contratar temporariamente policiais, mas basta aprovar essa lei que a gente resolve a situação em Brasília.

A defasagem de policiais é em todos os estados. Por isso que eu digo que há uma tendência muito forte – eu tenho acompanhado há algum tempo – de segurar. Eu não entendo isso, porque segurança não é só nas escolas que está faltando, está faltando em todo lugar. Ontem – acho que V. Exa. estava lá na votação na Comissão de Segurança do projeto que o Senador Sergio Moro apresentou com relação à proteção dos agentes públicos que combatem corrupção, organizações criminosas e tudo mais –, um Senador, com toda a razão, disse: “Vem cá, mas e aí? Quem paga essa conta?”. Aí ele disse: “Os empresários hoje não têm segurança nenhuma, as pessoas entram no comércio, roubam tudo – tem filmagem, o pessoal brinca ainda na câmera – e não acontece nada. No dia seguinte, elas estão soltas de novo”.

O cidadão brasileiro hoje também não tem segurança; por isso a necessidade – ainda mais agora se derrubarem esse veto, aí que vão perder o controle total da segurança no Brasil. Mas ainda dá tempo, é isso que eu digo, ainda dá tempo.

A gente precisa de ter políticas públicas duradouras, não dá para... Olha o que acontece, falei isso ontem, inclusive, na televisão. É normal cada governo que entra fazer questão de... Perguntaram-me sobre a questão da viagem da China. O Governo passado tinha uma certa afinidade ou uma aproximação maior com Israel e Estados Unidos; agora o Presidente vai à China. O Brasil tem tradição, mas, da forma como foi colocado, fica explícito... Porque se não tivesse o Presidente declarado daquela forma, tudo bem. É obrigação mesmo do Presidente tratar todos os Estados da mesma forma e tal, mas, quando ele diz “Não, agora vamos tirar o dólar”, ele está se posicionando favoravelmente ao bloco chinês. Por que isso? Exatamente porque o Governo anterior... Isso é o que acontece no Brasil: acaba com tudo e começa tudo de novo. E fazem questão, mesmo com aquilo que está dando certo no governo passado, de acabar também.

Então, esse é o problema. O que falta na segurança pública, na educação, na segurança na saúde, são exatamente programas, projetos e políticas de Estado, e não de governo, entendeu?

(Durante o discurso do Sr. Izalci Lucas, o Sr. Styvenson Valentim, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É a ideologia, a ideologia que, infelizmente, Senador Izalci, norteia as ações do nosso país. E nesse Governo, infelizmente – a gente precisa entregar a verdade para as pessoas –, é muito acentuada a questão do rancor, da vingança. E, tudo o que o outro Governo fez, ele – mesmo que possa até, no fundo, achar interessante alguma política, mas, só por ter sido do outro governo – faz contra. Um negócio meio irracional – irracional.



Então, eu cumprimento o Senador Izalci.

Ontem, o Senador Cleitinho, Senador Styvenson – que já está na tribuna para falar, eu já vou passar a palavra para o senhor –, ontem, o Senador Cleitinho, de Minas Gerais, fez aqui, sobre essa questão da segurança nas escolas, uma sugestão sobre a qual vale a pena a reflexão. Sim, ele fez uma sugestão para que as Forças Armadas fossem para as ruas tranquilizar a população. É uma situação emergencial, enquanto não se deliberam projetos no Senado, enquanto a gente não estuda mais profundamente essa questão. Eu acredito que, se tiver interesse do Governo Federal, ele resolve isso. Como? Identificando quem é que está incentivando isso nas redes sociais, porque parece algo orquestrado de grupos, às vezes, de jovens e tudo. E isso aí o Governo pode identificar. Basta uma visita da Polícia Federal na casa de alguns. As *big techs* podem ajudar também a identificar, sem censura. Eu acho que tem que se ter cuidado também com a liberdade de expressão, mas identificar onde é que está o problema e ir lá, fazer uma visita, bater na porta, identificar a organização que está por trás disso, porque isso está levando pânico às pessoas. E isso, de uma forma oportunista, pode beneficiar alguém.

Então, essa proposta do Senador Cleitinho é muito interessante, de as Forças Armadas nesse momento... Nós estamos em guerra? Não pode? Nós não estamos em guerra contra nenhum outro país. Por que as Forças Armadas não podem acalmar... É uma sugestão do Senador Cleitinho que eu achei interessante, Senador Styvenson.

O senhor tentou no seu estado, nos ataques terroristas que aconteceram lá no seu Estado, no Rio Grande do Norte, o que eu, inclusive, presenciei no Ceará, também, em 2019, 2020, e que foi o caos na segurança pública. E o senhor viu, lá no Rio Grande do Norte, o senhor pediu a GLO. O senhor pediu. O Presidente Rodrigo Pacheco lhe atendeu. E a gente tem que cumprimentar o Presidente do Senado por ter tido essa sensibilidade e ter agilizado um pedido de um Senador do seu estado – nós estamos aqui para representar os nossos Estados. E, devido à apreensão da população, ao medo da população... As facções criminosas dominam o Nordeste, e o Ceará e o Rio Grande do Norte sabem bem disso, e, curiosamente, são administrados pelo PT há muito tempo. É outra coincidência de que eu falei aqui, há pouco, de algumas. Essa é mais uma. Os estados mais violentos do Brasil são administrados pelo PT. Por que a gente não vai falar isso? Vai falar. E o Senador Styvenson pediu a GLO. E o que foi que a Governadora bateu o pé lá, falou com o Presidente dela, o Presidente Lula, e não liberaram de jeito nenhum essa GLO?

A população com medo, passou mais tempo com medo, mas não liberaram. Por quê? Para não dar o braço a torcer, porque eles têm algo contra a polícia, têm algo contra a ordem, isso é um fato.

E está aí o Veto 46, que o Senador Izalci acabou de colocar, o risco que tem para intimidar a polícia de agir em situações para defender a sociedade, para defender a sociedade!

Então, eles querem colocar temor, querem controlar as redes sociais, porque é a única coisa que tem ainda dos conservadores, porque a mídia, a grande mídia está com eles, pelo menos a maior parte da grande mídia. A única coisa que sobrou são as redes sociais, por isso que querem controlar, amordaçar, intimidar, fazer narrativas contra a direita, contra conservadores.

Mas os humilhados serão exaltados, os humilhados serão exaltados! Isso é bíblico, vamos continuar colocando a verdade, e que as pessoas tirem as suas próprias conclusões. O brasileiro está gostando de política a cada dia.

Senador Styvenson Valentim, o senhor tem a palavra por 20 minutos, com a tolerância desta Casa, para fazer o seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Sras. e Srs. Senadores, a todos que assistem à TV



Senado.

Antes de eu começar a minha fala, e vou falar sobre saúde, vou falar sobre o que vai acontecer neste Plenário hoje, às 14h, Senador Izalci, vou pegar um trecho, um fragmento da fala do senhor, quando o senhor falou de forma precisa, abro aspas, “somos reativos”.

A gente só quebra a inércia quando algo acontece, quando a gente é agredido, isso é para tudo, viu? Eu vou entrar na saúde também com esse mesmo fragmento do senhor.

Ouvindo o senhor falar sobre a proposta do Senador Cleitinho de colocar as Forças Armadas nas escolas, gente, eu não sei se é ironia ou de causar perplexidade para a sociedade brasileira, ainda mais para um Governo que é contra as escolas cívico-militares, hoje, ter que apelar para portas com mecanismo de detecção de metal, fazer rotas de fuga dentro de escolas, preparar professores, até pensar em armar professores, para se defender de quem? De aluno? Não, é de marginal mesmo, porque aluno não faz isso, não.

Então, a ironia está nisso aí, como está a ironia também no Veto 46, Senador Izalci, de a polícia, de o policial enfrentar um bando armado de foice, enxada, pau, pedra, de tudo isso, que está tomando posse de uma propriedade privada, contrariando a Constituição Federal, o art. 5º, e a polícia não poder fazer nada. Por quê? O pessoal está lá do outro lado com foice, com arame farpado, com tudo na mão para agredir a polícia, e a polícia do outro lado com bala de borracha, com bomba de efeito moral, lacrimogênio e não pode utilizar.

Olha que coisa que está acontecendo! Não é de estranhar que se queira hoje colocar a polícia em todo canto: nos hospitais, nas igrejas, nos *shoppings*. A gente vive sitiado, a gente vive totalmente em estado de guerra e não percebeu isso ainda? Só veio perceber quando afetou as crianças da gente?! As nossas escolas?!

Bom, eu vou começar agora, Senador Girão, a minha fala, só pegando a frase também, Senador Izalci, de que somos reativos, e eu disse que serve para tudo. Talvez a gente só tome reação, “prumo na vida”, como diz minha mãe, quando a coisa acontecer.

Eu vi, nos últimos dias, dados de pesquisas que me chamaram muito a atenção.

Um artigo publicado em 2022, na revista *The Lancet Oncology*, mostra que teremos, por ano, em todo o mundo, quase 1,5 milhão de novos casos de câncer em pessoas jovens – eu estou falando de 15 a 39 anos, viu! –, resultando em cerca de 400 mil óbitos anuais. Durante esse estudo, os cientistas admitiram que, mundialmente, o câncer em adolescentes e adultos jovens ainda é frequentemente negligenciado.

Uma análise de dados feita 2019 pelo Observatório de Oncologia já havia mostrado que, aqui no país, houve um aumento de incidência e de mortalidade na população mais jovem por alguns tipos de câncer que eram anteriormente relacionados ao avanço da idade. Se acreditava que, quanto mais idosa a pessoa ficava, mais chance de doenças causadas pelo câncer ela teria, e estudos estão mostrando que é errado, é o contrário.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca), o câncer representa a segunda causa de morte entre crianças, adolescentes, adultos e jovens brasileiros, na faixa etária de 15 a 19 anos. Mostrou-se que apresenta o maior risco para a saúde dos nossos jovens. Adolescentes e adultos jovens podem desenvolver tumores encontrados e tratados comumente na população pediátrica. O que falta então? É encarar esse desafio, Senador Eduardo Girão, com todas as dificuldades que a gente tem, que vão além de um orçamento e que passem pelo planejamento, pelo investimento, por uma gestão para ter recursos para diagnóstico precoce e ainda enfrentar mudanças físicas, emocionais e psicossociais, por tudo o que a gente está passando hoje. Isso altera a nossa formação celular, porque nós estamos vivos! Somos emotivos, temos correntes sanguínea e, a toda hora, estão se reproduzindo, estão fazendo reprodução celular.

Com a família em fases iniciais de carreira profissional.



Aí me vem outra informação, Senador Izalci, que eu relaciono com a primeira: cerca de 40% dos pacientes que chegam ao SUS já estão com a doença em um estágio bem avançado, ou seja, não procuram antes o hospital para tentar um diagnóstico precoce. Já os que têm plano de saúde – isso é um número curioso –, aqueles que podem pagar e têm um plano de saúde, essa taxa de avanço da doença chega a 18%, comparativamente.

As pessoas que não têm plano de saúde, que dependem do SUS, quando procuram o médico e vão fazer o diagnóstico, já estão no estado avançado. Essas são 40%. Aqueles que têm plano de saúde e, quando procuram o médico, fazem uma prevenção ainda são 18%.

Quer dizer: o que existe de errado aí? Porque é isso que a gente precisa discutir. Será que o porquê disso tudo é ou não estimulado no hospital público? Será que é difícil tirar uma ficha pública no posto de saúde? Será que os hospitais hoje municipais, estaduais, a rede pública, que atende às pessoas, tem esse tipo de especialidade? Será que as pessoas que procuram e estão ali com nódulo, que estão hoje dentro do ônibus, indo para o emprego, procurando emprego, procurando o que comer, será que aquela pessoa que está com nódulo na garganta, que está sentindo algo diferente e procura um hospital público tem o mesmo atendimento que no privado? Será que o privado não quer evitar o gasto – que é oneroso –, Senador Izalci, para os cofres públicos e principalmente para o privado? O tratamento é após a evolução da doença.

Evitar doença, ser precoce, ter profilaxia, gente, isso é lógico: é muito mais barato gastar com atenção básica do que com cirurgias, com depois que o fato acontece. Tratamento químico, bioquímico, tratamento de quimioterapia, radioterapia, cirurgias, logicamente, são muito mais caros do que pegar isso precocemente e tratar com medicação, que já é cara.

São horas intermináveis de espera, instalações sucateadas, estou falando de hospitais públicos, viu, gente? Risco de contaminação hospitalar, profissionais cansados, falta de medicamentos. Gente, não estou falando nenhuma novidade, não. Isso é no Brasil todo. Isso é no Brasil todo! Isso vai lá do meu interior, do Tarcísio Maia, hospital estadual que atende mais de um milhão de pessoas, na região do alto oeste, onde falta luz, não tem gerador. A instalação elétrica falha. Pessoas desesperadas quando falta eletricidade dentro do hospital, morrendo, em pânico. Há um centro oncológico!

Parece que o cidadão acaba desistindo de buscar a prevenção.

Temos que vencer tudo isso juntos, Senador Girão!

Em relação aos jovens, muitos ainda acham que só podem morrer na velhice. Eles acreditam nisso. O jovem é imbatível. Eu também pensava assim. E também acabam por embarcar nessa canoa furada. Qual canoa furada? De não procurar, de não se proativo, de não buscar.

Está sentindo algo diferente, se tem algo estranho acontecendo no seu organismo, se você, do sexo feminino, encontrou algo diferente no seu corpo, do sexo masculino também, procure um médico!

Ainda existe um grande preconceito de nós homens. Eu vou dizer por nós. O câncer no colo do útero é o que mais mata, agora. Próstata, é o que mais mata. Pulmão, é o que mais mata. Mas, quando se trata de lugares invasivos, nas partes íntimas masculinas, a gente fica meio preconceituoso, resistente a fazer isso aqui. Espera até os 50 anos para fazer o exame.

Talvez os dados que estão sendo mostrados hoje, aqui na minha fala, mostram totalmente o contrário: como a mudança de vida da sociedade brasileira, como a mudança psicológica, como tudo isso a que a gente está exposto, ao meio ambiente, está afetando a nossa formação celular. E a gente ainda acredita que vai morrer de velhice!

O número é maior. Está crescendo o número de jovens.

A mudança no estilo de vida, como eu já disse, com uma alimentação saudável, alguma prática esportiva, respeitar o bom sono, ter uma vida com menos estresse, menos digital, para a gente não absorver tanta coisa ruim. Na verdade, tentar ser um pouco feliz. Mas é difícil, no Brasil, tentar ser feliz, com



tanta coisa ruim acontecendo. A gente fica até deprimido. E depressão também é uma doença que pode gerar outras doenças.

Temos que mudar essa estatística no Brasil tanto quanto no meu estado.

Estou falando agora do Rio Grande do Norte: em 2022, ocupou a terrível posição, segundo o Inca, o segundo lugar de maior taxa brutal de incidência de câncer de mama na Região Nordeste. Quase 62 casos por cada 100 mil mulheres. Olhem o número que a gente está apresentando!

Isso é o quê? Falta de diagnóstico? É estarrecedor.

Falaremos disso hoje, Senador Eduardo Girão, todos que estão me assistindo, todos que estão ouvindo. Isso vai ser discutido não só por mim, mas por vários especialistas, aqui neste Plenário, do Brasil todo vão discutir algo que você acha que não vai ter, algo a que você acha que é imune, algo que você acha que só acontece com os outros.

Em uma doença como essa, que é silenciosa, que chega bem devagarinho, quando é descoberta, se não for precoce, a taxa de mortalidade é altíssima!

Hoje à tarde, vamos discutir isso aqui. Isso não é uma causa só minha, não, Senador Eduardo Girão; isso é uma causa mundial. É a terceira... Vai ser a maior pandemia que este mundo já viu. Organizações como a OMS já disseram que, de cada três habitantes, um vai morrer de câncer. Isso é um impacto imenso na vida social, isso é um impacto imenso na família, isso é um impacto imenso emocional para quem tem um familiar em tratamento, isso é um impacto imenso nas contas públicas!

Só cresce o número de pessoas com essas doenças adquiridas por diversos motivos, desde um mau hábito, desde uma péssima colocação alimentar... E a gente não pode nem reclamar muito no nosso país, porque tem gente que não tem nem o que comer, tem gente que não tem nem com que se alimentar. Então, com toda essa cultura, com essa exposição de radioatividade, de estresse, tudo isso ocasiona essas doenças.

Hoje, a nossa sessão tem esta finalidade: discutir a futura pandemia. Tanto jovens, idosos, adultos, mulheres, homens... Essa doença não escolhe sexo, não; essa doença não escolhe idade, não escolhe crença, não escolhe cor, não escolhe partido político, ideologia... Ela não escolhe, ela atinge!

E se não descobrirmos um método... E não adianta só ter a tecnologia, não adianta só o Senador Styvenson, que já investiu mais de R\$60 milhões, no Estado do Rio Grande do Norte, para a construção de novas unidades hospitalares de combate ao câncer... Se as pessoas não procurarem esse tipo de profilaxia, de exame, se antecederem a isso, como é que muda? Você oferece às pessoas esse tipo de serviço?

Imaginem a população rural do Estado do Ceará ou do Rio Grande do Norte ou do Nordeste, que, em sua boa parte, está exposta a uma radiação solar imensa, que está exposta a todo tipo de intemperismo! Imaginem essas pessoas que não têm tempo ou não têm conhecimento ou não sabem especificamente da doença e que só procuram quando a pele já está totalmente degradada com câncer de pele!

A gente precisa, Senador Eduardo Girão, além de políticos, além de Senadores da República, ser mais humano, porque isso é questão de falta de humanidade. Hoje à tarde, quando a gente for conversar, eu vou dizer os casos que eu já enfrentei, os casos que eu já vi em relação a essa doença.

Eu sou da segurança pública, a minha área é segurança pública, atuo bem na educação, mas eu não vou negar que, sem saúde, amigo, a gente não faz nada. Eu estou podendo estar em pé aqui hoje, falando, porque eu melhorei de uma super faringite que eu tive, uma laringite, que me impossibilitou, por nove dias, de falar.

Só quem está assistindo e ouvindo a minha voz, que está num leito de hospital, que tem um familiar que precisa desse tipo de atendimento, Senador Izalci... E é um atendimento caro, é uma pauta cara, porque sem saúde a gente não faz nada, não vai fazer nada...

Tratar esse tema aqui, com essa relevância que vai ter nesta sessão especial de hoje, é trazer para as



pessoas ou quebrar um pouco do paradigma ou daquele pensamento, que já não é mais igual, de que só o Izalci, por ser mais velho que o Styvenson, tem mais chance e probabilidade... Claro, isso é biológico, mas não quer dizer que eu não possa ter... E vá me garantir...

Eu citei aqui alguns exames que podem ser ou não invasivos ou preconceituosos, na visão de alguns homens, no sentido de não fazerem... “Por quê? Porque eu não quero ofender a minha masculinidade.”

Gente, primeiro, a gente tem que disponibilizar esse atendimento, levá-lo aonde as pessoas não têm isso. O senhor estava falando aqui sobre as escolas em regiões periféricas. A gente estava falando aqui do Sol Nascente, estava falando aqui de algumas regiões. Será que essas pessoas, Senador Izalci, têm chance de ir a um hospital? E, quando procuram uma unidade médica lá no seu bairro, será que tem essa especialidade? Será que elas são encaminhadas? Será que esse número que a gente viu de 40% das pessoas que procuram o SUS e que já estão em estado terminal não é pela dificuldade que elas têm de diagnóstico? O que está acontecendo? O impacto disso para a economia brasileira é altíssimo. Não estou falando só do gasto do SUS, não. É a perda laboral, é a perda familiar, é a perda da pessoa e a perda da família que é toda atingida.

A sessão tem essa finalidade, hoje, às 14h. Convido todos os Senadores a participarem.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para apartear.) – Se me permitem um aparte, Senador Styvenson e Senador Girão...

Estarei, com certeza, aqui na sessão solene, porque, de fato, é um tema que merece realmente uma discussão e um registro com relação a tudo que V. Exa. falou. Eu tive, inclusive, um irmão que morreu de câncer com 30 anos, da noite para o dia.

Agora, o que falta no Brasil realmente é esse atendimento precoce, esse acompanhamento. Nós, inclusive, aqui, da bancada colocamos já, uns quatro anos atrás, uma emenda para fazer realmente um hospital do câncer. Conseguimos ampliar o prazo e agora está sendo já iniciado o processo de construção do hospital do câncer.

E a gente percebe, a gente que está na rua o tempo todo, que nós temos muitas pessoas com câncer aguardando um atendimento há um ano, dois anos. Câncer não espera! É o que você falou: se não for precoce o atendimento, para descobrir, para ter um diagnóstico no início... Hoje, a chance de cura é muito grande, se descoberto antes da metástase, etc.

O problema que eu vejo no Sistema Único de Saúde é que é tripartite: você tem a União, você tem o estado, você tem o município. E o cara mora lá no município e precisa do atendimento lá, mas o recurso maior está na União e depois no estado. Então, quando chegam ao município, os recursos normalmente são escassos. E não há controle, não há integração nenhuma nisso, não há nem informática da parte administrativa e da parte de exames. Hoje, você vai a um hospital, você faz uma consulta, lhe pedem exames, você faz; se, no mês seguinte, você procurar o hospital de novo, vão lhe pedir outro exame de novo e tudo mais. Aqui não tem nem controle de estoque de medicamento, você não tem uma integração no sentido do que um hospital faz e do que o outro faz. O paciente é que tem que ficar correndo atrás, pegando um ônibus, indo lá: “Não, não é aqui, não, é no outro”. Você vai ao outro: “Não, não é aqui, não, vai não sei aonde”. E, por incrível que pareça, não é falta de recursos. Eu mesmo, Senador Girão, acho que coloquei R\$37 milhões para o Ministério da Saúde com o objetivo de se fazer o prontuário eletrônico, de se fazer o controle, mas na cadeia toda, nos estados. Não adianta fazer só na União se lá na ponta não tem integração nenhuma.

Essa questão do câncer precisa ser trabalhada com muita antecedência para evitar que a pessoa... Alguns cânceres são muito agressivos e não têm muito tempo de tratar, mas, se diagnosticados no início, a chance hoje é de 90%, 95% de possibilidade de cura.

A gente vê, como você estava falando aqui, Senador Girão, a questão, por exemplo, do fumo, do



cigarro. Hoje, ainda tem aquelas propagandas que já vêm, mas o pessoal... Acho que aquilo não faz muita diferença, pois agora estão fumando cigarro...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – *Vaper.*

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Como é que chama? É o eletrônico, cujo estrago é muito maior. Se você analisar quanto é que custou, quanto custa um paciente desse...

(Soa a campainha.)

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... que está com problema de câncer ou enfisema, o valor gasto na saúde é muito maior do que os impostos que são arrecadados, por mais que tenham alíquota grande.

Tem outros produtos também com que a gente precisa trabalhar, pois fazem muito mal também. A gente precisa aqui deixar um pouco de lado a pressão, o *lobby* que é feito... Eu, inclusive, agora, Senador Girão, sou o Relator da lei regulamentando a questão de relações institucionais e governamentais, o que é chamado de *lobby*. A gente precisa regulamentar isso, mostrando exatamente: “O cigarro está aqui, quanto é que é o custo da saúde do cidadão, quanto é que arrecadam as empresas?”. Hoje, nem arrecadam muito, porque vem tudo do Paraguai. Há muito...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Contrabando.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Contrabando e tal. Então, são essas coisas.

Eu estarei aqui às 14h, porque realmente é um tema que merece toda a atenção desta Casa, para que a gente possa realmente dar oportunidade para as pessoas, os pacientes terem o diagnóstico com antecedência para evitar o que você falou: a maioria chega lá com o estado já que é irreversível.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senador Izalci, agradeço o aparte.

Eu trouxe esse número discrepante entre o atendimento SUS de quando a doença já está bem evoluída... E, quando se fala evoluída, o tratamento é diferente do precoce. O tratamento, além de caro e doloroso, além de tirar da pessoa até as capacidades físicas, tira também a esperança do familiar, tira a esperança da pessoa de reagir àquela doença. E 40% é o número do SUS e é isso que a gente tem que investigar. É esta anamnese que a gente tem que fazer, esta busca que a gente tem que fazer dentro do SUS: por que 40% demoram tanto tempo para diagnosticar uma doença que já está terminal? O que está acontecendo? Qual é a ponta? É justamente no que o senhor falou? É no município? É no estado? É na Federação?

Uma coisa é: o Brasil é muito grande, e é difícil a gente acessar lugares. Eu estou falando aqui, mas imaginem a Amazônia? Falei do Nordeste, nosso interior, que está ali sob o sol escaldante, com radiação solar, com a maior incidência de câncer de pele. O cara que está lá na enxada não vai parar o trabalho dele para ver aquela feridinha, não; vai botar uma noda de caju, que é o hábito deles, ou colocar um pó de café. Eles tratam assim, é a cultura.

O que a gente fez, Senador Izalci? Eu peguei recurso e paguei dois ônibus clínicos que a Liga Norte-Rio-Grandense, que vai estar aqui hoje, vai levar até esses locais longínquos para fazer o atendimento, para fazer esse diagnóstico. Por quê? Se a gente parar para analisar... Eu estou falando da questão humana, mas, se a gente for para a questão econômica, pesa; se for para a questão social, pesa. Como é que 40% no SUS chegam em estado terminal, sendo 18% no plano de saúde?



E 18% no plano de saúde é um número alto ainda. Talvez o plano de saúde incentive mais as pessoas a procurarem, talvez as pessoas que têm plano de saúde tenham mais possibilidades de buscar atendimento, talvez a pessoa com plano de saúde esteja mais preocupada, tenha mais condições, tenha mais tempo... Eu não sei, estou supondo aqui, estou fazendo suposições, porque a gente precisa investigar isso aí.

Agora, uma coisa é certa: ninguém está imune a isso, ninguém está imune a esse tipo de doença, nem Senador, nem Deputado, nem trabalhador, nem gari, todos estão sujeitos a ela, todos. E, se ela atingir qualquer um de nós, o tratamento vai ser igual, é o mesmo tratamento, embora talvez seja diferenciado por o plano de saúde do Senador ser melhor do que o plano de saúde do trabalhador e do SUS. Infelizmente, eu tenho que dizer isso.

A melhor forma de combater essa doença é discutindo e levando esse conhecimento, é mudança de hábito. O senhor falou aí do *vaper* com os jovens hoje em dia, não é à toa que os jovens estão sendo acometidos por essa doença. Não é à toa que eu vejo, de forma agressiva, a alimentação na escola com muito produto químico, industrializado, processado. A mudança de hábito, a mudança de cultura, a mudança de vida leva a essa mudança a que a gente assiste hoje na sociedade, com doenças como essa se proliferando e se estendendo, matando nossos jovens, adultos e idosos também.

Obrigado, Senador Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Styvenson, o senhor me permite um aparte?

Em primeiro lugar, eu quero parabenizá-lo por trazer aqui à tribuna do Senado um assunto tão importante, trazendo dados sem qualquer ideologia, trazendo dados técnicos e mostrando o problema, comparando a saúde pública, do SUS, com a saúde privada dos hospitais particulares e mostrando a discrepância que é.

Respondendo a sua última pergunta – por que há incidência de 40% de pacientes terminais de câncer no SUS e 18% nos planos de saúde? –, eu acho que é a questão do diagnóstico precoce. O Senador Izalci acabou de falar que tem pessoas esperando dois anos por atendimento e cirurgias nos hospitais públicos. Está aí: o diagnóstico precoce.

Querido Senador Izalci, há 15 dias – o Senador Styvenson sabe disto –, eu fui ao Hospital do Câncer de Barretos. Eu fiz uma visita lá para conhecer, é uma referência há 61 anos. Eu fui com o Prefeito de Juazeiro do Norte, lá do Ceará, o Prefeito Glêdson Bezerra. Eu fui visitar. Por que os números do Hospital de Barretos são tão diferentes do restante do Brasil, do SUS e de outros hospitais privados, inclusive? E lá é 100% SUS! Você parece que está em outro mundo, no primeiro mundo! É um negócio de emocionar, com o atendimento humanizado, o carinho das pessoas, a limpeza, a brinquedoteca para as crianças... Tem a ala de crianças. É tudo pensado, nas cores, Senador Styvenson. A gente fica feliz em saber que existe no Brasil algo assim.

E eles estão indo para o Brasil. Eles receberam, ao longo desses 61 anos, muitas pessoas de outros estados, que vão lá pela excelência do trabalho de tratamento que é feito, 100% SUS, reitero.

Mas agora eles estão com um projeto de prevenção em várias regiões do país. Já tem em Tocantins, já tem no Amapá, já tem em Alagoas – o Senador Rodrigo Cunha levou lá para Alagoas –, e nós conseguimos viabilizar emendas constitucionais para colocar em Juazeiro do Norte, lá no Ceará, um instituto de prevenção ao câncer.

O Senador Styvenson falou aí, e ele tem razão, que a maior incidência, 37% de todos os cânceres que existem e que acontecem no Brasil, é no colo de útero e na mama – 37%, Senador Styvenson! Se você somar a incidência na próstata, aumenta mais ainda o número. A propósito, como o senhor falou, a pessoa fica com receio de tocar em certos assuntos por masculinidade, por preconceito.

A ideia desse instituto de prevenção é atender depois câncer de boca e de pele, que ali na nossa



região, no Nordeste, tem muita incidência também. Então a gente tem que olhar para quem está fazendo de forma correta, com transparência, e buscar ajudar essas instituições a levarem para as pessoas alternativas para que elas não tenham que sair lá do Ceará, do Rio Grande do Norte ou da Bahia para ir para São Paulo. Não, tem que estar na região, tem que ter na região também!

Eu estive nessa Páscoa... No domingo de Páscoa, eu fui ao Hospital Infantil Albert Sabin, lá no Ceará, que é um hospital do estado. É que a gente recebeu, ao longo da semana anterior à Páscoa, denúncias de que estavam crianças se avolumando nos corredores, sem leitos, nas macas, algumas até em cadeira de plástico. Eu fui no domingo de Páscoa, de manhã, lá pessoalmente e vi o drama das pessoas, das famílias ali. Sugerimos, inclusive, uma audiência pública lá na CDH. A ideia é fazer no Estado do Ceará – queria convidá-lo a ir, o Senador Paulo Paim ficou de ir também – essa audiência pública para ouvir prefeitura, estado, sindicato dos enfermeiros, para saber o que está acontecendo no Ceará. É um debate que transcende a questão político-partidária, é para ajudar a população que nós estamos planejando isso para o dia 28 de abril, agora. O senhor já está convidado a ir ao Ceará para essa audiência, e deixo muito claro: é sem custos para o Senado, nós estamos indo de forma pessoal, e o senhor é meu convidado para fazer esse debate lá.

Então, eu quero parabenizá-lo, estarei aqui à tarde para participar desse evento. E quero convidar quem está nos assistindo agora pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelo YouTube, quem está nos assistindo ao vivo por esse *pool* de emissoras aqui da Casa...

E olha que dado interessante, Senador Styvenson: neste exato momento, 252 pessoas estão assistindo pelo YouTube. Aí você pergunta: 252 mil pessoas? Não, 252 pessoas. Olha só como a gente está precisando se aproximar da sociedade!

Mas esses 252 heróis que estão nos assistindo agora... E eu quero parabenizá-lo – inclusive olhei aqui os comentários e vi os comentários de alguns de vocês –, independentemente de críticas político-partidárias, de alguma situação assim, mas é importante o que você está fazendo. Você está participando da vida política de seu país e você tem direito a criticar. O que a gente quer é isso, que critiquem, é importante, que critiquem um lado e que critiquem o outro. O que a gente não pode é calar um lado só, como aconteceu com empreendedores do Brasil, com conservadores, porque tinham uma identidade política diferente do sistema, vamos dizer assim; calaram jornalistas. Tem jornalista que está com o passaporte retido, você sabia disso? Conta bloqueada, porque pensa diferente do sistema. Ele tem direito à liberdade de expressão. Parlamentares tiveram suas redes sociais derrubadas, você sabia disso? Derrubadas! A voz... A única coisa que a gente tem ainda é a voz e não pode se manifestar de forma diferente? Criticar, entregar a verdade? O que é *fake news* para você? O que é *fake news*? É o que o consórcio diz que é *fake news*? É o que uma agência diz que é *fake news*? Isso é muito perigoso, porque aí pode ter um controle, um controle inclusive da ideologia que a maioria tem que ter. As pessoas são livres para escolher e para receber a verdade.

A gente precisa ficar atento, até porque hoje os conservadores estão sob ataque no Brasil. Isso é fato! Para mim, é claro! Os conservadores estão sob ataque no Brasil, mas amanhã pode ser você que se diz progressista. Aliás, essa palavra progressista é interessante. Olha a semântica da coisa, progresso é coisa boa, não é? É uma coisa boa. Agora, progresso para defender o aborto, que é um assassinato de criança, que a vida diz que já tem ali na concepção, a ciência já mostra que na concepção já tem ali um coração batendo, com 18 dias. Isso é progresso? Ser a favor do aborto? A favor da morte? É complicado isso.

Então, eu quero cumprimentá-lo, Senador Styvenson Valentim, pela sua coragem, por o senhor levar um assunto que vai ser uma pandemia e que já vem se demonstrando isso, o câncer, porque aí eu acho que tem outros fatores, sabe? Tem uma indústria, Senador Izalci, o senhor que acabou de falar aí em *lobby* e essa coisa toda, tem uma indústria que se abastece disso, que ganha dinheiro, não é que goste, mas que ganha dinheiro com tratamentos, com tudo, e, às vezes, a gente... Eu já assisti a vários documentários,



inclusive recomendo um deles, que é What the Health, mais ou menos assim, que está na Netflix, que mostra a questão da alimentação, que o senhor falou, e que certas situações, que estão adoentando as pessoas, têm patrocínio de certos produtos, até de associações médicas da indústria farmacêutica, da indústria do alimento que se diz que é cancerígeno, Senador Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Macabro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que se diz...

É macabro! É macabra a situação, mas as pessoas precisam ter acesso para tomar decisão. Vou comer isso? Não. Vou comer aquilo? E entender ou ver a ciência, observar, ir atrás.

Então, é muito preocupante essa questão do *lobby*, que existe e a gente precisa combater, para que a sociedade se liberte de certas amarras.

O Senador está pedindo a palavra.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para apartear.) – Só rapidamente, Senador Girão. Essa questão da indústria mesmo. Eu, particularmente, quando vou ao médico, o cara me passa, eu vou lá, compro e tomo. Não fico lendo a bula.

A primeira vez em que eu não estava me sentindo bem, eu disse: eu vou olhar essa bula. Imediatamente suspendi tudo, porque é um negócio maluco...

(Soa a campainha.)

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... e tem agora esses medicamentos continuados, permanentes praticamente que você tem que tomar. Todos eles hoje têm o cadastramento, qual médico indicou. Tem participação dos profissionais.

Então, isso preocupa muito. Nós estamos passando por um momento muito sério na formação profissional. Está muito liberal hoje. As pessoas pensam mais na questão econômica do que na questão do ser humano, vamos dizer assim.

Então, isso é preocupante. E a gente precisa de fato, nessa regulamentação, tratar disso, porque existe muito, mas a gente tem agora que colocar regra para as pessoas, todos eles terem a oportunidade...

Agora também, se alguém ler a bula toda vez que comprar um remédio, não toma, porque a bula protege de todas as formas a indústria. Se tiver algum problema, está na bula, para não penalizar ninguém. Então, por isso, qualquer remédio, pode ver hoje, qualquer remédio que lhe indicarem, se você ler a bula... “Não, não vou tomar isso não”.

Por quê? Porque é a proteção da indústria farmacêutica de não ser processada e ter que indenizar os pacientes.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor estava falando de ler a bula de um remédio. Se lerem, talvez nem tomem.

Imagine se você tiver conhecimento da liberdade alimentar que o brasileiro ou que as pessoas têm, se eles soubessem como são feitos alguns alimentos, com certeza nem colocar na boca colocariam. Entendeu? Porque dali não tem nada natural, tudo químico.

E isso vai para o organismo, vai ser digerido, vai para a corrente sanguínea, vai para alimentar as células. Isso é lógico. Talvez falte para a gente informação; e é isso que a gente vai trazer hoje nesse debate, nessa exposição, nessa sessão plenária hoje de combate ao câncer.

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E em



tempo, Senador Eduardo Girão, não sei se ele está me assistindo. São 252 que estão me assistindo pela TV Senado ou pela Rádio, mas aí o senhor pode convidar também, eu vou fazer o convite a ele. Seria injusto eu não chamar o Senador Reguffe.

Um dos que foi mais atuante aqui, o que mais lutou justamente nessa causa. Então, ele tem que estar aqui hoje. Ele precisa estar aqui hoje.

Então, gente, hoje às 14 horas a gente vai discutir esse assunto. Está bom? Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, você fez uma lembrança espetacular, viu, Senador Styvenson.

Já pedi aqui à Secretaria da Mesa para ligar para o Senador Reguffe porque é aqui de Brasília, é um ex-Senador aqui da Casa e que tem um compromisso, não é? Teve PL dele que chegou a ser votado, aprovado, foi vetado e era...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Uso oral. Medicamento oral distribuído...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quimioterapia. E era importante que ele estivesse aqui hoje. Eu quero fazer publicamente esse convite.

Então, só para concluir, enquanto o Senador Styvenson está na... Aqui a gente está tendo a oportunidade de conversar com as pessoas, não é, Senador Izalci?

E olha que bacana o que a... É aproximar esta Casa, é o nosso papel também. Esta Casa aqui não é nossa, não, é deles, que nos estão assistindo. Nós estamos representando, bem ou mal, nós estamos representando as pessoas.

Aí, aqui, olha, quebrando um pouco o protocolo, Júlio César Tomazelli, Nélia Bezerra, Fátima Pereira, Júlio César – já falei; José Rodolfo, Adilson, Joel Araújo, André de Lima, Adenir, Lúcio Neves são pessoas que estão, e muitos outros, perdão, a Derci Bandeira, Lesandra Lagos, Joaquim Pantoja, Ceninha Tarsaroto, Adeilton Frutuoso são pessoas que estão mandando mensagem aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Enquanto a gente está aqui, eles estão falando sobre o assunto do que a gente está comentando aqui. Então é um canal que tem para dar voz.

Eu queria ler todos os comentários aqui. Tem alguns que estão me criticando. Eu acho importante isso. Eu queria ler inclusive os que estão me criticando aqui, mas às vezes, o tempo, a gente acaba passando, mas eu vou tentar ler, se me for permitido aqui pelo protocolo, daqui a pouco, enquanto a gente concluir todos os pronunciamentos.

Mas o senhor sabia que tem teses de cientistas, de médicos que já publicaram livros, estudos que mostram, por exemplo, que o rancor, que a raiva vai trabalhando, somatizando dentro do corpo e começa a gerar depois doenças como o câncer também? Tem teses dessas. Teses de estudos sistematizados que fazem uma relação das questões psicossomáticas com doenças.

Então, numa sessão como essa que o senhor vai fazer, vou aproveitar e perguntar também, para as pessoas que estarão aqui, sobre a relação disso, porque isso foge um pouco daquela questão. Será que a indústria quer que a gente saiba disso? Porque isso vai diminuir compra de medicamento, vai diminuir certas situações, não é? Quando você começa, por exemplo, a perdoar. Às vezes, é um perdão.

Aí, tem um livro chamado, não me lembro exatamente, mas é *O Poder do perdão*, o poder curativo do perdão, se eu não me engano, é esse, certo? Que mostra exatamente essa questão de que o perdão cura também, não é? Ele te ajuda a liberar.

Então, Senador Styvenson, parabéns pelo seu pronunciamento. Estaremos juntos mais tarde.



(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu prometi entregar o nome aqui de um documentário, e o documentário que eu falei, o título dele em português é Que Raio de Saúde. Que Raio de Saúde é o título que está na Netflix. Que Raio de Saúde é um filme de que eu falei, da relação dos alimentos com a indústria farmacêutica, com a questão de patrocínios estranhos aí, de alguns segmentos que lucram muito, supostamente lucram com a doença. Lucram, não, lucram, supostamente, não, lucram com a doença. Mas o título é What the Health. O título americano, What the Health, Que Raio de Saúde. Vale a pena. Vale a pena assistir. Eu mudei alguma coisa dos meus hábitos alimentares quando assisti a esse documentário aqui, muito bem produzido lá nos Estados Unidos.

Vou agora pedir ao Presidente Styvenson que assuma aqui a sua posição para eu poder fazer o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

(O Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Styvenson Valentim, 4º Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Bom, reassumo a Presidência.

Obrigado, Senador Eduardo Girão, por ocupar aqui, no instante em que falei.

Ocupa agora a tribuna o Senador do Ceará, Eduardo Girão, por dez minutos, vinte, pelo tempo que o Senhor achar necessário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Presidente Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte.

Em primeiro lugar, quero agradecer à população do Rio Grande do Norte. Quem estiver nos assistindo, os potiguares que estiverem nos acompanhando, parabéns por terem trazido este grande Senador aqui para esta Casa – ele tem feito a diferença, homem do bem, íntegro, cuja vontade é servir aqui nesta Casa. Assim como o Senador Izalci, também, quero parabenizá-lo – aqui presente, sempre presente –, é um trator para trabalhar nesta Casa.

Fico muito honrado em estar ao lado de pessoas como vocês, que se dedicam para servir ao próximo, para servir aos seus estados e ao Brasil, também.

Eu quero desejar já uma boa tarde – agora é meio-dia e dez – a todos os assessores, aos funcionários desta Casa, aos brasileiros que estão nos acompanhando pelas redes sociais da TV Senado – da minha rede social, também, que está transmitindo –, da Agência Senado, da Rádio Senado, enfim, de todos os veículos aqui da Casa revisora da República.

Olhem, eu não poderia deixar de falar, nesta sexta-feira, Senador Izalci – e o senhor já até antecipou um pouco disso, como sempre preocupado com a justiça –, sobre essa movimentação estranha que está acontecendo nos bastidores do Congresso Nacional.

E você, brasileiro, vai ter um papel fundamental no desfecho disso, por isso que te peço um pouco de atenção no que vou falar.

Essas movimentações estranhas, que alguns Parlamentares estão denunciando, são sobre uma retirada em massa de assinaturas horas antes da instalação da tão esperada CPMI dos atos do dia 8 de janeiro. O que é que aconteceu, afinal, naquele fatídico dia em que, todo mundo lembra, invadiram aqui, inclusive, o Senado Federal – este espaço em que a gente está quebraram e tal –, que invadiram a Câmara dos Deputados, que invadiram o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal? O que foi que aconteceu naquele dia? Por que aqueles políticos...?



Por que este Governo Lula, que se dizia vítima de tudo isso – porque seria um golpe que queriam dar, de Estado –, não quer mais investigar? Eu nunca vi na minha vida, sinceramente, alguém que se diz vítima de alguma coisa, que tem a possibilidade de investigar a fundo e não quer mais investigação, e aqueles que são chamados de terroristas estão trabalhando fortemente para que seja investigado. Não está estranho isso? Isso não bate, não bate, não bate. E um Governo que sempre defendeu a CPMI. Eu já vi entrevista do Lula dizendo, várias vezes: “Ah não, tem que ter CPI. Isso é um instrumento da minoria. Por que não ter CPI?” E criticou outros Presidentes que não queriam CPI. E agora ele não quer? Não está estranho isso?

Eu vou mostrar alguns dados de por que eu acho que ele não quer, por que o brasileiro, você que está nos ouvindo, nos assistindo agora, já entendeu por que o Governo não quer. Mas olha, eu quero começar pelo Senado, que é de onde eu estou falando agora com vocês, que é para onde eu fui eleito pelo povo do Ceará, com a bondade do cearense, com a graça de Deus, para cumprir esta missão que, para mim, é uma missão de vida. Eu quero começar pelo Senado, Sr. Presidente, porque pedi à Presidência desta Casa, em um ofício da Bancada federal do Partido Novo, assinado por mim e pelos Parlamentares federais, lá da Câmara, Adriana Ventura, Gilson Marques e Marcel Van Hattem, o acesso a todos os registros dos circuitos internos do Senado Federal para o esclarecimento imparcial dos fatos ocorridos no dia 8 de janeiro.

Até o presente momento, nós não recebemos da Casa a íntegra das gravações e imagens geradas pelo sistema de monitoramento naquele dia. Com isso e os depoimentos da CPMI, que, se Deus quiser, vai acontecer... Porque será uma vergonha, aí sim será um golpe, aí sim será um golpe, se essa CPMI não acontecer, porque o brasileiro está pedindo, está implorando.

Eu peço a você, brasileiro, eu faço um apelo a você, diretamente daqui, da Casa revisora da República, para você, que está em Casa, que está no seu trabalho, que está agora se deslocando para alguma atividade: em quem você votou para Deputado Federal na última eleição? Em quem você votou para o Senado, quatro anos atrás, e na última eleição? Peça a ele ou a ela, de forma respeitosa, ordeira, pacífica – se é que você quer saber a verdade –, peça a ele para assinar essa CPMI. É uma CPMI para investigar. E vai ter lá gente da oposição, gente da situação. Vai ser democrático. Mas a gente precisa saber a verdade, para responsabilizar os verdadeiros criminosos que cometeram esses atos, seja por ação ou por omissão.

Então, Sr. Presidente, no dia 4 de abril de 2023, o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou para nós Senadores e para toda a sociedade brasileira, afirmou tanto para a gente como para a sociedade, que irá fazer, no próximo dia 18 de abril, a leitura do requerimento que cria a CPMI dos atos do dia 8 de janeiro, com o devido número de assinaturas de Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o que atende, perfeitamente, ao Regimento Interno. Prometeu isso o Senador Rodrigo Pacheco. Aliás, ele tinha falado para mim e para o Senador Cleitinho que seria antes, que seria entre o dia 11 e o dia 14 – e dia 14 é hoje –, entre a terça-feira e hoje, essa reunião do Congresso iria acontecer.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E fez um vídeo comigo e com o Senador Cleitinho, mas, depois, justificou o adiamento e se comprometeu, em virtude da viagem à China que ele fez com o Presidente Lula – estão lá os dois, juntos, com outros Senadores e Deputados –, que, no dia 18 de abril, a fazer a sessão do Congresso. E ele alertou: se estiver dentro do que é exigido pelo Regimento Interno do Senado, as assinaturas, o fato determinado, ele vai instalar.

Aí é que está o detalhe. Nesse tempo que foi ganho, de uma semana, começaram a surgir dezenas de denúncias gravíssimas, manifestadas por alguns Deputados Federais, de que alguns Líderes estão pressionando Parlamentares a retirarem as suas assinaturas. Estava tudo, como o Senador Izalci colocou,



muito quieto. Está tudo muito quieto, mas não duvidem: os bastidores estão fervilhando. Esta Casa não dorme. Aqui acontecem costuras, boas e más para a população. É aí a diferença.

E eu quero reiterar o papel de quem está nos assistindo, para reivindicar, cobrar, enquanto é tempo – até segunda-feira –, os Parlamentares que ainda não assinaram à CPMI. E a lista é pública. Basta você pesquisar no YouTube que você vai ver quem assinou e quem não assinou, ou aqui mesmo no *site* do Senado e no *site* da Câmara. Primeiro, é pedir para quem assinou não retirar. Mas não vamos dormir no ponto, não. Vamos nos antecipar, vamos pedir àqueles que não assinaram para assinarem. Por que eles não assinaram?

Então, Sr. Presidente, nesse caso, as 30 moedas de traição não são mais as do Sinédrio, mas, sim, as do próprio Governo Federal. Segundo os Parlamentares estão dizendo, na forma da liberação das emendas parlamentares e do oferecimento de cargos, na mais escancarada política velha do toma lá dá cá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E também os Deputados suplentes que assinaram estariam sendo provisoriamente substituídos pelos titulares apenas para impedir a instalação da CPMI.

Olha só a estratégia!

Então, redobremos a nossa atenção e fiquemos ligados, porque este Governo que está aí sempre criticou as emendas do orçamento secreto, emenda de Relator – lembra disso, na campanha, o Lula falando? – e agora, de uma forma enviesada, está fazendo a mesma coisa, porque agora é supersecreto o Orçamento.

Custa-me acreditar nesse verdadeiro golpe. Aí, sim, é um golpe escancarado contra o cidadão de bem: o Governo agindo para a retirada de assinaturas. Custa-me acreditar não por causa da ética deste Governo – a gente conhece o *modus operandi* deles nos governos anteriores – mas, sim, porque o Parlamentar que, nesta atual conjuntura, retirar sua assinatura estará completamente desmoralizado perante os seus eleitores. A população não esquece, a população não vai esquecer!

Mas para isso é bom mostrar que você está ligado desde já, porque dizem que o brasileiro tem memória curta, Senador Styvenson, muitos apostam nisso. Já ouviu falar nisso? “O brasileiro tem memória curta, na outra eleição ele nem lembra, nem lembra de como certo Parlamentar votou ou deixou de votar”. Mas, não!

Por isso eu faço esse convite a você aqui da tribuna do Senado Federal, perto desta bandeira linda que está aqui atrás de mim, que quem está assistindo pela TV Senado está vendo – quem está ouvindo pela Rádio não está –, mas dessa bandeira linda que está aqui atrás de mim: a gente precisa defender esta Nação com a verdade, com a justiça para que ela triunfe.

Essa CPMI, Sr. Presidente, de modo algum deve ser palanque para a oposição – não, não! – como temem alguns Parlamentares da base governista.

O que os Deputados e Senadores querem, e já assinaram 192 Deputados Federais, só bastavam 171 – só bastavam 171 –, mas assinaram 192; e do Senado, eu acho que 38, 39 já assinaram. Dá uma margem boa nas duas Casas, mas a gente se preocupa com esses movimentos de bastidores, de retirada, porque Parlamentares estão denunciando isso na Câmara. Então o que esses Senadores e Deputados querem, esses que assinaram, é o esclarecimento dos fatos, porque mais de... Chegamos aí a 1,5 mil manifestantes que foram presos – hoje tem quase 300 –, muitos deles sem terem participado efetivamente dos atos de vandalismo e depredação do patrimônio público que nós repudiamos.

Que deixe bem claro, Senador Izalci, Senador Styvenson, e a maioria aqui dos Senadores – posso dizer isso – não quer passar a mão na cabeça de quem errou não. Que, errou, quem depredou merece uma punição exemplar, para que nunca mais isso aconteça aqui, no Brasil. Punição exemplar, seja de



direita, seja de esquerda, seja infiltrado – que o Senador Izalci traz aqui um fato novo da visita que ele fez à Papuda e ontem eu fui almoçar lá na Colmeia com agentes penitenciários – e o Senador Izalci traz um fato de que não viu lá...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... na visita que ele fez aos presos, aqueles – entre aspas – “infiltrados” que se viram nas imagens que ainda foram divulgadas, ele não viu essas pessoas lá. Onde é que estão aqueles que quebraram, que depredaram? Estão todos lá no presídio? Parece que não. Para onde foram? Uma CPI é o foro ideal para a gente entender porque que foram presos uns, não foram presos outros. Quem foi que mandou? Quem foi que deixou? O que a gente não pode é permitir injustiça.

Então eu quero, para finalizar, Sr. Presidente, dizer que é preciso, muito, saber quem realmente participou disso. Precisamos identificar, responsabilizar pontualmente e não fazer como parte da mídia brasileira fez, chamando todos de terroristas. O que houve foi vandalismo de alguns e não de todos, mas injustamente todos foram tachados de terroristas e foram presos, sem que houvesse uma verificação precisa do fato – e olha que interessante – sem o devido processo legal. Muitos estão lá, e a gente recebeu vários advogados aqui, reclamando, familiares. E cadê a OAB nessas horas? Muitos reclamando que não tiveram acesso aos atos, apesar do trabalho exemplar que fez e está fazendo a Defensoria Pública. Mas tem muita coisa errada.

O Senador Izalci trouxe que vai haver um julgamento, na próxima semana, pelo Supremo Tribunal Federal?! É o Supremo que tem a missão constitucional de resolver um caso de depredação como esse ou têm outros órgãos que deveriam se manifestar, deveriam fazer o julgamento, dando direito à defesa? Algo muito estranho tem acontecido no Brasil e que está gerando uma insegurança jurídica – que a gente já sabe – em vários setores do país.

Eu queria falar também sobre os prejuízos de cerca de R\$20 milhões desses atentados – 8 milhões no Supremo Tribunal Federal, 5 milhões no Palácio do Planalto, 4 milhões no Senado Federal e 3 milhões na Câmara dos Deputados –, que atingiram as três sedes dos Poderes da República. Nesses atos – repito que rechaçamos com veemência, cujos participantes devem ser penalizados – sabemos que a maioria dos que estão presos estavam se manifestando de forma pacífica, respaldados pelas garantias constitucionais, lá fora. Alguns nem entraram.

Nós estivemos conversando com pessoas que chegaram depois dos atos em Brasília, foram arroladas e levadas para lá.

Eu não sei se nesse custo... Ainda bem, Senador Izalci... Nesses custos altíssimos aqui, dá pena dos gastos que tiveram para reparar aqui mesmo, na Casa. Mas não tinha um sofá que o Presidente Lula comprou agora, não é? Ele já chegou lá? É R\$68 mil o sofá. É isso? É o sofá de que está todo mundo falando aí... Não é o pai dos pobres? E ele compra um sofá, para ele usar, de 68 mil, pago com dinheiro nosso. É de cartão corporativo isso? É de licitação? É muito estranho isso que está acontecendo. Ainda bem que esse sofá não estava lá, porque era mais um custo alto.

Durante anos, temos visto manifestações de rua com a população brasileira participando. Isso é bom! Manifestação pacífica, ordeira, é bom e tem que continuar! É um direito da população, porque ela está exercendo o seu direito constitucional da livre manifestação em todos os estados do país. Aconteceu isso várias vezes e foi importante para a mudança, no nosso país, de corrupção, de padrão de hospitais, de outros serviços públicos.

Um dos efeitos do modo como os fatos estão ocorrendo é que parece haver alguma intenção para frear manifestações populares, para intimidar as pessoas que se manifestam. Não percebem isto, um certo



controle aí: “Ó, espera aí! Manifestação?! Vou te prender!”.

Como Senador, defendo que todos possam se manifestar, seja de ideologia de direita, de esquerda, de centro, mas sempre de maneira ordeira e pacífica. Não podemos, em nome da defesa do Estado de direito democrático, inibir as manifestações de rua, nem as manifestações nos meios de comunicação, especialmente nas redes sociais, que são a única coisa que sobrou, gente. Grande parte da mídia sempre controlou a narrativa no país. O efeito das redes sociais democratizou isso. Quem é que está querendo controlar, hoje, a rede social? Vai sobrar para quem isso? Vai sobrar para uma manipulação da grande mídia. É óbvio que o interesse é o controle.

Cuidado! Precisamos ter o limite. Quem é que diz que é ódio?

Aquele professor, que, depois dos ataques à escola, em Blumenau, aquele professor lá, do mesmo estado, de Joinville, disse que os ataques tinham que acontecer mesmo. Que tem o lado bom dos ataques, foi mais ou menos isso que ele disse. Olhem que loucura!

Esse professor, a gente precisa saber o nome dele, Senador Izalci, a gente precisa identificar. Já pedi para nossa assessoria ver. Parece que tem umas ONGs aí querendo proteger. Por quê? Porque ele criminalizou, sabem o que também, nesse discurso de ódio? Isto é discurso de ódio: dizer que um ataque desse tem algum respaldo, que é importante porque a população cresceu muito.

Outra coisa: sabem o que ele falou? Ele debochou das religiões, segundo alunos. Debochou da religião!

Aí pode. Aí permitem que não se falem o nome dele.

Tem que ter muito cuidado em relação ao que está por trás. Alguns oportunistas podem estar tramando para calar a população, especialmente quem pensa diferente do sistema.

O que tem me causado cada vez mais estranheza é o fato de o Governo Lula, que deveria ser o primeiro interessado nas investigações – e o foi no início, podem lembrar, voltem a fita aí do dia 8, do dia 9 –, hoje, já não querer mais. O grupo deles, de Senadores e Deputados, não quer mais, porque o Governo Lula tem se empenhado muito para inviabilizar a CPMI.

Eu cheguei a questionar, Sr. Presidente, junto com outros Parlamentares, sobre a notícia veiculada pela *Folha de S.Paulo* e por outros veículos de comunicação de que a Abin avisou, na véspera, para 48 órgãos federais que havia fortes indícios de que as manifestações do dia 8 de janeiro poderiam terminar com a depredação dos prédios públicos localizados na Praça dos Três Poderes – Senado, Câmara, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto.

Essa é uma denúncia gravíssima – atenção – porque nenhuma medida adicional de segurança foi tomada pelo Governo Federal. Por que o Governo Federal não tomou? Muito pelo contrário: foram desmobilizadas forças de segurança, horas antes do ataque, pelo Governo Federal.

Fica a pergunta: eles deixaram isso acontecer? Permitiram isso acontecer, enquanto podiam ter feito uma barreira?

Será que é por isso que eles querem derrubar o Veto 46, do qual o Senador Izalci falou há pouco, que vai ser votado no dia 18 de abril, para deixar a polícia de braços abertos, com medo de agir a partir de agora? O que eles querem no Brasil é invasão do MST, é manifestação só para o lado deles? Não sei. Muito preocupante essa situação.

Eu quero concluir, realmente, pedindo desculpas ao Presidente por ter exagerado um pouco, mas a única coisa que sobra para a gente, muitas vezes, é falar, é denunciar. Peço desculpas a você também, porque eu sei que eu estou me excedendo um pouco, mas a voz é o que a gente tem para defender a sociedade e aquilo em que a gente acredita. Nossa Constituição deixa explícito que a omissão de autoridade legal é igualmente criminosa em casos de ações consideradas como terroristas. Então, daí que a gente tem que fazer essa CPMI para investigar. Recentemente, foi aprovado um requerimento para o compartilhamento



de todos os inquéritos policiais em investigação na corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal para avaliar a atuação de oficiais e praças da corporação nos atos do dia 8 de janeiro, que resultaram nos ataques que acabei de falar.

Durante o período de intervenção do Distrito Federal, seis inquéritos – meia dúzia de inquéritos – foram abertos na Polícia Militar do Distrito Federal. Tudo precisa ficar às claras. Como destacou um jornalista que inclusive mora aqui, no Distrito Federal, no seu Distrito Federal, querido irmão Izalci, o jornalista Alexandre Garcia, que é reconhecido, renomado, com história em vários veículos de comunicação de renome, um homem íntegro, ético... Ele publicou um artigo recente na *Gazeta do Povo* destacando a importância da realização dessa CPMI para saber qual foi a razão, quais foram as reais motivações desses tristes acontecimentos, para evitar que isso venha a ocorrer novamente. Temos de saber porque as portas da sede dos três Poderes foram tão facilmente abertas, praticamente sem resistência, como questionou o Coronel-Comandante de Operações da PM de Brasília, em depoimento na comissão da Câmara do Distrito Federal – eles estão fazendo uma CPI lá também.

Não pudemos usar a retórica, Senador Izalci. Eu me preocupo muito que uma manobra que possa ser feita – eu acho que é a primeira vez que estou falando isso aqui no Plenário, e espero estar errado –, que tentem transformar a CPMI, esvaziando a CPMI lá, com essa estratégia de retirar a assinatura, e deem um cala-boca para a população, sabe qual? Um pirulito para a população, para dizer que está fazendo um trabalho. Que se instale aqui no Senado Federal a CPI do dia 8. Aí vai ser uma palhaçada. Primeiro, porque a população está esperando uma CPMI. CPMI é mais robusta.

São duas Casas que foram invadidas, depredadas, e legitimamente tem que ser Deputados e Senadores para investigar isso. Fazer uma CPI aqui é reduzir, é “dar um pirulito” para a população, é “tirar de tempo”. Como a gente diz no linguajar do futebol – o senhor que é torcedor do Atlético Mineiro –, é “dar um balão” na população brasileira se for se fazer uma CPI aqui e não se fazer uma CPMI nas duas Casas. Aqui a gente sabe que é governista, aqui a gente sabe que a maioria é pró-Governo. Lá na Câmara, tem ainda um certo equilíbrio, o que é bom para a democracia, para que a verdade venha.

Eu temo que aconteça em uma CPI aqui... E espero que o Presidente tenha a sabedoria de não fazer isso, sinceramente, porque é uma manobra deplorável, que vai apequenar mais ainda esta Casa. Tem 235 pessoas assistindo a uma sessão como esta do Senado da República do Brasil, o que já mostra como a nossa bola está baixa. Nós precisamos nos aproximar da população. Então, fazer isso é se afastar mais ainda da população, porque todo mundo vai perceber. Fazer uma CPI depois da CPI que nós tivemos, Senador Izalci, de 2021, que todo mundo viu, cujo objetivo era fazer palanque político-eleitoral para a eleição, que era no ano seguinte?! O objetivo era desgastar o Governo, não investigaram bulhufas de corrupção. Eu levei um monte de requerimentos, o senhor levou um monte de requerimentos para investigar a saúde daqui, eu levei para investigar o Nordeste, os Governadores e Prefeitos... Blindaram os políticos, blindaram os Governadores e os Prefeitos. Só quiseram a narrativa de desgastar o Governo Federal a todo custo. Uma CPI aqui é um controle do Governo. Quero deixar isso claro, antecipando para a nação.

Sr. Presidente, o senhor me deu mais quatro minutos, mas não preciso. Eu preciso só de dois. Diminua, por favor, para a gente concluir mais rápido.

Não podemos usar a retórica da defesa da democracia como instrumento para ameaça e coação àqueles que pensam diferentemente do Governo. É bom ter uma política divergente, faz parte da democracia, mas querem calar, intimidar, perseguir – é isso que a gente está vendo no Brasil hoje, especialmente contra os conservadores. E um detalhe: a maioria da população brasileira é conservadora – e isso é o que incomoda essa turma –, é conservadora, defende a vida, defende a família, defende princípios e valores cristãos. O exercício da democracia requer que as instituições da sociedade protejam a população de atos violentos cometidos, inclusive pelo Estado, fazendo valer a liberdade, com responsabilidade e justiça para todos.



Vamos continuar fazendo a nossa parte, para que o bom senso triunfe em nossa nação.

Por isso, encerro lembrando os apóstolos do Cristo Lucas – e aqui tem o Izalci Lucas, que tem o seu segundo nome em homenagem ao evangelista – e Marcos, abro aspas: “Não há nada oculto que não venha a ser revelado e nada escondido que não seja trazido à luz do dia”.

Que Jesus abençoe esta nação fantástica, maravilhosa que é o Brasil, que tem tudo para estar no topo do mundo, mas as brigas políticas, por ideologia... E aí ninguém aguenta mais, vamos combinar, ninguém aguenta mais isso! Essa coisa do poder pelo poder! E é por isso que eu sou contra a reeleição no Brasil, porque o cara já começa pensando lá na frente, pensando como é que ele vai se reeleger, e fica no populismo. Sou contra; voto contra; trabalho para colocar em pauta aqui a votação contra isso!

E vamos chegar um dia, com o seu apoio, com a renovação cada vez mais das Casas Legislativas, a encaminhar os interesses da sociedade para que, em vez de 235 pessoas assistindo pelo YouTube... Eu sei que tem muito mais gente acompanhando pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas outras redes sociais, mas no YouTube tem 235. Que a gente possa, daqui a algum tempo, aproximando o Senado do povo brasileiro, ter um número cem ou mil vezes maior.

Muito obrigado.

Deus abençoe a nação!

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Antes de encerrar, sobre a sua fala, quero dizer, quanto à CPMI, que eu assinei também, que a gente está só com três meses de atraso. Senador Izalci, a Câmara Legislativa do Distrito Federal – faz três meses, hoje é aniversário, dia 14/02 – deu abertura à CPI, com a Presidência do Chico Vigilante, do PT. Então, é, no mínimo, contraditório, Senador Eduardo Girão, o senhor vir discursar e dizer que o PT está contra a CPMI, porque está acontecendo uma distrital, de forma bem singela, de forma morna, de forma a não ter tanta divulgação na mídia, mas está acontecendo, está ocorrendo isso aí...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Mas eles não assinaram aqui. O PT não assinou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – É isso que eu falo que é contraditório.

A contradição é que a gente tem uma CPI acontecendo aqui no Distrito Federal, pelos Deputados, e o senhor tem conhecimento disso, já tem três meses. Hoje, dia 14, curiosamente, está fazendo aniversário de três meses. E, quando a gente para para analisar e eu escuto os discursos dos Senadores dizendo que pode ter uma debandada de assinaturas de Deputados para poder cair a CPMI, eu vejo que está bem contraditório. Uma CPI, comandada pelo integrante do PT aqui no Distrito Federal, para buscar essa verdade...

Eu estou curioso para saber quem foi que quebrou a cadeira do Alexandre de Moraes, para prender aquele vagabundo mesmo, tem que prender. Eu estou curioso para saber quem foi que destruiu o STF todinho. Quem foi que desceu a rampa aqui? Quem foi que financiou tudo isso? Eu estou querendo punir essas pessoas, que têm que ser punidas mesmo, têm que ficar eternamente presas. Agora, para isso, a gente precisa esclarecer muitas coisas. Para isso, tem que fazer o mesmo trabalho, atrasado, que a Câmara Distrital aqui está fazendo.

É no mínimo contraditório acusar o Governo Federal... E eu acho que eles estão isentos, eu acho que eles não têm nada a ver com isso. Eu acho estranho eles colocarem qualquer tipo de obstáculo ou barreira ou proposta para esvaziar uma CPMI como essa, porque o STF é o primeiro interessado nisso aí, o Senado Federal é o primeiro interessado nisso aí... Ou se esqueceram do dia 8, em que todo mundo foi para a imprensa e contou os absurdos que estavam acontecendo aqui dentro? Chegou o momento de a



gente punir esse pessoal todinho!

É isso aí.

Encerramento, com convocação.

A Presidência informa às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que estão convocadas as seguintes sessões: sessão especial destinada a comemorar o Dia de Luta contra o Câncer a ser realizada hoje, dia 14 de abril, às 14h, daqui a pouco, e sessão não deliberativa, de segunda-feira, 17 de abril, às 14h.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Até às 14h, gente. Abraço.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 48 minutos.)



Ata da 29^a Sessão, Especial Semipresencial,
em 14 de abril de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Styvenson Valentim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 17 horas e 25 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 236, de 2023, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a comemorar o Dia Mundial de Luta Contra o Câncer.

A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados: Sr. Aldo da Cunha Medeiros, Presidente da Liga Norte Riograndense Contra o Câncer; Sr. Luciano Luiz da Silva Júnior, Coordenador Executivo da Liga Norte Riograndense Contra o Câncer; Sra. Maria Angela Marini Ferreira, Presidente da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace); Sr. Gustavo Fernandes, ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; Sra. Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida; Sra. Adilza Holanda Alves de Souza, Presidente do Grupo Bonitas, no meu Estado do Rio Grande do Norte; Sra. Thyfani Brito Carvalho, ex-paciente oncológica; Sr. Arisson Tavares, autor do livro *O pequeno príncipe careca* – está aqui, gente! Bacana, obrigado, Sr. Arisson –; Sra. Luci Ishii, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasiliense de Apoio ao Paciente com Câncer (Abac Luz).

Composição da mesa.

Convido para compor a mesa, junto a mim, os seguintes convidados:

Sr. Aldo da Cunha Medeiros, Presidente da Liga Norte Riograndense Contra o Câncer. (*Palmas.*)

Sra. Luci Ishii, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasiliense de Apoio ao Paciente com Câncer (Abac Luz). (*Palmas.*)

Sr. Gustavo dos Santos Fernandes, ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica. (*Palmas.*)

Gente, só quebrando um pouquinho o protocolo: este dia é especial, é o dia de combate, é o dia de luta, é o dia contra o câncer. Então ânimo! Está bom? Ânimo! (*Palmas.*)

Sra. Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida. (*Palmas.*)

É isso aí.

Eu falei isso, eu citei isso, Dr. Aldo, porque quem vence o câncer tem que ter ânimo. Para lutar contra o câncer, tem que ter ânimo.

E há uma criança que eu conheci com dois anos de idade, no Hospital Varela Santiago, que é bem especial para mim, como várias outras que eu conheci durante a minha vida: eu vou chamar a Sra. Thyfani Brito Carvalho, ex-paciente oncológica. (*Palmas.*)

Sra. Adilza Holanda Alves de Souza, Presidente do Grupo Bonitas, no Estado do Rio Grande do Norte. (*Palmas.*)

Sra. Maria Angela Marini Ferreira, Presidente da associação... (*Palmas.*)

É isso aí.

Só antecipando como vai ser hoje nesta sessão, a gente vai alternar algumas falas, Senador Izalci, vai abrir para os Parlamentares falarem também, e a gente vai ter a participação de pessoas, de artistas que tratam a doença muitas vezes com alegria, com felicidade, porque é disso que a gente precisa neste país. A gente até tocou nesse assunto hoje durante a sessão mais cedo, e é por isso que eu pedi ânimo mais uma vez, força e toda proteção de Deus para a gente dar continuidade e ficar em pé agora para cantar o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS -



RN. Para discursar - Presidente.) – Vou dar início com uma pequena fala.

Eu inicio fazendo a reflexão de como falar sobre a dor que sentimos quando perdemos alguém. A dor, a perda, a saudade são democráticas e alcançam a todos nós. Ao propor esta sessão especial, pensei, e muito, em um tema que pauta a minha vida, o meu mandato e o meu planejamento: o câncer.

Então, Sr. Aldo, eu acredito que podemos chegar antes da partida, com a prevenção, com a profilaxia. Eu digo isso porque eu tenho uma mãe, chamada D. Dilma, que deve estar me assistindo, que teve câncer. Passei, passamos – eu, minha família, minha mãe, todos que ali acompanharam – pelo mesmo sofrimento. O câncer é a doença não só do paciente, mas de uma família, de uma sociedade. Somos todos levados nessa mesma jornada. Graças a Deus e aos membros da Liga Norte Riograndense – graças a Deus e a eles –, ela hoje está bem.

Enquanto policial militar, que era minha profissão anterior a estar aqui no Senado, eu realizava, nos meus horários vagos, visitas aos hospitais, principalmente de crianças, como o Varela Santiago, para levar instantes de alegria a pessoas tão novas, tão jovens que, quase que injustificadamente, passavam por tudo isso.

Lembro-me, entre tantos outros, do Isac, lembro-me da Bia, do Lucas, da Lauara, em especial da Thyfani, que está aqui do meu lado, que está presente aqui hoje, graças a Deus! Ela, com cerca de dois anos de idade, foi acometida por um câncer e conseguiu ter o diagnóstico precoce. Quatro anos depois, já estava curada. Eu conheci a Luciana, a mãe da Thyfani, que acompanhava o tratamento. Eu a conheci. Teve a mesma doença, mas não teve a mesma sorte. Como não descobriu antes, acabou partindo com 43 anos. Perdemos a mãe de Thyfani, não é?

É dessa dor que eu estou falando. É sobre essa dor que centenas de brasileiros ou as pessoas que estão me ouvindo, acompanhando nas redes sociais, entendem o que eu estou dizendo. Contudo, nos deixou essa linda garota, que sonha em ser e trabalhar com bichinhos, com *pets*, veterinária. Ela quer cuidar também.

Não vou me estender mais, porque tem um discurso feito, um discurso escrito, e ele parece ser frio. Porque, na verdade, quando eu tive contato...

Obrigado, Senador Eduardo Girão, pela presença.

Quando eu tive contato com essa doença, quando a minha mãe foi acometida, quando eu vi o trabalho incansável de médicos, enfermeiros – e aqui eu saúdo a todos... Acho que a saúde brasileira, na mão de brasileiros valentes, como a gente conhece no sistema SUS, pelas áreas hospitalares Brasil afora, é o que faz a gente acreditar e investir como Parlamentar. Quando eu disse que esse é o centro do meu mandato, o foco do meu mandato, é porque eu conheci essa doença de perto e eu sei o mal, o dano que ela pode causar. E eu acredito que não tem um brasileiro que esteja imune a ela, rico ou pobre, mulher ou homem, negro ou branco. Não se trata disso, não se trata de partido ou de ideologia; trata-se de salvar vidas com precocidade. A grande dificuldade hoje no nosso país, infelizmente, está no cuidar, está na humanidade, está em alcançar as pessoas que estão lá fora e mal sabem o que tem dentro delas e que, quando vêm a descobrir, já estão em um estágio bem longo e terminal.

Não dá para aceitar perder vidas por negligência, por falta de acompanhamento. Não faltam recursos neste país, falta interesse. E é o mesmo interesse que eu vejo na classe médica de muitos hospitais, nos enfermeiros, em quem trabalha voluntariamente, como essas Mulheres de Rosa, levando café ali no corredor, doando-se. E, quando a gente pergunta qual é o motivo, a maioria ou teve um familiar com a doença ou teve a doença ou presenciou algo do gênero. A finalidade desta sessão é essa.

Perdoem-me se fui um pouco ríspido quando pedi mais emoção, mais ânimo. É porque é disso que o paciente, doutor, precisa; não só de remédio, mas de uma injeção de ânimo na política, nas ações humanas, nas ações médicas. É dessa injeção de ânimo que a gente está precisando para o país, para a



gente melhorar não só a saúde, mas melhorar como nação. (*Palmas.*)

É neste momento agora, Thyfani, que eu convido a senhora, minha jovem guerreira, que com dois anos de idade enfrentou o câncer. E eu sorrio por alegria, porque eu vi Thyfani... Eu acho que ela não tinha noção do que estava enfrentando com dois anos de idade. Quando eu ia fazer meu trabalho voluntário, Senador Izalci, e me fantasiava, ia de policial ou ia de Capitão América, o que levava alegria para aquelas crianças, era porque eu tinha consciência, naquele momento, que podia ser o último dia delas. Eu acho que qualquer pessoa que está hoje em uma cama de hospital com a doença, que muitas vezes é de difícil tratamento, duro tratamento e até desumano tratamento, não tem a certeza de que vai ter amanhã. Imaginem isso para uma criança.

Então, Thyfani, eu quero homenageá-la e, em seu nome, homenagear todas as crianças que estão lutando contra o câncer.

(Procede-se à homenagem à Sra. Thyfani Brito Carvalho) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – As pessoas podem estar pensando assim: “Um cabra de dois metros de altura, todo emotivo?”. Gente, minha família, minha mãe...

(Intervenção fora do microfone.)

Ah, está no painel, olhe lá, Thyfani, a gente no painel quando a gente fazia... Olhe lá você rindo no casamento dos bonecos.

(Interrupção do som.) (Palmas.) (Pausa.)

O senhor vai ocupar a tribuna?

O Senador Eduardo Girão vai ocupar, por improviso, a tribuna.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Nobre Senador Styvenson Valentim, Presidente desta sessão, com muita honra e alegria o homem certo no lugar certo; senhoras e senhores aqui presentes, crianças – Thyfani, você é uma benção, linda, um presente de Deus –, eu queria, Senador Styvenson, eu tentei falar ali de baixo, mas não foi possível. O amor que a sua assessoria tem pelo trabalho do senhor – eu estive no seu estado algumas vezes conversando com os potiguares e ficou muito evidente o carinho, a gratidão que as pessoas sentem pelo seu trabalho –, eu quero aqui personificar, na sua caridade, no seu desejo de ajudar crianças como a Thyfani, porque antes de o senhor ser – estar!, porque a gente não é, Senador Izalci –, antes de o Styvenson, esse ser humano ser Senador da República, estar Senador da República, ele já trabalhava nessa seara há muito tempo, e pouca gente sabe disso. Às vezes, muitas vezes, com recursos próprios, ele estava se importando, ajudando no tratamento de crianças lá no Rio Grande do Norte.

E você merece todo o reconhecimento, Senador Styvenson, todo o carinho por uma passagem na Terra, que é passageira para todos nós. Deus é que está no comando e sabe a hora, mas o senhor faz a diferença na vida de muitas pessoas. E esta sessão aqui repleta de pessoas gratas e de pessoas que se importam com as outras é uma prova da importância do seu trabalho no Senado Federal.

Então, a sua assessoria preparou este momento e eu queria, aqui do púlpito, pedir a todos que estão conosco que a gente possa, para esse ser humano que faz de coração, antes de imaginar entrar na política, um trabalho nos bastidores se fantasiando para levar alegria aos hospitais, como um cidadão que realmente tem o amor no coração, que recebesse esta homenagem de todos nós, Senador Styvenson, por esta sessão histórica que está acontecendo hoje aqui no Senado Federal. Eu lhe cumprimento pela coragem, pela realização desse trabalho que transcende o Rio Grande do Norte; está atingindo todo o Brasil graças ao



exemplo ético e amoroso da sua existência aqui na terra. Então, eu convido todos a darem uma salva de palmas ao Senador Styvenson Valentim. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu que agradeço, amigo, não digo nem Senador, digo irmão. Aqui parece um campo de briga – não é, Izalci? – a todo mundo que assiste nossos discursos, nossos debates, mas é um lugar também em que fazemos boas amizades. Carregaremos isso para a vida. O Senador Girão, o Senador Izalci são mais que amigos, são irmãos que me acompanham. É para isto que serve a política: para servir as pessoas. A finalidade da política é essa, é para isso que servimos. Se não for para servir vocês, não servimos para nada.

Então, concedo agora a palavra ao Sr. Aldo da Cunha Medeiros, Presidente da Liga, para falar por cinco minutos tudo que o senhor tem para falar para a gente. Pode ocupar qualquer um dos lados. Pode ir para a direita ou para a esquerda. Independentemente de ideologia, para a direita ou para a esquerda.

O SR. ALDO DA CUNHA MEDEIROS (Para discursar.) – Senhoras e senhores, boa tarde.

Quero primeiro cumprimentar o Presidente desta sessão, Senador Styvenson Valentim; a Presidente da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abraç), Sra. Maria Angela Marine Vieira Ferreira; o ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, Sr. Dr. Gustavo Fernandes; a Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida, Sra. Marlene Oliveira; a Presidente da Associação Brasiliense de Apoio ao Paciente com Câncer, Sra. Luci Ishii; a Presidente do Grupo Bonitas (RN), Sra. Adilza Holanda; e a Sra. Thyfani Brito Carvalho.

Tenho o prazer também de cumprimentar o Dr. Ivo Barreto de Medeiros, Vice-Superintendente da Liga Norte Riograndense contra o Câncer; e o Dr. Luciano Luiz da Silva Júnior, Coordenador Executivo da Liga aqui presente.

Como Diretor-Presidente da Liga Norte Riograndense contra o Câncer, sinto-me muito honrado ao representar aqui a instituição juntamente com meus colegas Ivo e Luciano, ao mesmo tempo em que agradeço em nome da Liga a homenagem ora prestada através da iniciativa do Senador Styvenson Valentim, que formalizou o convite para que estivéssemos aqui, neste momento solene. Por ocasião do convite, o ilustre Senador homenageou e reconheceu todo o trabalho da Liga na prevenção e no combate ao câncer do meu estado, o Estado do Rio Grande do Norte.

Aproveitamos também o ensejo, caro Senador Styvenson, para agradecer a destinação recente de vultosos recursos de R\$15 milhões, através de emenda parlamentar, para construção e aquisição de equipamentos para mais uma unidade de nossa Liga, para o diagnóstico, o tratamento e a prevenção do câncer, na cidade de Currais Novos, na minha região, Seridó, do Rio Grande do Norte. A construção do empreendimento já está em andamento, com as providências sendo tomadas, e trará enormes benefícios para a população de uma região muito carente, como o senhor bem conhece, sujeita a secas repetidas.

Alguns dados a respeito do câncer merecem ser lembrados. É a segunda causa de morte no nosso planeta. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, cerca de 10 milhões de vítimas ocorreram em 2020. O dado basta para entender a campanha promovida pela União Internacional para o Controle do Câncer (UICC), com o apoio da OMS, e o objetivo dessa campanha é aumentar a conscientização da sociedade de um modo geral e influenciar os governos para que se mobilizem contra a doença.

Senador, o senhor mobilizou-se, assumiu a causa e está nos ajudando, a todos aqui presentes, que nos preocupamos e tratamos o câncer. Neste ano, o destaque são os investimentos na prevenção da doença e seu impacto na economia global. Vejam que dado interessante e estarrecedor: somente para se ter uma ideia da relevância desse problema, segundo a União Internacional para o Controle do Câncer, investir cerca de US\$12 bilhões em estratégia de prevenção gera uma economia de US\$100 bilhões no tratamento



do câncer. Imaginemos que o total gasto, o total global com o câncer, em todo o mundo, é estimado em cerca de US\$1 trilhão, equivalente a 72% do PIB do Brasil em 2021 – é muito dinheiro.

Então, os dados são cruéis, são estarrecedores, e cerca de 10 milhões de pessoas, em todo o planeta, se submetem hoje à quimioterapia – viu, Thyfani, à quimioterapia a que você se submeteu contra o câncer –, e serão de 12 milhões a 15 milhões em 2040. Estima-se que subam para 15 milhões. Então, a nós compete frear essa escalada de pacientes com câncer entre nós e no mundo todo.

No Brasil, a estimativa do Instituto Nacional do Câncer (Inca) – em que alguns de nós fizemos treinamento, o Dr. Ivo, muitos de nossa Liga Contra o Câncer – é de que de 2023 a 2025, o país registrará cerca de 704 mil novos casos de câncer – de 2023 a 2025, cerca de 12% a mais do que nós temos hoje.

Esses números evidenciam a magnitude dos desafios que envolvem o combate à doença, principalmente os obstáculos ao acesso aos tratamentos, ao diagnóstico precoce, que pode custar cerca de 30% dos casos de câncer.

Então, o diagnóstico de equidade, o déficit de equidade do acesso à prevenção e tratamento está custando vidas, está matando muita gente. Todos nós vemos isso diariamente nas nossas instituições.

Portanto, senhores e senhoras, Sr. Senador, a nossa Liga Norte Riograndense contra o Câncer – que tem como causa combater o câncer, transformando vidas como missão, prestar assistência prioritária à oncologia, com competência e filantropia principalmente, e que tem com valores o respeito ao ser humano, honestidade nas suas ações, compromisso com o fazer bem feito, disposição de servir ao ser humano com câncer – agradece mais uma vez o seu apoio, o apoio desta Casa e a homenagem aqui prestada. Muito obrigado, em nome da nossa instituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu, como representante do meu estado, Senador da República e do país, estendo o reconhecimento da Liga Norte Riograndense e seus trabalhos. Fiz, como uma amostra, o que fez pela minha mãe, o que faz pelo potiguar, mais o que faz cada instituição dessa Brasil afora: Hospital do Câncer, em Barretos; lá com o Rodrigo – obrigado, Senador Rodrigo Cunha, pela presença –, lá em Alagoas, quando ele levou... Ele vai usar a palavra para falar da experiência dele também.

Então, Sr. Aldo, muito obrigado, viu? Nós que agradecemos. Não é só um estado não. É o país todo e quem luta contra essa doença que agradecem o trabalho dos médicos e enfermeiros.

Agora eu chamo, para ocupar por cinco minutos a tribuna, o Sr. Luciano Luiz da Silva Júnior, o Coordenador Executivo da Liga. (*Palmas.*)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR (Para discursar.) – Senador Styvenson, Presidente desta sessão, na pessoa de quem saúdo todas as autoridades que compõem a mesa; Senadores presentes...

O nosso Presidente já falou da Liga um tanto, mas eu queria historiar um pouco a nossa Casa.

O Senador Styvenson falou da honra que pudemos ter em tratar sua mãe... A mãe da Thyfani também passou numa segunda etapa do tratamento também conosco, mas a base do tratamento foi no Hospital Universitário.

Quero dizer que temos 74 anos e cabe contar um pouco da nossa história, Senador.

Nós começamos numa campanha do Ministério da Saúde, então, que criou ligas pelo país inteiro. Então, nesse período, 40 pessoas da nossa sociedade, das assistentes sociais, médicos, empresários... Eles se juntaram e, aí, foi criada a Liga no Hospital Dr. Luiz Antônio, a nossa Unidade 1, que era na periferia da cidade. Era num hotel, que se chamava hotel de passagem, o seu entreposto da cidade mais próxima, até porque a rota de comércio era beirando o rio, Senador, e era a periferia.

Essa unidade nasceu para albergar as pessoas em fase terminal para que pudessem ter um tratamento adequado na medida do possível, um tratamento humano e para que pudessem fazer a partida de uma forma digna.



Em 1970, chegaram os dois primeiros... E aí, Dr. Gustavo, começa-se a mudar o perfil da instituição. Chegaram os dois primeiros oncologistas: aqui presente, o Dr. Ivo, oriundo do Inca, e o Dr. Aluísio Bezerra, também oriundo do Inca, um cirurgião oncológico, outro radioterapeuta. Aí começa a guinada da liga em busca dos tratamentos mencionados pelo senhor.

Desde então, há feitos, e aí, sem querer e sem poder perder o propósito, a liga foi crescendo. Hoje, somos quatro unidades hospitalares: a Unidade 1 continua sendo 100% SUS; na nossa Unidade 2, está todo o nosso parque tecnológico, com os aceleradores, toda a quimioterapia, diagnósticos, sem dever a nenhuma instituição privada da cidade; a Unidade 3, onde fazemos as cirurgias, tem a nossa parte suplementar e é onde está a nossa pediatria; e a Unidade 4, uma unidade avançada, uma unidade no interior, com diagnóstico e mais tratamento. A Unidade 5 é uma casa de apoio que mantemos para adultos; junto com a Rede Feminina, nós fazemos o custeio; são 35 leitos de forma gratuita; essas pessoas ficam albergadas, têm transporte, são acomodadas e têm todo o nosso zelo. A nossa Unidade 6 é a parte de ensino. Quero dizer que fui aluno, estagiário... Todos os futuros médicos da cidade rodam conosco, além de serviço social, odontologia, enfermagem, toda equipe multidisciplinar. Temos hoje um centro de ensino. E, Dr. Gustavo, hoje, de todos os trabalhos científicos ligados à oncologia, a liga participa de 45%. E dos que ela participa em 80% nós ficamos entre os cinco primeiros em número de pacientes.

Na cirurgia, Senador Girão... E eu ouvi, de manhã, parte da sessão em que o senhor citava uma unidade 100% SUS. Nós hoje, em um estado – Senador, se orgulhe – pequenininho, somos o terceiro centro em número de cirurgias oncológicas pelo SUS – o terceiro. Se fizermos uma proporção, se formos para a base populacional, em que o primeiro é o nosso coirmão Aristides, em Salvador, talvez seríamos até o primeiro.

O mais importante, Senador, é a qualidade. Eu sou cirurgião oncológico, o Dr. Ivo é cirurgião oncológico, o Dr. Aldo também é cirurgião. E não foi um complô dos cirurgiões, Dr. Gustavo, não foi! Os oncologistas ficaram, os radioterapeutas também. O nosso orgulho, Senador, não são os 100% SUS, é algo que o Senador Styvenson citou de manhã: é que do jeito que eu opero o paciente da medicina suplementar eu faço com o meu paciente do SUS. Isso, sim, é nosso motivo de orgulho.

E aí gratidão. O Dr. Aldo já mencionou a quinta unidade, outra unidade, também no Seridó, onde vamos poder – aí recurso de emenda de bancada usada pelo Senador, que brigou por ela – edificar, porque nós vimos que nessa região 65% das pessoas que nós atendíamos ainda precisavam ir a Natal. E, numa linha de reduzir asfalto, de reduzir tempo, aí vem, Senador, o senhor citou na sua fala, o nosso tempo de tratamento, o *timing* para se poder alcançar o que se conseguiu com a bela Thyfani.

Na nossa outra unidade, que é a unidade pediátrica em parceria com o Ministério Público do Trabalho, o Senador entrou na finalização e nós vamos poder edificar. Mais tarde, o Dr. Ivo prepara uma surpresa para ele, uma nova função a essa edificação que vai acrescentar, talvez, a única fronteira que a liga ainda não tenha, que é o transplante de medula, mas aguarde a conversa posterior.

Desculpe-me, Dr. Ivo, se já me antecipei. Perdoe-me. Como professor, o senhor não pode mais me baixar nota, porque que eu já estou ficando de cabelo branco.

O mais importante agora, Senador, ao término disso, a essas 40 pessoas que fundaram a liga é olhar para trás e ver que crescemos.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – Ver a nossa responsabilidade. Todas as instituições e pessoas aqui que convivem e conviveram com as histórias de Thyfanis que puderam crescer e que hoje estão em posições...

Ontem conversava com o Dr. Fernando, do Ministério da Saúde, sobre o que nós pudemos fazer.



Somos passageiros, Senador Girão lembrou aqui, estamos nessa função. A liga tem 74 anos. Poderia ser o Dr. Ivo aqui, que já foi um dia Coordenador Operacional. Hoje o bastão está comigo. Tenho a honra lembrar que começamos com 25 funcionários, 25 leitos; hoje, juntando com os médicos, são 2,5 mil. Atendemos a todos os municípios do estado – 60% da oncologia SUS estão sob nossa responsabilidade.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – E aí, Senador, é olhar para atrás e ver que crescemos e procurar se a nossa essência, se ao nosso propósito de quando fomos fundados por aqueles 40 cidadãos ainda estamos afeitos, se nós deixamos passar entre nossas mãos a nossa máxima, que era o cuidar. A tecnologia vem e ela é complementar, mas a essência do cuidado é esta: nós não podemos em nenhum momento desperdiçar.

Eu ontem, conversando com o Ana, disse: “Ana eu teria um caso para ilustrar...”

Mas eu acho que eu já estourei o tempo, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – Bom, vou tentar. Quando eu começar a falar, o senhor decide.

Há tempos eu fui convidado para ser paraninfo de uma turma de medicina e, em sendo a última aula, era a última mensagem àqueles futuros médicos, tão distantes hoje em dia da parte humanitária...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – E eu queria levar a medicina como algo que iluminasse, mas que permitisse ser iluminado. A sua ação, Senador, lá atrás, como mencionou o Senador Girão antes, manteve-se no propósito. E muitos médicos perdem, e aí eu me recordei e fiz a analogia: iluminar, se deixar iluminado com esse caso.

E aí, Dr. Gustavo, era uma criança, 13 anos, com um sarcoma, sarcoma no braço, e eu precisei fazer uma amputação. Seguiu na quimioterapia. Era uma criança viva, com os olhos lindos, que vinha sempre com o pai. Estranhamente a mãe nunca apareceu, nunca a conheci. E aquele pai, muito carinhoso, apesar das feições, pele curtida pelo sol...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – ... rude, mas carinhoso. Você percebia o amor daquele pai àquela criança. E aí seguiu a cirurgia. A mãe não podia ir, porque tinha mais três filhos menores. Ela abria mão do carinho para cuidar dos outros filhos sadios em casa.

Seguiu, fiz a cirurgia, segui com a oncologia pediátrica. Já digo: eu sofro com as crianças, eu adoeço. É dolorido para mim, mas, numa fase inicial, enquanto cirurgião oncológico, eu fazia e criamos aquele relacionamento.

Tempo depois, dois anos depois, nessa criança surgiu outro tumor. Agora, no joelho, e eu não podia fazer outra amputação. Tinha pesadelos em imaginar. Outro: e era contralateral.

Fizemos um esforço. À época, em Natal, não havia nenhum ortopedista que pudesse colocar prótese, e ela foi...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – Conseguimos, e ela foi colocar essa prótese em Recife. Voltou e ela desenvolveu metástase. A prótese fraturou – eu não me lembro de ter visto fratura, mas a literatura diz. E eu me recusava.



Aquela criança sabia todos os meus horários do consultório, do ambulatório, dia em que eu operava, dia em que eu estava de plantão. Ela sabia tudo da minha vida. E vinha o recado da pediatra: “Fulana [que eu vou chamar de Maria] Maria quer vê-lo”. E eu não aceitava, porque eu sabia que eu teria que indicar essa cirurgia, mas fui ver a Maria. Tinha ulcerado o tumor da Maria, e ela estava com muita dor. E, naquilo lá, eu vi o quanto eu estava sendo egoísta. A dor era minha de não querer fazer a amputação, mas, ao ver Maria naquela troca de curativo – e eu não fui nem como médico...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – ... eu fui como amigo da família –, eu vi o sofrimento e naquele instante eu indiquei a cirurgia.

Já conversei com o pai, conversei com ela – e ela grata, por se livrar daquele sofrimento. Fiz exames pré-operatórios, seguimos e, à véspera da cirurgia – era outra unidade –, eu fui visitar, até porque era uma cirurgia terrível para um cirurgião. Fui lá visitar a Maria. Chegando – ela tinha metástase pulmonar –, Maria estava numa fase avançada da doença, e eu disse: “Que alívio, porque ela não vai ter que fazer uma amputação, ela vai poder seguir para Deus, essa família não vai sofrer e ainda poupou este pobre cirurgião”.

Eu tinha um congresso, viajei. Eis que volto e, uns dias depois, a pediatra: “Maria quer vê-lo”. “Como?”. “Maria quer vê-lo”. Precisa fazer a cirurgia, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – E fui. Fiz a cirurgia, conforme prometido. Segui no acompanhamento pediátrico, dei alta. Dias depois – o Dr. Aldo conhece um dos nossos hospitais, um corredor longo até o centro cirúrgico –, à porta do centro cirúrgico, Senador, eu escuto lá aquela vozinha doce chamar pelo meu nome. E eu me viro, ela vem com o pai, com um sorriso de ponta a ponta. A imagem inicial de uma criança sentada a uma cadeira, atravessada, como a gente fala lá no Nordeste, por não ter um braço e uma perna – e era contralateral, meio que se equilibrava naquela cadeira –, o primeiro segundo foi do impacto, porque eu não queria imaginar essa cena, mas ao fitar...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – ... aquele sorriso, era um ser de luz que vinha lentamente naquele corredor – sorriso pleno. E ela vai se aproximando – é incrível a imagem, Senadores, de quanta beleza naquela criatura, de tamanha prova à qual ela foi submetida – e quando ela chega próximo de mim, ela diz: “Dr. Luciano, eu estou tão feliz!”. Como? “Dr. Luciano, eu estou tão feliz! O senhor acredita que agora eu posso mexer na internet?”. Gente, quão pequeno...

O senhor falou, conclamou por ânimo, Senador. Esse é o nosso ânimo. Essas crianças é que vão nortear a vida... Não achem que nós médicos estamos no topo da frieza. Cada um de nós falaria aqui à tarde, contando alguns casos, de adultos, crianças, sei que o Dr. Gustavo também...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO LUIZ DA SILVA JÚNIOR – ... o Dr. Ivo idem, enfim, os médicos aqui presentes.

Mas é esse o estímulo: cuidar. Lá na liga, nosso lema é: “Estar na liga é uma grande oportunidade de fazer o bem”. Às instituições aqui presentes e ex-pacientes de instituições: lidar com o câncer é uma grande oportunidade de fazer o bem. (*Palmas.*)

Senador, em nome da liga, obrigado pela sua luta incansável em prol do nosso estado, em prol da sua atividade aqui nesta Casa, em prol do paciente oncológico. Obrigado por nos ajudar, ajudar a liga e a



nós que estamos aqui a fazer o bem. Obrigado. Desculpe o horário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Agradeço também, Dr. Luciano.

Nas nossas conversas – não é, Dr. Ivo? – eu sempre cito que, se a gente está se preparando para uma guerra, a gente está se equipando para isso. E com os números que o Dr. Aldo trouxe para a gente, com certeza vai ser uma grande guerra contra essa doença. Então, temos que estar todos preparados.

Eu concedo a palavra agora à Sra. Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida.

A senhora tem cinco minutos, e eu vou acrescentando o tempo. (*Palmas.*)

A SRA. MARLENE OLIVEIRA (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas. Eu estou, assim, emocionada, Senador, de estar aqui nesta Casa, que está ocupada por pacientes, por pessoas que eu, como líder de uma organização, o Instituto Lado a Lado, que há 11 anos criou neste país a campanha Novembro Azul, tenho muito orgulho de ver aqui. É o meu primeiro contato com o senhor, eu não o conhecia, e me sinto representada e sinto que a nossa luta agora tem mais um grande aliado. Então isso é motivo de muito orgulho para nós.

Eu queria muito agradecer aqui à Abrapec, que é a instituição que é parceira. Eu queria que todas as pacientes, as pessoas da Abrapec e as nossas queridas do Escolhemos Viver e da Abrace ficassem em pé, porque é por vocês que a gente acorda todos os dias, é por vocês que a gente trabalha, é por vocês que a gente está aqui, é por pessoas assim. (*Palmas.*)

Eu fiquei emocionada ao ver a Thyfani. Quantas crianças neste país hoje esperam ter a mesma felicidade que a Thyfani está tendo aqui. Então, é muito bom estar aqui e falar por essas pessoas.

Como – eu vou chamar de doutor – o Dr. Aldo colocou bem os números, 704 mil novos casos é muita coisa. E o nosso maior desafio – aqui está o Sr. Fernando Maia, representando o Ministério da Saúde – é como a gente chega antes do câncer, é como a gente consegue fazer com que a nossa população comece a entender que o câncer hoje já não é mais tão distante, ele está chegando cada vez mais perto. Quem de nós hoje não conhece alguém e não tem alguém na nossa família com câncer?

E o Instituto Lado a Lado participou ativamente, junto com a Comissão Especial de Combate ao Câncer da Câmara Federal – e aqui eu queria deixar registrado o nosso reconhecimento pelo trabalho da Deputada Silvia Cristina e do Deputado Weliton Prado –, onde a gente apresentou uma proposta da nova política nacional de combate ao câncer. Esse é o desafio, e a gente não pode passar este ano sem aprovar essa política. Essa política é algo que vai garantir ao paciente um atendimento digno e de qualidade. E aqui eu estou falando pelos pacientes do Sistema Único de Saúde.

Para a gente que roda este país, para a gente que atua neste país de ponta a ponta, é difícil perder pessoas pelo caminho porque não tiveram acesso a uma consulta. A pessoa morre e a família nem sabe que foi um câncer. Então, esta Casa tem que ter um olhar especial para isso e ter pessoas como o senhor. Hoje aqui eu fiquei muito feliz de ver a sua emoção, e é disso que a gente precisa: de pessoas aqui nesta Casa que sintam o sangue correr na veia e sintam a emoção.

Eu quero muito agradecer e dizer que o câncer é algo que está aqui com a gente, e o paciente com câncer tem pressa, tem urgência e não pode esperar. Então, a minha fala vai muito nesse sentido. E nós aqui todos precisamos aprovar essa política nacional do câncer, que tem que ser prioridade neste país. O paciente com câncer hoje tem essa urgência, e nós devemos isso a ele – nós devemos isso.

Hoje eu estou numa condição de ser uma pessoa saudável, mas amanhã eu não sei. E, quando chegar a minha vez, eu preciso também ter esse direito. Então, é por vocês que eu acordo todos os dias, é por vocês que eu trabalho, é por vocês que a minha instituição tem uma atuação. E a atuação nossa é a seguinte: a gente tem que chegar antes, a gente tem que falar neste país. Neste país, não dá para ter um



Ministério da Saúde que só fale de doença, a gente precisa ter um Ministério da Saúde que propague...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARLENE OLIVEIRA – ... a saúde. É disso que a gente precisa.

Muito obrigada.

Não vou ocupar todo o espaço, mas muito obrigada. E que você tenha muita saúde e muita coragem, porque a gente precisa de você estando aí na frente, segurando esse timão junto com a gente.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sra. Marlene. A senhora tinha ainda mais um minuto e o tempo suficiente eu iria dar para a senhora, primeiro, pelo sexo feminino – não é? –, que tem sempre prioridade nesta Casa e em toda a sociedade, e pela experiência que a senhora tem também, dentro dessa área.

A SRA. MARLENE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Assistiremos agora a uma apresentação da canção Acreditar, que será executada pelo cantor Alan Cruz, cujo nome artístico é Dr. Melodia, que criou o projeto social Remédio Musical, onde trabalha como voluntário. Com esse projeto, levou apresentação gratuita às cidades de 25 estados brasileiros, em mais de cem hospitais públicos. Hoje ele canta acompanhado de voluntárias do projeto: a Sra. Martha Freitas e Aline Rodrigues Rolim.

Estão prontos? (*Pausa.*)

À vontade.

O SR. ALAN CRUZ – Boa tarde! A gente vai cantar uma parte da Acreditar e de uma música que a gente rodou todo o país cantando, que é do Roberto Carlos: Como é Grande o meu Amor por Você. E é o que eu quero deixar para todas as pessoas que estão aqui: essa linda homenagem neste dia tão importante.

(*Procede-se à execução musical das músicas Acreditar e Como é Grande o meu Amor por Você.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sr. Alan Cruz, Dr. Melodia, trabalho voluntário, obrigado, viu? Cem hospitais em 25 estados brasileiros, com a D. Martha agora integrando e a D. Aline, é disto que a gente precisa: acreditar.

O SR. ALAN CRUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É terapêutico, relaxou. Tira até essa ansiedade. Estava conversando com um médico aqui do meu lado, especialista, e ele disse que é uma forma de combater as doenças também.

O SR. ALAN CRUZ – A música libera endorfina, dopamina, serotonina. É um prazer. Na verdade, o senhor está falando 25, são 26 estados, porque a gente fez em Cuiabá agora. Estou muito feliz de estar fazendo esse projeto em todo o Brasil, levando a música e a alegria gratuitamente. A gente sabe o poder que a música tem na vida das pessoas. Estou muito honrado de estar aqui hoje no meio dessas pessoas especiais, da Abrace, que é nossa grande parceira, e de todos que estão aqui. Muito feliz! Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Alan. Obrigado. (*Palmas.*)

Vou conceder a palavra agora ao Sr. Gustavo Fernandes, ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.



O senhor terá cinco minutos e mais algum tempo de que precisar.

O SR. GUSTAVO DOS SANTOS FERNANDES (Para discursar.) – Boa tarde a todos!

Muito obrigado. É uma alegria estar aqui hoje. Obrigado, Senador Styvenson, na pessoa de quem cumprimento a mesa toda. Senador Izalci, na sua pessoa cumprimento o Parlamento e cumprimento as mulheres, as pacientes e a tudo de bom que tem no Brasil na pessoa da menininha – onde está ela? –, a Thyfani. Ela é sensacional, não é? Olha, olha que bonitinha!

Eu acho que, para um dia que comemora a luta... A gente já falou das duas coisas aqui, então: a gente teve muitos sentimentos a comemorar, muita beleza nas falas do Dr. Luciano, muita beleza no sentimento do Senador Styvenson e na história da Thyfani; e a gente também teve elementos aqui que sinalizam, como na fala do Dr. Aldo, o quanto a gente ainda tem de luta pela frente nesse tema.

Então, é, sim, um dia de comemorar, um dia de aplaudir os pacientes pela coragem que têm, os médicos, os profissionais de saúde, todos – notadamente enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, que são muito importantes na condução dos casos de câncer –; são pessoas de muita coragem. Então, isso é digno de aplauso.

Também como colocado pelo Dr. Aldo, nós teremos no Brasil 700 mil casos de cânceres novos por ano no próximo triênio. Se a gente colocar isso em cinco anos, são 3,5 milhões de pessoas que vão adoecer. Se tivermos uma taxa de mortalidade de 20%, o que é uma taxa reportável, nós teremos 700 mil óbitos, o que é, mais ou menos, o número de óbitos que nós tivemos na pandemia. E veja que isso está acontecendo todo dia na nossa frente e isso talvez não gere mais o espanto que deveria gerar. Então, acho que, quando a gente tem um evento novo que acrescenta uma linha de agressão a nós, a gente tem muito mais vontade de falar.

Eu acho que aqui uma das coisas que a gente tem que ter em tratamento de câncer, olhando para as políticas públicas, é não perder a capacidade de se indignar com o caminho que a gente ainda tem para trilhar e com o quanto a gente ainda pode ganhar, quantas vidas a gente ainda pode salvar.

Então, o número é este: uma pandemia a cada cinco anos, de maneira perene, contínua, se a gente não agir para parar.

Como que a gente pensa, e aí falando um pouco da parte técnica, e como a gente sabe que se pode agir no sentido de reduzir o impacto do câncer na vida das pessoas, na vida das famílias, na vida da sociedade e do país? Porque tudo isso tem um impacto pessoal, um impacto íntimo muito grande, muito firme, como a gente pôde ver aqui, mas também tem impactos na sociedade como um todo e mesmo impactos econômicos.

Então, as ferramentas para isso são conhecidas, estão à nossa disposição e começam com métodos de rastreio, métodos de *screening*, métodos de diagnóstico precoce.

Como bem falou o Senador Styvenson, eu estive com ele aqui, há uns dois, três anos, um pouquinho antes da pandemia, discutindo *screening* de câncer colorretal. Nós não temos um programa de *screening* de câncer colorretal no Brasil. Nós não temos um programa institucionalizado de *screening* para câncer de mama, embora exista até algum grau de esboço disso.

Então, nós precisamos destinar verbas e recursos para diagnóstico precoce e para que, uma vez feito o diagnóstico, firmado diagnóstico, o indivíduo tenha acesso ao tratamento curativo, que habitualmente é o tratamento cirúrgico, que o Dr. Luciano falou, tendo três cirurgiões e um clínico – talvez a proporção seja correta.

E não se faz isso sem política, sem vontade, sem conhecimento, e isso não falta no Brasil, e também sem direcionamento de recursos para isso.

Então, mais uma vez, usando o doloroso exemplo da pandemia, me solidarizo a todos que perderam algum familiar. E todo mundo teve pessoas que adoeceram muito fortemente na pandemia com covid,



embora a gente tenha tido um investimento de R\$36 bilhões em vacinas no ano passado, enquanto o investimento em oncologia no SUS é por volta de 10% disso. Então, a gente precisa também de fomento. Não é só de dinheiro, a gente precisa de inteligência, a gente precisa de organização e priorização, mas também a gente precisa de mais recursos para diagnóstico, mais recursos para terapias para quem é curável e também mais recursos para terapias, digamos assim, paliativas e para conforto dos pacientes que são incuráveis.

Então, acho que a nossa luta como Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, que é a sociedade que representa os médicos que enfrentam, junto com os pacientes e com os colegas de outras especialidades e profissões afins, o câncer todos os dias, a nossa vontade é de viver num país em que nós tenhamos acesso mais equânime e que nós não soframos junto com os pacientes – lógico, em uma escala mínima, quando comparado ao sofrimento do paciente – ao enxergar alguém que poderia ter sido salvo, alguém que por um exame de custo, digamos assim, razoável poderia ter sido diagnosticado precocemente e poderia ter tido sua vida poupada. Esse é um sentimento com o qual nós deparamos todos os dias. Na clínica privada, menos, mas ainda assim, eventualmente por falta de informação ou por não aderência, digamos assim, aos protocolos de rastreio. E no Sistema Único de Saúde, muito, muito, muito por falta de recursos e também por falta de um direcionamento. Então, acho que fica aqui para nós essas provocações.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO DOS SANTOS FERNANDES – Nós precisamos ser mais precoces, nós precisamos ter uma estratégia inteligente e priorizá-lo, porque o câncer vai ser a doença que mais mata no Brasil em 2028, essa é a previsão. Nos países desenvolvidos, já é; no mundo, em segundo, indo para primeiro. E nós precisamos do apoio desta Casa, do apoio do Ministério da Saúde para injetar recursos, naturalmente, em iniciativas que tenham alto impacto, como aparenta ser a iniciativa que o Senador apoiou lá em Currais Novos, que vai ser um centro para diagnóstico precoce daquela população, que tem um vazio assistencial muito grande, no interior do Rio Grande do Norte, que eu conheço, o vizinho lá do Estado da Paraíba.

Então, eu agradeço a todos, em nome da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, em nome dos médicos oncologistas do Brasil, pela oportunidade de estar aqui. E é, de fato, um dia de comemorar. Sorriam, comemorem a vida de vocês que são pacientes, comemoremos a vida nós que temos o prazer de estar ajudando vocês, mas também sigamos na luta que é necessária aí para que...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO DOS SANTOS FERNANDES – ... nós vençamos cada vez mais casos de câncer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Dr. Gustavo.

O senhor disse algo que é lógico, conhecido: é melhor investir na prevenção, acho que em qualquer área, educação, segurança. Em qualquer área, se investir em prevenção, no saneamento, se investir em prevenção, em profilaxia, você gasta menos dinheiro, tem menos resultados ruins. Isso não é diferente na saúde – não é diferente –, mas parece que a política é só do – não é, Senador Izalci? – quebrar a inércia depois que tudo acontece. A gente estava discutindo isso hoje. Depois que a coisa ocorre, depois que o acidente... Depois que a barragem estoura, corre todo mundo para lutar; depois que ocorre um fato criminoso dentro de uma escola, todo mundo quer tomar providência. É assim também na saúde.

Vou chamar agora a Sra. Maria Angela Marini Vieira Ferreira, que é a Presidente da Associação



Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace) –, não é isso?

A SRA. MARIA ANGELA MARINI VIEIRA FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A senhora tem cinco ou até mais minutos.

A SRA. MARIA ANGELA MARINI VIEIRA FERREIRA (Para discursar.) – Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimento-os e agradeço, em especial, ao Senador Styvenson Valentim, que preside esta solenidade, a gentileza do convite à Abrage para nós participarmos deste momento tão especial e falarmos sobre uma doença que tem abatido muitas famílias.

Eu agradeço também a todos os presentes, em especial às associações que aqui hoje também se encontram e que fazem um belíssimo trabalho, como a Abrage, em prol de todos os pacientes com câncer, sejam adultos, crianças, adolescentes.

Cumprimento o nosso cidadão Senador Izalci, representante de Brasília neste Senado Federal, e, através do senhor, cumprimento a todos os demais Senadores que aqui se encontram.

Estou aqui hoje representando a Abrage, mas eu me apresento, Senador, como mãe de ex-paciente. Minha filha, aos cinco anos – eu tenho três filhas –, minha filha do meio, foi acometida de leucemia linfoblástica aguda. Hoje ela tem 43 anos. Graças a Deus, passamos por esse deserto, como outros passam, mas vencemos o câncer, e ela pôde seguir a caminhada dela.

Então, como disse Fernando Pessoa: “Deus quer. O homem sonha. A obra nasce”. E assim nasceu a instituição Abrage, que é a Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias. Nós assistimos também a doenças complexas do sangue, como anemia falciforme e outras.

A dor cruzou o destino dos fundadores da Abrage, como o do senhor e de outras famílias que estão aqui, com o diagnóstico de leucemia de seus filhos. Era o início da década de 80. No convívio com mães de origens diversas, no Hospital de Base de Brasília, cinco mães e pais saem da própria dor e abraçam a dor coletiva.

Eu peço ao Roberto, que é o meu esposo, que foi o primeiro Presidente da Abrage, para levantar, para que vocês conheçam também um dos pais fundadores. (*Pausa.*)

A nova e cruel realidade requeria enfrentamento. Que a dor unisse, não separasse. Solidários na dor, subsidiários na ajuda – ajuda solidária e coletiva.

Foi constituída a instituição em 1º de maio de 1986. Então, daqui a uns dias, nós completaremos 37 anos de atividade.

Dentro de toda a estrutura que foi feita naquele momento... Não éramos médicos, não éramos da área de assistência social, éramos pais, vivendo a nossa dor e a dor do outro com quem convivíamos durante o tratamento no hospital.

Nós criamos, para reforçar mais os trabalhos e direcionar, dez diretrizes fundamentais, e todas eu posso dizer que foram cumpridas nesses 37 anos de atividade. Discorrer sobre cada uma é impossível, porque nós temos pouco tempo aqui e temos mais pessoas que irão trazer à luz novas informações, mas eu devo dizer-lhes que as seis principais são as que se remetem à assistência, que é a nossa missão principal. O nosso propósito está completamente cumprido, e creio que não é para interromper mais; nós devemos seguir em frente sempre com esse trabalho que nós temos feito e atendido a diversas famílias que estão aqui no Distrito Federal, residem aqui no Entorno, e famílias que vêm a Brasília pedindo socorro para o seu tratamento.

Eu fico feliz de que o Alan tenha trazido aquele vídeo, porque ali tem uma criança, a Alice, que



nós recebemos na nossa casa ainda bebê e que saiu de lá com sete anos já curada. E vejo que aquela apresentação mostra a alegria pela cura que ela teve. Então, vamos acreditar, é o que nós trazemos de mensagem.

E evoluímos bastante desde a fundação. Para dar visibilidade à causa, a Abrace encampa, junto com outras instituições pelo Brasil afora, que são instituições parceiras, irmãs, uma campanha que nós denominamos, Marlene, Setembro Dourado – a sua é o Novembro Azul, não é? –, e o Setembro Dourado é justamente para nós termos oportunidade de falar sobre a doença e também orientar sobre o diagnóstico precoce.

O câncer tem que ser falado com delicadeza, transparência, esclarecendo os pais, cuidadores das crianças, do cuidado em observar os sintomas, que muitas vezes são confundidos com sintomas comuns que a criança tem nas doenças de infância. O câncer infantil é agressivo e, por isso, a atenção nas queixas da criança e do adolescente tem que ser levada a sério. Uma dor na perna, uma mancha roxinha no corpo, uma dor de cabeça insistente, uma febre que não passa, isso tudo tem que ser levado a sério e em consideração. E os pais ou os cuidadores que observarem isso, por favor, levem a criança ao especialista, que é o pediatra.

A décima e última diretriz fundamental criada pelos fundadores, que é Despertar a sociedade e autoridades governamentais para a enfermidade e consequências sociais, desmistificando a doença, o câncer infantil e o câncer em adulto, eu creio que nós estamos vivenciando aqui hoje, neste momento, ao participarmos desta solenidade tão especial. O exemplo do avanço nesse sentido e direção configura-se com a edição da Lei 14.308, de 08/03/2022, que institui a Política de Atenção à Oncologia Pediátrica, que tem por objetivo aumentar os índices de sobrevida, melhorar a qualidade de vida, reduzir a mortalidade e o abandono ao tratamento das crianças e adolescentes com câncer por meio de ações destinadas à prevenção, detecção precoce e do tratamento da doença, bem como à assistência social, que é o que a Abrace vem fazendo e muitas instituições de apoio também praticam Brasil afora, e aos cuidados paliativos dos pacientes na faixa etária de 0 a 19 anos.

Aguardamos, portanto – Dr. Fernando Maia, tive o prazer de conhecê-lo esta semana numa reunião no ministério –, a publicação de portaria ministerial do Ministério da Saúde, que nós conhecemos bem e sabemos que está preparada para poder fazer a aplicação dessas políticas públicas, que são imprescindíveis para a mudança da realidade atual do combate ao câncer infantojuvenil em nosso País.

A caminhada da Abrace em defesa da criança, da causa combate ao câncer infantil, nos levou à prática de várias ações ao longo dos 37 anos. A Abrace custeou em vários momentos a recuperação das instalações do 7º andar do Hospital de Base de Brasília, espaço que era dedicado à internação das crianças e adolescentes em tratamento de câncer até 2018, momento em que os pacientes da pediatria especializada foram transferidos para o atual Hospital da Criança de Brasília José Alencar.

Em 1992 a Abrace reivindicou ao Governador do Distrito Federal e ao Ministério da Saúde àquela época a continuidade de obras que estavam paralisadas e que resultaram no Hospital de Apoio de Brasília, com área específica para atendimento das crianças em tratamento de câncer ambulatorial.

A Abrace também reivindicou e obteve do Governador do Distrito Federal, em 1994, a cessão de uso de um espaço na cidade satélite do Guará II, onde instalou a Casa de Apoio e Núcleo de Assistência. Nesse endereço, nós atuamos, e estamos ali até hoje, praticando a nossa assistência às famílias com filhos em tratamento de câncer e hemopatias que residem em Brasília e no entorno, além de hospedar crianças como a Lis Velleis e a mãe, que estiveram conosco por um longo tempo, dando a elas a hospedagem, alimentação, transporte para o hospital e todas as atividades recreativas e educacionais, com sala de aula e voluntários dando esse suporte para que as crianças não sintam o impacto de se afastarem das suas famílias e da escola.



(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA ANGELA MARINI VIEIRA FERREIRA – Temos também uma clínica odontológica dentro da instituição, onde há voluntários dentistas dando toda assistência àquelas mães que estão hospedadas conosco e às famílias de crianças que residem no entorno aqui do Distrito Federal. Temos espaços de lazer, cultura e educação que significam o espaço, concedem-lhe nobreza de uso, com o apoio de voluntários – muitos deles estão aqui hoje, conosco; muito obrigada! Aos colaboradores também, solidários e amigos da Abrace, tenho a dizer também – para terminar, Senador Styvenson –, eu quero destacar que é uma data importante para nós, pois a partir de 2004...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA ANGELA MARINI VIEIRA FERREIRA – ... com a cessão do uso do terreno público...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA ANGELA MARINI VIEIRA FERREIRA – ... em contrato assinado com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, e o apoio importantíssimo da sociedade civil, pessoas físicas, jurídicas, empresas, instituições parceiras, a Abrace captou recursos, construiu o moderníssimo Hospital da Criança de Brasília José Alencar, e deixamos aqui um convite ao Senador e demais Senadores da Casa para conhecê-lo. Inauguramos o Bloco 1, com 7 mil metros quadrados, em 23/11/2011. Após construída a edificação, a Abrace doou esse espaço, esse hospital para ser um hospital público, com equipamentos e mobiliários para atendimento das crianças...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA ANGELA MARINI VIEIRA FERREIRA – ... da onco-hematologia e da pediatria especializada. O hospital integra a Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, e o atendimento da população dos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) é um orgulho para o Distrito Federal e para nós, Abrace. Eu quero ainda dizer da importância desse hospital, porque ele é um hospital que também foi construído, tem cumprido a sua missão e tem feito um trabalho profundo na área do desenvolvimento do ensino e da pesquisa, com 400 mil atendimentos por ano.

Permita-me ainda, Senador, só mais um minutinho para dar destaque à última ação recente que a Abrace concluiu nesta semana, no dia 11 de abril, terça-feira, e deu um passo histórico na busca de melhores condições para o tratamento do câncer infantil no DF, ao assinar o termo de recebimento definitivo do equipamento de ressonância magnética que nós, Abrace, adquirimos, e foi instalado no Hospital da Criança de Brasília José Alencar. Está na fase de teste para início de operação. Esse é mais um grandioso projeto apoiado pela comunidade brasiliense com doações à Abrace. Agradecemos demais a todos que participam e fizeram a doação à Abrace.

Agradeço a atenção de todos, em especial ao Exmo. Senador Styvenson Valentim. Parabenizo-o, Senador, por promover esta sessão solene, dando-nos a oportunidade de trazer esta fala, este assunto, que há anos, quando a minha filha passou pelo tratamento, era uma doença estigmatizada...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA ANGELA MARINI VIEIRA FERREIRA – ... não se falava em câncer. A gente falava: “Nós estamos com um familiar com aquela doença”. Era assim que nós falávamos, infelizmente.

Estendo os cumprimentos da Abrace ao Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal,



que aqui não se encontra, aos demais Senadores e às demais instituições que estão aqui, hoje, representadas, recebendo também esta homenagem.

Muito obrigada a todos.

Desculpe se eu falei demais. (*Risos.*)

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pelo contrário, D. Maria Angela Marini; ouvir o exemplo da senhora com a Abrace, quase 37 anos trazendo essa experiência... Ela transmite para a gente, estimula, fomenta o voluntariado, e isso é muito bom.

A SRA. MARIA ANGELA MARINI VIEIRA FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Que bom ter um companheiro que está na luta, acompanha também, não é?

Bom, nem só com metotrexato, o nome desse remédio que combate o câncer, se combate a doença, não é isso? Tem outro remédio também que é muito eficiente.

Eu vou chamar agora os Doutores do Riso. Neste momento, gostaria de convidar esse grupo para entrar aqui. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Atendendo à sugestão do Senador Eduardo Girão, eu chamo o representante dos Doutores com Riso para ocupar a tribuna por cinco minutos para falar sobre esse projeto, que não é aleatório. Estão me explicando aqui que não é por acaso. Existe, sim, uma profissionalização dentro desse voluntariado. Então, com a palavra, por cinco minutos, para explicar, a Dra. Patrícia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah, é a Dra. Zenhoca.

A SRA. PATRÍCIA ANDRADE (DRA. ZENHOCA) (Para discursar.) – Boa tarde.

Eu sou a Dra. Zenhoca.

Primeiramente, quero agradecer pelo convite e pela oportunidade de estarmos aqui.

Sou a coordenadora do grupo dos Doutores com Riso. Nós somos um grupo vinculado à Abrace.

Todo grupo é formado por um estudo. Então, a gente tem um curso bem formado. Nós estudamos de três a quatro meses para nos formarmos em “besteirologistas”. (*Risos.*)

É um curso que é levado muito a sério. Apesar de ser um trabalho de riso, é um trabalho levado a sério!

Nosso grupo hoje conta com 25 doutores. Nós atuamos no Hospital da Criança e nas atividades da Abrace.

A ideia é utilizar a arte do palhaço, essa arte circense, é levar essa alegria para dentro do hospital e é utilizar essas intervenções dentro do hospital, porque a gente viu – tem estudos que comprovam – o quanto o riso é uma terapia, aumenta os níveis das crianças, as auxilia no tratamento. As crianças passam a ver os médicos de outra forma e, então, aceitam mais o tratamento; elas se alimentam melhor, ficam mais felizes, brincam. Então, é uma terapia que a gente faz, mesmo sem sermos terapeutas, nós somos “besteirólogos”!

O projeto é um projeto da Abrace e começou lá atrás com apenas dois doutores indo aos hospitais, até que a Abrace formou com esses doutores as oficinas. E aí a gente faz toda essa formação para que



formemos novos doutores.

É isso!

Em resumo, a gente brinca, a gente tenta levar alegria para as crianças no hospital. O nosso atendimento começa desde a entrada. Então, a gente consegue intervir junto aos médicos, aos enfermeiros, ao pessoal que está ali na limpeza, e isso auxilia até para tirar um pouco aquela carga de quem está ali no hospital trabalhando no dia a dia, a gente consegue auxiliar e trazer também um pouco de conforto para esses profissionais e para os pais e acompanhantes das crianças, que também estão ali naquele dia a dia, sofrendo com o tratamento. Então, o atendimento vai muito além só da criança.

É isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Valeu, Dra. Patrícia, “Dra. Zen” com “dorminhoca”, Zenhoca.

Zenhoca, obrigado pela sua alegria.

Antes de registrar aqui a presença do Sr. Fernando Henrique de Albuquerque Maia, Coordenador-Geral de Política Nacional e Prevenção de Controle ao Câncer do Ministério da Saúde, representando aqui a Sra. Nísia Trindade, a nossa Ministra... Se o senhor quiser utilizar a palavra, esteja à vontade. O Governo sempre tem a palavra aberta aqui.

E quero falar também, lembrar das senhoras Vencedoras Unidas, que estão aqui presentes.

Lembro a todos que estão assistindo e que viram agora os Doutores do Riso que o assunto é sério, o assunto muitas vezes não é para brincadeira, mas a gente está falando de tratamento. Quando eu os citei e os chamei, eu falei que não é só com remédio que se combate doenças, mas com alegria também, com felicidade. E estar vivo hoje, depois de uma doença dessa, é motivo de riso, é motivo de alegria, sim! Está bom? Só deixo isso claro, porque a gente vive em uma sociedade hoje em que não se pode mais ser feliz. É impressionante que a gente sorrir parece ser um crime agora. Então, deixo isso claro antes que alguma coisa aconteça fora do controle desta audiência, desta sessão.

Eu vou chamar agora e vou conceder a palavra ao Sr. Arisson Tavares, que é autor do livro *O pequeno príncipe careca*. Está aqui na minha mão *O pequeno príncipe careca*. Ele vai utilizar a tribuna por cinco minutos para falar sobre suas experiências, sobre seu livro, sobre o câncer e a visão dele. (*Palmas.*)

O SR. ARISSON TAVARES (Para discursar.) – Olá!

Agradeço a Deus e cumprimento a todos da mesa. Em especial agradeço o convite do Senador Styvenson Valentim para participar de um momento tão solene. Por meio do Marcos Linhares, eu agradeço o convite. Também cumprimento a Maria Angela, no caso, parceira de longa data, pela Abrace.

O pequeno príncipe careca na luta contra o câncer infantojuvenil: o que era para ser só um cartaz se transformou em uma campanha, onde a gente contava todos os dias nas redes sociais um capítulo do livro. Depois desse projeto, o que era para ser só um projeto se transformou em um livro com o apoio do Instituto Sabin.

O cenário é bem diferente de abril de 1943, quando a primeira edição do livro foi publicada, já que agora a guerra é contra o câncer. Nessa nova versão, a narração foi modernizada: o rei se transformou em um político; o bêbado trocou o vício, substituindo as garrafas por celulares conectados às redes sociais; o piloto virou um médico com o carro quebrado na estrada; e a história foi ambientada em Brasília, entre Brasília e Goiânia, apresentando os detalhes da vegetação, o ipê; o deserto também se transformou no Cerrado brasileiro. E o mais legal: os primeiros exemplares do livro foram disponibilizados exatamente para Abrace, exatamente para o público que era o fim da campanha, em cuidados paliativos. Então, foram 200 exemplares entregues para esses assistidos, que estão passando por um momento até complexo, e me sinto honrado mesmo de, por meio da literatura, poder transformar um pouco alguns momentos dessas famílias.



Além disso, alguns exemplares foram disponibilizados para grupos de contadores de histórias e voluntários que atuam em hospitais.

Eu não sou médico, eu não sou cientista, mas, como jornalista e cartunista, eu me sinto com uma responsabilidade ainda maior de falar sobre câncer infantojuvenil. Queira ou não, é a doença que mais mata crianças e adolescentes de 1 a 19 anos no momento.

É preciso falar sobre câncer infantojuvenil. Foi assim com a campanha de *O Xerife mais Rápido do Faroeste*, que é um gibi do qual foram disponibilizados 10 mil exemplares, distribuídos, com o apoio da Abrace, para a rede pública e particular de ensino, escolas de nível fundamental e escolas classe.

Quando a gente fez essa distribuição, o que a gente percebeu? Que, ao falar sobre câncer, existe um grande tabu. Primeiro, ao falar com a criança, todo mundo tem um medo de falar com a criança sobre câncer, e a gente percebeu que as crianças querem, sim, saber, só que elas querem ouvir da forma certa. Então, eu deixo até esse convite para quem é artista – eu conheço várias pessoas aí artistas, não é, Marlene? – e eu convido essas pessoas também a abraçarem essa causa e participarem ativamente, trazendo a causa do câncer infantojuvenil para esse lado artístico.

Enfim, eu gostaria de agradecer em especial à Abrace, ao Instituto Sabin, que possibilitou essa publicação, à minha esposa e à minha filha, pela inspiração que elas me deram, e à minha mãe, primeiro, por ser um exemplo de superação do câncer – ela venceu: ela teve câncer de mama e ela superou a doença – e também por ter-me apresentado *O pequeno príncipe* – eu conheci o livro *O pequeno príncipe* por meio da minha mãe. Então, agradeço a esse time e também gostaria de deixar um destaque para esse time que está aqui de ex-assistidos da Abrace que eu conheci no início – são 12 anos já de atuação na luta contra o câncer infantojuvenil na parte de comunicação. E dou um abraço mesmo, porque eu conheço muitos rostinhos ali, que foram as primeiras entrevistas, os primeiros contatos que eu tive por meio da Abrace.

Então, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Nós que agradecemos, Sr. Arisson Tavares, pela sua contribuição literária. É sempre bom.

Eu vou conceder a palavra agora – aí a senhora me corrija, porque está daqui do meu lado – à Sra. Luci Ishii. Acertei? É a Presidente do Conselho Deliberativo de Associação Brasiliense de Apoio ao Paciente com Câncer (Abac Luz), por cinco minutos, com o tempo disponível a mais para senhora. (*Pausa.*)

A SRA. LUCI ISHII (Para discursar.) – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Styvenson Valentim, na pessoa de quem eu cumprimento todos os componentes da mesa, as autoridades e todos os pacientes aqui presentes, todas as ONGs companheiras, ONGs irmãs de luta nessa campanha contra o câncer.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Styvenson Valentim o convite honroso para participar dessa sessão especial em comemoração ao Dia Mundial de Luta contra o Câncer.

Estou aqui em nome da Abac Luz (Associação Brasiliense de Apoio ao Paciente com Câncer), uma associação que foi idealizada por uma paciente terminal de câncer de mama que havia se tratado num hospital em São Paulo que também atendia o SUS e teve contato com pacientes bastante carentes e começou a ver as necessidades dos pacientes, tanto as necessidades materiais como também emocionais. E ao chegar em Brasília, ela disse: “Eu já não tenho mais cura, não quero mais fazer tratamento, mas eu gostaria que a senhora cuidasse de mim. Eu tenho umas ideias que eu quero passar para a senhora e que talvez, no futuro, quem sabe sejam realidade”. E assim foi.

Nos últimos momentos, ela me chamou e passou por escrito, ainda escrito à mão... Ela disse: “Olhe, não vai dar tempo de passar a limpo, mas meu marido, Nicanor, vai digitar e dar para a senhora”. Então, assim a Magdail Carvalho Noronha idealizou a Abac Luz. Isso foi em 1995, eu ainda trabalhava na rede



pública. Em 1996... Até esse momento eu trabalhava muito, não tinha nenhum tempo disponível, inclusive final de semana, mas eu precisava ter um tempo, então eu tive que sair da rede pública, tive que sair também dos meus plantões de final de semana e continuei no consultório, e juntando amigos, familiares de pacientes e pacientes que já haviam sido tratados, em 6 de junho de 1998 – então, em junho agora fazemos 25 anos de trabalho voluntário –, iniciamos a Associação Brasiliense de Apoio ao Paciente com Câncer.

Atualmente, é uma associação que trabalha em várias frentes. Nós fazemos um trabalho de educação para a saúde, falando principalmente como prevenir, como diagnosticar precocemente. São palestras, muitas palestras o ano inteiro, em empresas públicas e privadas, escolas, um trabalho de formiguinha. Nós também falamos sobre alimentação anticancerígena, alimentação cancerígena, quais são os primeiros sinais do câncer, para que a pessoa possa identificar.

Hoje a estatística que nós temos é de que cerca de 70% dos pacientes que chegam à rede pública já chegam em um estágio mais adiantado, quando a curabilidade é menor. Então, se essa paciente tivesse uma orientação, tivesse conhecimento, talvez teria chegado em um momento mais precoce, sem contar que também existe um grande componente emocional, que é o medo, porque não é cultura, não é educação, não é falta de acesso, mas, principalmente, é o medo que faz com que as pessoas procurem tardivamente o médico. Nós vemos pessoas da área de saúde, pessoas com curso superior chegando com tumores avançados até mesmo no consultório privado.

Nós sabemos que o Governo hoje gasta bilhões com o câncer avançado. Por quê? Porque, quanto mais avançado, o tratamento é mais complexo, as medicações são mais caras, com mais efeitos colaterais muitas vezes – não sempre, mas muitas vezes –, e a curabilidade é menor. Então, se a gente conseguir reverter, conseguir fazer mais diagnósticos precoces, vamos economizar muito para o nosso país, vamos oferecer mais qualidade de vida.

Nós podemos ter câncer, mas não precisamos morrer de câncer. Por isso é que a associação também abriu uma frente, a partir de 2001, que foi a campanha de prevenção em áreas carentes do Distrito Federal, onde levamos médicos, fazemos exames, e, em todos os casos suspeitos, os exames são pagos pela associação.

(Soa a campainha.)

A SRA. LUCI ISHII – Vou tentar resumir: pagamos e, se os primeiros exames apresentam suspeita de câncer, fazemos a biópsia, e tudo pago pela associação. E, se se confirma o câncer, pagamos o exame imuno-histoquímica e todos os exames de estadiamento, que é para saber o quanto o câncer está espalhado – o exame imuno-histoquímica é fundamental para escolher o medicamento mais certo para aquela doença. Fazemos, em menos de 20 dias, todos esses exames necessários para iniciar o tratamento, inclusive o pré-operatório, o risco cirúrgico, tudo pela associação.

Então, a paciente vai para o SUS, porque, assim que ela tem o diagnóstico de câncer, é colocada na regulação. E, falando em regulação, eu acho uma coisa meio injusta é que os pacientes metastáticos também têm direito – eu digo que o paciente com câncer tem prioridade, é risco vermelho –, mas ficam no final da fila. Hoje, como nós vimos tantos pacientes metastáticos vencerem a metástase, não concordamos com que ele fique no final da fila. Eu acho que o paciente com câncer deveria ser prioridade sempre. Também até para fazer o exame de estadiamento no hospital é muito demorado, pode levar meses. Então, tudo isso atrasa o tratamento de um câncer, uma doença que não espera.

Nós fazemos um trabalho belíssimo também no Hospital Regional de Taguatinga, onde nós damos assistência, alimentação, fazemos lanches para os pacientes que chegam sem se alimentar, coletamos cabelos, fazemos perucas de cabelo de verdade, que são caras...

(Soa a campainha.)



A SRA. LUCI ISHII – ... e elas são distribuídas para as pacientes em tratamento. Cuidamos da autoestima, fazemos maquiagem, esmaltação, damos lenços, bonés, echarpes; enfim, material de higiene, almofada coração. Então, tudo que é para trazer conforto, benefício ao paciente, além das cestas básicas para os pacientes que têm famílias volumosas.

É um trabalho muito lindo e que tem salvado pessoas. Então, eu quero aqui dizer para todas as entidades aqui presentes, irmãs nessa luta, que nós temos que continuar. Nós todas trabalhamos na luta contra o câncer e cada um trabalha num setor: umas mais focando a parte das pacientes mastectomizadas; outras, em outro setor, e a gente tem como...

(Soa a campainha.)

A SRA. LUCI ISHII – ... carro-chefe a prevenção, a educação para a saúde e a nossa assistência aos pacientes do Hospital Regional de Taguatinga.

Então, muito obrigada. Sei que o tempo é pouco. Muito obrigada mesmo. E parabéns a todos os pacientes que tiveram sucesso. E vamos continuar firmes, porque vocês são o exemplo de que nós devemos continuar na luta.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mais um exemplo nessa luta.

Nós que agradecemos.

A Sra. Maria Gorette Gabriel Soares, que é do Grupo Bonitas, lá do meu Estado do Rio Grande do Norte, vai ocupar a tribuna agora por cinco minutos. Como todos os outros tratamentos, vou dar mais tempo também, se a senhora precisar. Sinta-se à vontade.

A SRA. MARIA GORETTE GABRIEL SOARES (Para discursar.) – Boa tarde.

Antes de falar o que me propus hoje aqui, nesta tarde, gostaria de passar uma mensagem para a qual fui designada, Senador. O senhor sabe por que o senhor foi chamado ali para que fosse homenageado pela menina Thyfani? Foi porque o senhor fez a diferença na vida dessa menina. Porque o senhor é um de nós, o senhor esteve do lado de quem precisou antes mesmo de estar exercendo uma função no Legislativo, no Senado. O senhor fez a diferença na vida dessa menina e de tantas outras dessas que o senhor citou. Então, em nome delas todas e em meu nome, como paciente oncológica recuperada, sobrevivente do câncer, eu agradeço imensamente a sua tão grande generosidade, boa vontade e vontade de que as pessoas falem mais sobre o câncer, que os cuidados sejam sempre multiplicados, que o diagnóstico precoce seja realmente feito e alcançado, para que a gente possa ter mais vidas salvas.

Então muito obrigada pela iniciativa. Eu gostaria de pedir uma salva de palmas para esse homem tão grande que eu tenho a honra de dizer que é meu conterrâneo. *(Palmas.)*

Como eu falei, eu sou sobrevivente do câncer de mama. Estou aqui, fui convidada pelo Senador. Estamos aqui eu e nossa Presidente do Grupo Bonitas, Adilza Holanda, para participar desta sessão tão especial, tão importante.

Quero cumprimentar o senhor e, mais uma vez, agradecer a sua generosidade de dar a possibilidade para que nós possamos ter o lugar de fala. Esse espaço eu busco muito no meu estado e onde eu posso. Eu preciso falar do câncer, seja ele o inicial, seja ele paliativo, esteja ele em que estado estiver. A gente precisa falar sobre o câncer. A gente precisa tratar dessa questão de forma que alcance todas as pessoas, que deixe de ser tabu, porque ainda morrem tantas pessoas e a gente ainda tem medo de falar inclusive o nome da doença. Nós que somos do Nordeste vivenciamos isso também, especialmente nas cidades pequenas.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Aldo da Cunha Medeiros, que é Presidente da Liga contra o Câncer, instituição de que eu tenho muito orgulho. Eu sou acompanhada pela liga, faço tratamento nela e eu tenho



muito orgulho de dizer isto: o paciente da instituição não tem distinção no atendimento e no tratamento, seja executado pelo serviço público, oferecido pelo SUS, ou por convênio particular. A qualidade do serviço, a competência dos profissionais e o processo que foi construído de humanização no atendimento é algo extraordinário. Então eu faço... Eu tenho orgulho de dizer que eu sou paciente da Liga contra o Câncer.

Quero cumprimentar também a Sra. Maria Angela Marini, que é Presidente da Abrace; o Sr. Gustavo Fernandes, que é ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; a Sra. Marlene Oliveira, Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida; a Sra. Luci Ishii, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasiliense de Apoio ao Paciente com Câncer; minha amiga, companheira, minha presidente, minha mentora, minha guardiã e de tantas outras 129 mulheres do Grupo Bonitas, a Adilza Holanda, essa mulher que teve a iniciativa de criar esse grupo. Do grupo todo, ela é a única que não teve câncer, diagnóstico de câncer, e ela tem uma sensibilidade como se paciente fosse e luta por nossos direitos do mesmo jeito. Então quero cumprimentá-la.

E também quero cumprimentar a menina Thyfani. Você é linda, você é maravilhosa e você é a esperança de tantas pessoas, inclusive minha esperança, porque o câncer não tem idade, não tem classe social, como o nosso Senador iniciou a fala aqui. Ele não tem idade, ele não tem raça, não escolhe casa. Ele vai lá e alcança, de forma silenciosa, sorrateira, para tentar destruir as famílias. E aí esse processo é muito, muito, muito importante que a gente entenda, e que a gente esteja forte para quando aconteça. E que a gente possa conseguir passar por ele, seja sobrevivendo ao câncer, seja morrendo, não conseguindo obter a cura, porque a gente também precisa falar de finitude, a gente também precisa falar de morte. A gente tem que falar disso também. E aqui os especialistas falaram de números que são muito sérios, imensos, especialmente no nosso país. Então precisamos falar também de finitude, de pacientes paliativos, para que a gente possa entender o local de fala dessas pessoas que têm câncer que não tem cura, mas precisam viver de forma digna e ter conforto, para que possam ter também uma ampliação do tempo de vida. Eu estou aqui para falar por todos nós.

E eu falo sempre uma coisa nas oportunidades que eu tenho: eu conheço a dor de ter recebido um diagnóstico de câncer e também eu conheço a dor de ter um amor da minha vida que teve diagnóstico de câncer: meu pai teve diagnóstico de câncer junto comigo, no mesmo ano, em 2018. E meu pai partiu, ele não sobreviveu ao câncer. Ele não perdeu para o câncer. É outra coisa que a gente tem que começar a desmistificar. Quando alguém morre, por exemplo, pela diabetes, não se diz que a pessoa perdeu para a diabetes, e por que dizer que perdeu para o câncer? Não, não perdemos. Nós vivemos e precisamos ter uma qualidade de vida com segurança, para que a gente tenha conforto, e os serviços públicos precisam oportunizar essas condições. E aí, paralelamente aos serviços públicos, que precisam oportunizar e garantir esses direitos que são constitucionais, nós temos um conjunto de instituições que são de apoio e que estão unidas para que possam alcançar as pessoas, suas famílias e esses pacientes que estão em tratamento.

E aí eu falo do nosso grupo, o Grupo Bonitas, que é lá do Rio Grande do Norte e é um grupo de apoio. Nós trabalhamos com mulheres com câncer de diversos tipos, temos perdas, mas eu acho que precisamos – foi um dos nossos objetivos primeiros – tentar ressignificar a vida dessas pessoas depois do diagnóstico. E a gente faz isso desenvolvendo ações, programas, projetos e serviços que visem oferecer qualidade de vida e melhorar a autoestima dessas mulheres.

Nós vimos aqui um projeto maravilhoso de música. Nós... Eu gostaria de falar, Senador, que nós do Grupo Bonitas temos um projeto de música e nós temos um coral com nossas meninas, nossas pacientes. E é uma coisa linda de ver, é um trabalho que é realizado com muito amor. Elas chegam tristes, abatidas, porque o diagnóstico, além de trazer essa dor grande, faz com que a gente perca a capacidade de acreditar que ainda existe vida, e a gente consegue fazer isso.



(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA GORETTE GABRIEL SOARES – O nosso grupo também tem uma parceria também com a Liga e, quinzenalmente, nós estamos na Liga distribuindo lenços e turbantes para as pacientes que estão em quimioterapia, pacientes do SUS.

Esses lenços e turbantes nós arrecadamos o ano todo, nós sobrevivemos de doações – ainda não temos nenhuma contribuição pública, de órgãos públicos –, mas a gente consegue, a casa 15 dias estar lá na Liga para desenvolver e dar dignidade àquelas carequinhas lindas – porque são lindas. Eu me achava linda, maravilhosa, mesmo horrorosa – porque a gente fica feia, viu? Nem diga que você está bonita quando você está com câncer, especialmente – é uma coisa que eu sempre falo – porque eu morria de medo... Eu dizia: “Meu Deus, eu até aceito ficar careca, mas ficar com cabeça de minhoca, sem sobrancelha, para mim vai ser muito difícil”.

E são pequenas coisas... E alguém vai dizer: “Puxa vida, a gente está falando aqui de uma doença tão séria e você vem falar de algo que é tão simples”. É simples para quem não vive o dia a dia do processo do câncer. É simples para quem não passa pela experiência de estar lutando para tentar enfrentar, para vencer um monte de inimigos invisíveis, para tentar ser forte para a família...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA GORETTE GABRIEL SOARES – Porque, às vezes, a gente é que dá força aos nossos familiares. Eles ficam destruídos. E a gente, às vezes, tem que encontrar forças para dar apoio. Então, quem sabe o que é estar com a carequinha e ter condição de ter um turbante bonito, receber um lenço cheiroso, sabe o quanto que é importante. E eu acho que essas ações são de fundamental importância.

Na nossa instituição também nós temos vários voluntários: psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais. Eu sou assistente social de formação e eu já fui ajudada pelo grupo – e hoje sou voluntária.

Falar do voluntariado é algo importante – eu estou tentando falar bem rápido para poder aproveitar, me perdoem...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA GORETE GABRIEL SOARES – Ô, meu Deus, esse negócio grita tanto!
(Risos.)

E a gente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARIA GORETE GABRIEL SOARES – Está certo!

E a gente precisa saber que as ações que nós desenvolvemos e essas instituições que tão lindamente foram citadas e relatadas aqui são complementares umas às outras, e elas dão também apoio ao serviço de saúde institucional. Isso é muito importante.

Então, a gente, no grupo Bonitas, tem esse conjunto de ações que conseguimos desenvolver com essas mulheres. Nós também temos um trabalho de acolhimento com as mulheres, também na Liga e em um outro hospital que tem convênio, lá no nosso estado, com o SUS, o Hospital Rio Grande. Nós acolhemos, iniciamos; estamos com essa paciente quando ela está iniciando a quimioterapia e também finalizando a quimioterapia, que é também um momento de muita felicidade. E a gente acredita que assim é fácil, mesmo sendo difícil. Assim é fácil a gente conseguir conviver lutando diariamente com uma doença tão terrível, mas que não pode ser maior do que nós.

O câncer não nos define. A falta de peito que eu tive um tempo não me definiu. A falta de cabelo



que eu tive não me definiu. E muitas pessoas, muitos pacientes deixam de ser respeitados, ficam à margem do mercado de trabalho, Senador, quando adoecem. E nosso objetivo na instituição é tentar fazer com que essas pessoas, essas mulheres e suas famílias ressignifiquem suas vidas, inclusive tentando encontrar formas de fazer com que elas sejam reinseridas, de outras formas, no mundo do trabalho.

Então, nós estamos aqui. E, quando a gente fala da sessão especial em comemoração a essa luta mundial de combate ao câncer, a gente tem mesmo que comemorar, a gente tem que comemorar a vida; a vida minha – eu, que estou aqui –, comemorar a vida do meu pai, que esteve aqui e que hoje já não mais está...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA GORETE GABRIEL SOARES – ... comemorar a vida de tantas pessoas que se foram e também as que estão lutando e são vencedoras e são corajosas.

E também, além disso, quero agradecer imensamente à equipe de saúde porque, sem vocês, sem as tecnologias, sem as condições para que os diagnósticos e os tratamentos ocorram, nós não conseguiríamos ter os avanços que temos.

Então, muito obrigada. O Rio Grande do Norte tem muito orgulho do senhor. Eu tenho muito orgulho do senhor. Já tínhamos contato através do Abrigo São Vicente de Paulo, lá de Ceará-Mirim, em que o senhor é colaborador também, e eu faço questão de dizer isso porque, de forma muito silenciosa, o senhor ajuda a tantas instituições. E quero agradecer a todos aqui. Muito obrigada pela fala. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sra. Maria Gorete, desculpe-me pelos gritos, isso aqui é eletrônico, não sou eu que controlo, mas a senhora teve os minutos.

E, Senadores aqui presentes – meu amigo e vizinho Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Izalci –, eu percebi uma curiosidade aqui. Eu estava aqui comentando que todas as pessoas que subiram aqui para falar por cinco minutos no Plenário são mulheres. E, ao ouvir a Sra. Maria Gorete, do Grupo Bonitas, lembro-me especificamente do meu estado, onde há um número alarmante, em que pelo menos o número de vítimas de câncer de mama, que são mulheres, só cresce: são quase 60%; é o segundo no Nordeste! Ao ver as mulheres aqui no Plenário – se passar a câmera aqui, dá para se perceber que é a maioria –, eu perguntei a diferença ao doutor, e ele disse que é porque é da natureza feminina cuidar, é da natureza de vocês esse cuidar da gente. Então, eu não vi nenhum grupo masculino voluntário subir e eu acho que a gente tem que pensar nisso também, viu Senador Izalci, para o futuro.

Parabéns, mais uma vez, a todas vocês mulheres! *(Palmas.)*

Agora, por cinco minutos, a Sra. Regina Celma Sousa, que é Presidente do Movimento de Apoio ao Paciente com Câncer, do Hospital de Base aqui de Brasília, que vai poder falar. Eu digo cinco minutos, mas, antes de chegar no grito, doutora, aí eu aperto mais um botão, está bom? Fique à vontade.

A Sra. Regina Celma Sousa está chegando? Desculpa, D. Regina, não a vi não.

A SRA. REGINA CELMA SOUSA (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Bom, em primeiro lugar, nós queremos agradecer – o MAC quer agradecer – o convite do Senador, aos Parlamentares aqui presentes e dizer que para a gente é uma honra estar presente num evento tão importante quanto este, já que estamos todos engajados nessa causa tão dolorosa, mas que, para a gente que faz esse trabalho, acho que é um tanto quanto nobre: podemos estar à frente das instituições e saber que, de uma forma ou de outra, podemos ajudar alguém. A cada dia, eu falo que cada paciente que a gente consegue atender é uma alegria a mais para o nosso coração – para eles e para a gente, que eu acho que é muito mais. Então, obrigada pelo convite.

Quero agradecer também ao Hospital de Base, porque o MAC existe há 29 anos. Começou no



Hospital de Base, fundado pela D. Maria Rita, que tinha um filho que tinha câncer e fazia tratamento lá. Ela levava um lanche para o filho, acabou se solidarizando com outras pessoas que tinham seus filhos que faziam tratamento e começou a aumentar a quantidade de lanches para essas pessoas. E assim surgiu o MAC: ela convidou pessoas, e as pessoas foram aceitando. Assim surgiu o MAC, e começou essa linda jornada. E hoje eu me sinto muito orgulhosa de estar à frente da instituição.

Agradeço ao Hospital de Base por ter nos cedido esse espaço. Nós estamos lá, o hospital nos dá todo o suporte. Então, a gente tem uma base fixa, onde a gente pode atender os pacientes, que é o Base.

O MAC hoje presta assistência aos pacientes oncológicos que fazem tratamento lá. Nós temos atendimento na quimioterapia e na radioterapia servindo lanches tanto pela manhã quanto na parte da tarde. Esse lanche que é servido aos pacientes, quando os voluntários chegam – muitos pacientes vêm de fora de Brasília, vêm do entorno, vêm de outros locais, de outros estados –, é levado pelos voluntários com muito amor e solidariedade, que é o nosso lema, e o servem tanto pela manhã quanto na parte da tarde. Todos os dias nós servimos uma média de 140 a 150 lanches a cada período. E faz uma diferença muito grande. Por quê? Além de alimentar o corpo, os nossos voluntários também procuram alimentar a alma com um sorriso, perguntando, dando indicação de que eles têm alguns direitos, que eles podem procurá-los lá dentro do Hospital de Base. Então, a gente faz uma acolhida ao paciente, faz uma orientação para que ele se sinta seguro e fortalecido. E a procura é muito grande. Digo que isso é fundamental dentro da instituição, já que a gente se prontificou a ser voluntário. E ser voluntário é uma coisa para a qual não tem explicação, porque eu faço o bem a alguém, mas me sinto melhor do que talvez o próprio paciente por saber que eu estou tirando um sorriso de alguém que está com uma situação sofrida. Então, é isso.

O que nós fazemos no MAC? Nós fazemos a distribuição de cestas básicas mensalmente para as famílias em situação de vulnerabilidade. Essa cesta nossa é composta por alimentos, distribuímos proteína, distribuímos leite também, distribuímos roupas pela necessidade dos pacientes. Temos um bazar diário que nos ajuda muito financeiramente. Tudo vem de doações. Vivemos exatamente de doações.

Então, o que eu posso dizer do trabalho da instituição? É um dia após o outro, um dia de cada vez. É um dia de cada vez que a gente vai... É como a expressão que as pessoas usam: matamos um leão hoje e amanhã estamos preparando outro para dar conta de atender a quem nos procura. A expressão é exatamente essa.

Entregamos perucas para as pacientes, elas ficam extremamente felizes, lanches... Quando a gente entrega cesta básica, também entrega um lanche para os pacientes. Eles ficam superfelizes. Às vezes, um que chega mais tarde fala assim: “O lanche acabou?”. “Eu não tenho esse lanche agora, sabe?”. Então, assim, o importante para a gente é conseguir dar conta do trabalho e ver a alegria em saber que a gente está sanando a necessidade desses pacientes. Qual é o nosso objetivo dentro do MAC? Dar um pouco mais de dignidade a esses pacientes, porque a situação de vulnerabilidade deles é muito grande. É o pai de família que adoeceu, perdeu o seu emprego; é a mãe de família também que segura a família. Esse suporte que o MAC dá para esse paciente faz uma diferença muito grande. Nós temos depoimentos de pacientes relacionados a isso.

Hoje, nós somos 87 voluntários – estamos em busca de mais voluntários. Na pandemia, nós tivemos uma perda grande nesses voluntários, porque nós começamos a atender nos Cuidados Paliativos, que é uma clínica em que tem três especialidades, dentro do Hospital de Base, e a gente está atendendo esses pacientes. Ontem mesmo, eu tive uma informação de que está fazendo uma diferença muito grande na vida das pessoas esse atendimento para eles.

Distribuímos também *kits* de higiene, distribuímos lenços. Então, são muitas coisas com que a gente consegue, aos poucos, fazer a diferença na vida das pessoas, assim como todas as instituições aqui, assim como todos os que estão envolvidos nessa causa.



Eu digo assim, já finalizando: este certificado que a gente recebeu hoje – eu recebi, a instituição recebeu – representa cada voluntário, cada pessoa que tira o seu tempo, cada pessoa que sai da sua casa, deixa o seu filho, o seu marido, os seus afazeres, o seu trabalho para se dedicar a um momento. Há alguns que passam uma hora, outros passam mais. Hoje nós estamos com alguns voluntários, inclusive, presentes aqui: a Cilda, que tem 25 anos de MAC; a Lurdes, que tem 20. Elas estão ali, são pessoas altamente dedicadas. Temos o nobre colega ali, também, que entrou há pouco tempo e está muito engajado.

Então, é isto: é a importância, é o significado da importância das pessoas, do trabalho que a gente faz com amor e solidariedade. Esse é o nosso MAC, gente. Então, estamos à disposição. Se quiserem conhecer o nosso trabalho, ficamos no Estacionamento 2 do Hospital de Base. Estamos à disposição. É só entrar em contato e falar: “Gente, quero conhecer o trabalho de vocês, quero participar”. O convite está feito, está bom?

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, D. Regina Celma Sousa, mais um exemplo de voluntariado. Falou com propriedade; não se sabe nem explicar o que é voluntariado no Brasil.

Agora, eu convido a Sra. Ruskaya Zanini para um testemunho pessoal da sua vida sobre a cura do câncer. (*Palmas.*)

A SRA. RUSKAYA ZANINI (Para discursar.) – Boa tarde a todos!

Hoje, num dia tão especial, eu fiquei me perguntando e pergunto a vocês qual é a missão? Qual é a sua missão, hoje, aqui? Qual é a nossa missão? E hoje, graças a Deus, eu venho representando uma instituição na qual tenho uma missão que é muito parecida com a minha história, que foi de salvar vidas, porque eu, aos 12 anos de idade, tive um câncer... Meu médico me falou que eu era uma pessoa extremamente especial, porque uma pessoa, em 1 milhão, teria o câncer que eu tive, que foi o Pnet. Com isso, eu, um pouco sem entender, porque era um tumor raro, agressivo e com pouca previsibilidade de vida, assim começou a minha grande luta pela minha vida.

Eu fiz uma cirurgia às pressas, tirei cinco costelas, tirei um pulmão, e aí comecei o tratamento – obviamente, todos nós sabemos o que é quimioterapia –, sem eu muito entender, porque eu era apenas uma criança. Então, ficava tentando entender: por que é que eu tomava um remédio que, ao mesmo tempo, era para me melhorar e me curar e, ao mesmo tempo, eu ficava sem andar, ficava sem cabelo?

Emagreci 10kg em uma semana. Isso foi uma coisa que eu, como criança, fiquei extremamente sem entender – esse processo.

Mas confesso que, muitas vezes, eu tive muito ânimo, pela minha família, por olhar nos olhos da minha mãe, do meu pai, pela força, principalmente também por todo o meu apoio familiar e por médicos e instituições como a Abrace, como os Parlamentares que buscam aqui pela nossa causa, por nos ajudar a ter condições de ter o máximo de possibilidade de cura.

Eu, além de tudo isso, consegui e hoje faz mais de dez anos que eu fui curada. Hoje, além de ser curada, como uma colega aqui já falou, o câncer não me define também. Hoje, então... Conseguir seguir minha vida. Sou sócia e CEO da Fields360, que é uma empresa de Brasília que, desde 2006, é voluntária na Abrace, ajuda a dar voz a essa causa.

Inclusive, a gente tem um grande *case* aqui, que a gente sempre gosta. Foi um *case* pensado em mim mesma, pelo meu histórico, porque eu usava muito lencinho, que eu tinha vergonha da carequinha, como a gente fala, e todo mundo me perguntava: “Ruskaya, o que é que te moveu, o que é que fez você seguir, o que é que fez você crescer?”. “Cara, eu acho que é o pensamento positivo”. Como já falado aqui, é a alegria, é o pensamento, é a força que a gente precisa ter interna. E, aí, a gente desenvolveu a campanha do Lenço Solidário, em que a gente, que já passou pelo câncer, escrevia mensagens e, a cada doação que



a gente recebia dentro do nosso *site* da Abrace, a gente envia um lenço para cada pessoa que estava passando pelo câncer.

Isso obviamente trouxe a esperança, trouxe o lencinho que todo mundo utilizou, e, para além disso, a gente conseguiu dar mais voz e, principalmente, demonstrar o trabalho da Abrace, que eu acho que esse é o nosso grande objetivo aqui, pautar mais esse tema, estar conversando mais, para que a gente possa trazer mesmo soluções. E, para isso, hoje, depois de dois anos ainda... Não: há dois anos, eu fui convidada pela Presidente da Abrace para ser a Diretora de Comunicações de lá. Então, hoje eu tenho uma missão muito grande, que é dar voz à causa, apoiar, ajudar todas as famílias, todos os profissionais de saúde e todos os pacientes.

E conto com vocês nessa causa, porque precisamos muito.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) –
Vou conceder agora a palavra... Tem um vídeo que está pendente... Ele não pôde estar presente aqui... Senador Rodrigo Cunha e Eduardo Girão, que conhecem pessoalmente o Henrique Prata. Eles estão providenciando o vídeo deles, para colocar aqui na nossa tela, para falar sobre a sua percepção sobre o câncer, sobre o hospital de Barretos, e eu estou aguardando.

Enquanto o vídeo não sai, eu vou chamar o Senador Izalci – vou passar a palavra agora para os Senadores – para ocupar a tribuna pelo tempo necessário para falar sobre esse combate ao câncer hoje – hoje não, sempre.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) –
Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro, quero parabenizar a iniciativa do nosso querido amigo, irmão Senador Styvenson.

Cumprimento aqui a minha amiga Maria Angela, na pessoa de quem cumprimento todos os demais membros da mesa. Ela faz um trabalho maravilhoso na Abrace, que a gente conhece desde a fundação – eu cheguei a Brasília em 1970 – no Guará, onde se iniciou todo o trabalho.

Cumprimento também o Dr. Gustavo, que é o meu médico de confiança e de referência. Estivemos juntos algumas vezes com relação a alguns exames.

Quero dizer para vocês... Eu tinha preparado até um discurso, Styvenson – hoje pela manhã, a gente discutiu isso –, mas é melhor a gente falar mesmo com o coração. É um tema que merece realmente uma reflexão. Hoje, esta sessão não é só para comemorar, mas também para fazer uma reflexão sobre este tema tão importante, que muitas vezes as pessoas sequer conheciam.

Eu perdi um irmão com 30 anos por câncer e uma cunhada também por câncer. Então, hoje, essa é uma doença... É difícil encontrar uma família, um conhecido ou um amigo que não tenha alguém com essa doença cruel.

Evidentemente, quando tratada com antecedência, quando se tem diagnóstico precoce, a situação é outra. Acho que mais de 90% dos casos diagnosticados no início são perfeitamente curados, vamos dizer assim, com a tecnologia e com a competência dos nossos profissionais.

A luta nossa é, de fato, para que as pessoas tenham oportunidade e condições de fazer exame. Segundo a Defensoria aqui do DF, nós temos hoje mais de 1,1 mil pessoas aguardando uma consulta e mais de mil e poucas também aguardando uma cirurgia. Estou falando da Defensoria Pública, e imaginem que a grande maioria não procura a Defensoria. A gente vê muitas pessoas com essa situação sem oportunidade de realmente de fazer... E com o câncer não dá para você esperar: “Ah, volta na semana que vem, no mês que vem, no ano que vem”. Isso não existe. Então, a gente precisa...

Por mais que a gente tenha instituições... E quero aqui mesmo reverenciar os voluntários... Tem alguns homens também que acompanham as mulheres, mas, de fato, a sensibilidade da mulher é muito



maior, e sua participação voluntária também é muito grande.

Vi aqui também as minhas amigas e amigos que vão aos hospitais fazendo teatro, apresentações, músicas, que são fundamentais. Acho que só quem conhece, quem já foi lá é que sabe a importância dessas crianças ou desses jovens ou mesmo adultos receberem uma visita, uma brincadeira dessas... Quanto vale um sorriso dessas crianças? Eu agora que... A gente conhece bem o Hospital da Criança, que foi uma iniciativa realmente da Abrase, uma luta muito grande dos voluntários, inclusive, dos parentes, dos familiares de pessoas com câncer, a referência é que é realmente uma referência muito grande. Girão, como você disse, Barretos também é uma referência.

Então, a gente tem já... Nós aqui, a bancada inclusive, há quatro anos nós fechamos, com emenda de bancada, a construção do Hospital do Câncer. Com essas questões burocráticas, acabou se perdendo o prazo, mas a gente conseguiu recuperar na Caixa Econômica. E agora inicia-se, então, o processo da construção. Já se iniciou o processo de construção do Hospital do Câncer aqui, mas a gente sabe também que construir hospital não é tão difícil; o mais difícil é mantê-lo. O custo é quase que um pouco mais da metade por ano de custeio.

Mas estamos fazendo inclusive uma homenagem ao nosso querido ex-Secretário de Saúde e ex-Deputado Jofran Frejat, que está recebendo essa homenagem pela dedicação, pelo trabalho. Infelizmente, ele também morreu de câncer e não procurou em nenhum momento – ele tinha isso, não é? – um hospital particular. Ele era realmente o grande defensor e foi o grande Secretário de Saúde que tivemos aqui por três mandatos como Secretário de Saúde. Tudo que nós temos hoje de hospitais e tal a gente deve muito a ele. Então, espero que logo termine a construção, para que a gente possa, de fato, atender melhor a essa demanda que está aí.

Eu quero aqui mais uma vez parabenizá-lo pela iniciativa, Presidente. O que a gente precisa, a gente que conhece bem a saúde, que acompanha bem a saúde, a gente sabe que, infelizmente, a gente não tem uma política de Estado; a gente tem política de governo. Cada governo que entra faz questão, inclusive, de acabar com o que está funcionando e de começar tudo de novo. Então a nossa luta muito é defender realmente o Sistema Único de Saúde, mas que seja tripartite: União, estado e município. Tem que ter essa integração. Não adianta a gente colocar aqui a União funcionando bem se lá na ponta... E as pessoas não moram na União e muito menos nos estados; elas moram no município, e é lá que as demandas estão, as cobranças e tal. Então, precisamos fortalecer, de fato, os municípios, as prefeituras para que possam, de fato, atender às pessoas que estão lá na ponta.

Vocês têm aqui um parceiro realmente, com muita convicção. A gente entrou na política pela educação e para dar oportunidades para as pessoas, mas sem saúde ninguém vai a lugar algum. E essa questão do câncer é chocante. E a gente... Eu lembro que o meu irmão, quando estava com câncer, tomava morfina e não resolia o problema; era gritando a noite toda, o dia todo. E demorou muito, sei lá, para se encontrar uma solução. Acho que já estava, a coisa avançou um pouco. Então, o fundamental desse trabalho nosso aqui é realmente garantir que as pessoas tenham o diagnóstico precoce, para que elas possam realmente ter a consulta e começar imediatamente o tratamento. E nessa linha nós vamos aqui lutar para a gente...

O Brasil tem muito isto: muito curativo, não é? A gente sempre só resolve, como Styvenson disse aqui hoje de manhã, quando a gente falou sobre isto: só quando acontece o problema a gente corre atrás. Então, não tem uma política preventiva seja na saúde, seja na educação. E a gente precisa disso. E a gente está aqui para ajudar e para insistir com que se tenha uma política de Estado que seja permanente, que as coisas boas continuem e que a gente possa realmente ter um projeto de saúde que a possa atender a toda a população, independentemente da classe social, que tenha o atendimento precoce.

Parabéns a vocês, principalmente aos voluntários aqui. Só quem conhece o trabalho sabe a



importância de vocês. Então, parabéns a todos e, nosso Presidente, parabéns pela iniciativa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Izalci. Fica até agora na sessão. Eu sei que é pauta do senhor, é interesse do senhor, é também a sua luta, a sua causa, o seu combate.

Lembro aqui, como o senhor citou a bancada do integrante do Podemos, por muito tempo, aqui, neste Senado, a pessoa que eu admiro muito, o Senador Reguffe, que lutou aqui pessoalmente, teve um projeto aprovado para fazer entrega gratuita do uso oral de medicamentos. Foi vetado. Era uma dificuldade, é uma dificuldade muitas vezes fazer política pública, quando se trata de olhar para as pessoas, quando a gente só vê números.

O senhor citou aqui 704 mil, o número de 60%, segundo lugar no Nordeste com câncer de mama o meu estado... A gente está falando de números. A gente parece que não enxerga as pessoas. Quando o Izalci fala que o irmão dele foi acometido com 30 anos, que tomava morfina e não parava, aí ele está falando do irmão dele, pessoas. E eu disse antes de eu começar: cada um vai ter uma história aqui para contar. E parece que, exceto ela, que não foi acometida, assim eu prestei atenção, cada um tem uma história para contar: eu tenho a minha, o Dr. Ivo tem a dele com a luta com as crianças. Cada um tem uma história.

Senador Rodrigo, antes de eu chamar o senhor para a tribuna, o vídeo não estava pronto, a gente vai ouvir agora o Dr. Henrique Prata, que é Presidente do Hospital do Amor de Barretos. É um comunicado rápido de um minuto, e eu acho que alguém já falou isso aqui hoje. Acho que o senhor já falou, Dr. Gustavo, a senhora também já comentou o que ele vai comentar agora.

Então, com a palavra, o Dr. Henrique Prata.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Enquanto o senhor encaminha-se à tribuna, Senador Rodrigo Cunha, em menos de um minuto, uma das referências do país em combate ao câncer mandou o recado. Eu acho que não é nada afrontoso a governo nenhum; pelo contrário, eu acho que é uma forma de a gente abrir um diálogo para melhorar esse atendimento. Assim eu entendo e assim a gente espera que ocorra.

Agora o meu amigo, meu vizinho, o meu irmão Rodrigo Cunha com a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Para discursar.) – Senador Styvenson, que preside esta sessão tão importante, senhores e senhoras que fazem parte dessa mesa, todos que estão aqui presentes nos acompanhando, boa tarde. Boa tarde a todos que se envolvem diretamente numa rede de proteção pela luta contra o câncer. Esse dia, esse momento é importantíssimo para que essa Casa cada vez mais reflita no que é que nós podemos fazer para diminuir os impactos não só para o paciente, mas também para a família que se envolve quando alguém está com câncer.

Então aqui, nesse momento, Senador Girão, eu sinto uma energia completamente diferente da grande maioria dos dias, uma energia muito boa, muito positiva, uma energia que é a energia do Senador Styvenson Valentim. E são impressionantes os depoimentos de quem o mencionou e de quem o conhece, que corroboram e sabem que ele não está aqui por acaso, que ele não está aqui pela busca do poder pelo poder, nem para fazer bens, mas ele está aqui para fazer o bem. Então, esses assuntos, Senador Styvenson, você pode ter certeza que o Brasil inteiro está acompanhando. O seu estado, nas palavras aqui também da Maria Goretti, sente orgulho do seu trabalho, de quem você é. É muito difícil – e V. Exa. tem – um político ter autonomia e independência e chegar dessa forma no Senado Federal. Então, permaneça firme, sempre como é: um grande lutador, que eu tenho certeza que ainda tem muita história para ser construída.



Eu vou tentar fazer um paralelo da importância desse momento através dos seus exemplos, e um momento como esse também é de educação política, não é? As pessoas perguntam tanto o que é que um político faz, e uma das principais ações que um Senador faz é destinar recursos, que são as emendas que já foram mencionadas aqui. Essas emendas são discricionárias, ou seja, um Senador, como o Senador Styvenson, pode colocar uma emenda em alguma cidade para fazer um curral eleitoral, como muitos fazem, e o Prefeito ou então aquela liderança ali vai devolver em votos numa próxima eleição; pode colocar um recurso para pagar uma conta de uma campanha anterior ou para fazer um caixa para a próxima; ou pode colocar o recurso para fazer o bem. E aqui, quando o recurso é destinado para uma rede de proteção, que aqui é a Liga Norte Riograndense contra o Câncer, olha só a diferença que uma boa decisão faz. Então é esse o principal atributo também que um eleitor deve observar: qual é a destinação dos recursos que um Parlamentar faz. E não é só para onde, é como é feito.

O Senador Styvenson tem a marca da fiscalização e inclusive chama as pessoas para fiscalizarem junto com ele no seu *site*, está ali acessível, de maneira transparente. Por isso é que, quando o Presidente da liga, Sr. Aldo da Cunha Medeiros, recebeu o apoio e a emenda do Senador Styvenson, ele viu ali a oportunidade, tenho certeza, de ver uma construção sendo feita, sabendo que ali não vai haver superfaturamento, não vai haver desvios, e sim que ali vai ser um local para salvar vidas e que vai funcionar. Então ninguém... O Senador Styvenson já tem até esse colchão de proteção: quem se associa sabe que ele fiscaliza os outros, imagina os recursos que ele coloca. Esse é um papel importantíssimo. Eu o parabenizo pela escolha de fazer com que uma entidade que trabalha e que se dedica, muitas vezes com voluntários, com os profissionais, os médicos e profissionais de saúde e os do setor administrativo, recebesse 100% das emendas impositivas, que foi o que o Senador Styvenson fez: pegou 100% da emenda de bancada impositiva, que quer dizer aquela que tem que pagar de qualquer jeito e não apenas para dizer: “Ah, a minha intenção era mandar o recurso, mas não tinha dinheiro no Governo Federal”. Ele disse: “Esse aqui de que eu tenho certeza é esse que eu vou mandar para a Liga”. E assim o fez. E olhe só onde nós estamos. Aqui é para comemorar, sim, um momento como este, chamando a atenção do Brasil inteiro para esse tema. Fazendo um paralelo, quando eu ouço aqui – quase todos falaram isso – que há uma estimativa de que, no próximo ano, se tenha 700 mil pessoas com câncer, eu pergunto: qual é a estimativa de quantas mil pessoas terão cura? Como é que se consegue isso? Eu paro e reflito também. Estou falando do Senador Styvenson, mas eu também, conversando com ele, em vários momentos, puxo esses desafios.

Senador Girão, nós sabemos pelo menos como é que se faz com que mais pessoas tenham chance de cura no câncer. O câncer já foi – e aqui vários depoimentos demonstraram isso – uma sentença de morte. Hoje não é uma sentença de morte. O câncer tem cura. E, para que se tenha uma solução rápida, tem que se ter um diagnóstico precoce. Então, é a esse viés que eu também me dedico bastante.

Fiz também uma atuação no meu estado. Nós ouvimos, agora há pouco, o Henrique Prata, que é o Presidente do Hospital de Amor de Barretos, que é uma das maiores referências também em toda a América Latina de proteção, diagnóstico e tratamento do câncer. Eu já fui conhecer pessoalmente e coloquei os recursos, quando tive oportunidade, também no meu estado. E hoje, em Arapiraca, que é a segunda maior cidade, é uma cidade-polo, somente no seu primeiro ano, 30 mil mulheres foram atendidas pelo Hospital de Amor que foi construído em Arapiraca com a nossa atuação.

Então, tenho a felicidade de estar aqui hoje vendo também outros exemplos em outros estados, Senador Girão, Senador Styvenson, que têm também histórias para contar. Essas 30 mil mulheres dificilmente iriam fazer um diagnóstico precoce. E aí nós estamos salvando vidas, porque essas 30 mil mulheres foram atendidas naquela doença que mais mata mulheres, que é o câncer de mama. Então, um diagnóstico precoce, inclusive com qualidade e chegando o resultado rápido, consegue fazer com que as



mulheres tenham uma chance muito maior de cura ou até de não ter um dano maior ao seu corpo. De lá nós também já investimos, e o Hospital de Amor, além do câncer de mama e do câncer de colo de útero, agora está atendendo também os homens, com especialidade no câncer de pele – eu acho que é o câncer mais presente no país inteiro – e no câncer de boca, que também é uma realidade lá no nosso estado.

Além disso, há uma carreta, Senador Styvenson, que de maneira itinerante percorre 47 municípios, num raio de 200 quilômetros, para fazer essa busca ativa. Há um trabalho muito forte de educação ainda a ser feito, e é necessário a gente estar sempre buscando alternativas para fazer com que aquelas pessoas que não sabem que podem estar com a doença tenham um estímulo a fazer um exame, um diagnóstico. Nós vivemos aqui num país de grandes dimensões e essa foi uma alternativa muito interessante.

Então, eu quis fazer esse paralelo, parabenizando todos vocês que aqui estão, todos que se envolvem voluntariamente, alguns pela dor, por ter alguém da família – o que eu acho que é a grande maioria dos casos –, outros realmente por ter uma sensibilidade. O Senador Styvenson aqui está demonstrando muito bem que isso é muito possível. Mas, mais do que isso, todos com grande objetivo de levar amor ao próximo, entender que a nossa função nesse mundo é trabalhar sim com caridade, trabalhar sim com atenção a quem não pode se defender sozinho.

E aqui, já para fechar os elogios merecidos ao Senador Styvenson, eu pego uma frase que é dele mesmo – pelo menos assim estava no certificado que ele já disponibilizou – que diz que a grandeza não consiste em receber honras, mas sim em merecê-las. E V. Exa., Senador Styvenson, hoje, com certeza merece todas as honras, por tudo o que fez.

Então, conte comigo, conte com este Senado, porque todos aqui o conhecem. Quem não conhecia, agora, nesses quatro anos, passou a conhecer. E quem o conhece o respeita. Então, vamos juntos trazer aqui melhorias para o nosso povo.

Parabéns e conte comigo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Aí emociona. Emociona porque como eu disse aqui no início, Rodrigo, você estava presente, a gente entra aqui meio com desconfiança, não é? Meio querendo se afastar, com isolamento político, ainda mais de quem é novo na política, como eu em primeiro mandato, nunca tinha sido político antes, e entra logo para Senador da República, com a representação do estado como o meu, como o nosso, do Nordeste, que tem números cada vez mais alarmantes em todos os índices ruins. Não é uma ostentação, não é contra o Governo que atua, mas é uma população que sofre nisso tudo. E a gente se sente nessa obrigação, nessa responsabilidade de representar bem.

Eu acho que o que a gente precisa fazer, e a gente faz, o senhor faz com eficiência, o Senador Girão faz, muitos Senadores aqui fazem, com muita precisão, cirúrgica, é o recurso que tem, porque essa é uma grande arma que o Parlamentar hoje disponibiliza é saber gastar, e gastar com precisão.

O senhor deu exemplos, vários exemplos ruins de como gastar dinheiro público, porque talvez, Prof. Ivo, o problema deste país não seja o dinheiro não, o problema deste país seja competência para gerir ou caráter para poder manuseá-lo. Então, quando eu cheguei aqui, eu não tinha tantos amigos e os fiz. O Rodrigo, quando começou a falar me emociona, porque são quatro anos. E são quatro anos que quem está do lado de fora não enxerga. São quatro anos em que ninguém vê a sua luta, a sua dor. É o seu sofrimento, ainda mais quando a gente trata de assuntos de saúde pública, quando lida com crianças.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Senador Styvenson, permita-me aqui também só fazer um complemento. Eu até tinha anotado aqui, mas acabei esquecendo. Existe um nome difícil que se chama controle social, para algumas pessoas. E o que é isso? Para mim é o que vai fazer com que a política mude. Será quando as pessoas se envolverem diretamente, ou seja, passarem a exercer o controle social sobre os atos.



E no seu exemplo aqui, com os recursos que V. Exa. colocou, conseguiu fazer uma diferença na vida de muitas famílias, no combate ao câncer, e V. Exa. está com uma campanha muito forte, porque outros recursos foram colocados no seu estado para salvar vidas. E V. Exa. não pode ficar sozinho de maneira alguma! Então, esse controle social, a participação da sociedade para saber onde foi que o Styvenson colocou o recurso, por que ele está agora gritando pelo mundo, colocando *outdoor* no seu estado dizendo: cadê o recurso que eu coloquei? Por que não sai a escola? Por que não sai o hospital? Não é seu, é do povo e tem que voltar para o povo! E a picuinha política é o que trava este país.

Então, é o momento sim de cada um também chamar a sua responsabilidade e fazer isso, que é o controle social: cobrar, fiscalizar, porque senão as coisas não mudam!

Já foi uma alternativa conseguir um parceiro e a gente fica muito feliz! Olha a festa que está sendo feita hoje! É porque encontrou um parceiro ideal para realizar o que nós queremos, o que está no nosso coração, no nosso íntimo, no nosso intelecto. Então a gente comemora isso.

Agora, imagine como é desmotivante quando se coloca um recurso, no meu caso, em algumas cidades, para construir um campo de futebol, e, por você não fazer parte de um grupo político daquela cidade, aquele campo que seria o único de um município do Estado de Alagoas, numa cidade do Sertão alagoano, não vai haver, porque, senão, eu posso receber aplausos. Olha só que pensamento pequeno.

Então o trabalho que V. Exa. faz, e eu acompanho pelas redes sociais, não pode ser sozinho. A sociedade inteira tem que acompanhar. Muitos aqui disseram, eu ouvi o depoimento de quantos acompanham o Senador Styvenson, que sabem do que eu estou falando... E daí a importância, sim, de falar de política de verdade, séria e comprometida. Então o caminho é esse. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Espero um dia isso acabar, Senador Rodrigo Cunha. Espero que essas mesquinharias políticas, essas picuinhas, essa briga que não leva a canto nenhum, amigo Secretário, que eu estou vendo agora, que não vai levar a canto nenhum, não atrapalhe a vida do brasileiro. O que o brasileiro quer realmente é um serviço público de qualidade, não ficar em briga ideológica entre esquerda e direita.

Senador Eduardo Girão, nos dê a honra de ocupar a tribuna. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem a todos vocês que estão aqui neste evento histórico do Senado Federal. Sejam muitíssimo bem-vindos.

Eu fico, assim, Senador Styvenson, muito lisonjeado de estar aqui nesta sexta-feira, participando com colegas, com um grupo multidisciplinar que é conectado pelo amor. Eu acho que o que está fazendo a diferença neste evento aqui é a conexão pelo amor de cada entidade dessa, de cada pessoa, paciente, familiar. Uma coisa que me marcou muito em todas as falas, eu procurei observar o máximo que eu pude, é que a maioria das pessoas estão engajadas. E aí vem aquela frase que a gente ouve desde criança: ou a gente aprende pelo amor ou pela dor.

E eu fiquei emocionado vendo aqui a quantidade de ONGs, de projetos que se multiplicaram a partir de um caso da família, de um familiar seu, que é o próximo mais próximo. Jesus nos ensina muito sobre amar o próximo. O próximo mais próximo começa com a família. E aquele caso do familiar... E aí tem outra passagem que diz o seguinte: a dor é uma benção que Deus envia para os seus eleitos. A partir dessa experiência, forma-se uma rede gigantesca de amor, que uma parte dela está aqui, tem muita gente que não pode estar, algumas entidades pelo Brasil, mas eu tenho certeza de que a gente vai trabalhar. Pelo que eu ouvi aqui, um programa nacional de enfrentamento ao câncer precisa ser instituído no Brasil. Isso eu acho que é uma obrigação nossa, é um dever nosso, Senador Styvenson. E o senhor, como Líder, que consegue organizar. É difícil ver esse auditório cheio, pessoal. Eu estou aqui todos os dias, junto com o Senador Rodrigo Cunha, o Senador Styvenson, o Senador Izalci e muitos outros, e é difícil ver um



auditório, um plenário desse do Senado, que é de vocês – a gente está aqui para servir com o mandato –, preenchido com boa intenção, com gratidão.

Eu até faço uma pergunta aqui a vocês. Podem ficar à vontade para falar. Como é que a gente sintetiza numa palavra isso que a gente está vendo aqui, desde 2h da tarde, em quase três horas de sessão? Uma palavra que sintetiza isso aí quem quer arriscar?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Gratidão, amor, solidariedade, união, honestidade, comprometimento. Olhem só que energia positiva que vai irradiando.

Eu quero tomar a liberdade para falar também uma palavra que me move muito aqui, vendo vocês, que fazem um trabalho fantástico que tem feito a diferença na vida de irmãs e de irmãos: aprendizado. O que eu aprendi hoje aqui com as falas de cada um de vocês...

A Liga de Combate ao Câncer é um trabalho fantástico, Dr. Luciano. Parabéns a todos vocês que fazem a Liga! A Abrace, o MAC... Perdão aos outros de que a gente ouviu aqui as falas.

Por falar em perdão, a gente sabe, tem que oferecer e foi colocado pelo Presidente aqui do hospital de Barretos, Senador Rodrigo Cunha, nesta celebração, que... Eu parabenizo o Senador Styvenson e cumprimento a equipe dele, que organizou, com muito amor, esse trabalho aqui hoje. Mas você viu o vídeo de uma das referências também do Brasil, o Hospital de Amor de Barretos, que já está em vários estados brasileiros. O Senador Rodrigo Cunha levou, com muita coragem, para Arapiraca, um instituto de prevenção do câncer, que começou com colo de útero e mama e agora já está também atendendo os homens em câncer de boca e câncer de pele.

Dr. Henrique Prata, eu tive a oportunidade de também, há cerca de 15, 20 dias, visitar o Hospital de Amor de Barretos e fiquei impressionado com a qualidade. Parecia que eu estava entrando ali numa... Tive a oportunidade de morar nos Estados Unidos. E vi não apenas a qualidade física, mas um atendimento altamente humanizado, desde a brinquedoteca, em espaços estratégicos – a gente foi à ala de criança, de pediatria –, mas também nos outros hospitais do complexo. E o que ele falou aqui é importante neste dia de celebração, que é um dia de gratidão, que é a questão da valorização – valorização. E, como bem colocou o Senador Styvenson, não é questão de governo A, governo B, porque vem, ao longo de quase 20 anos, um congelamento dos valores repassados.

Então, que prioridade é essa que nós estamos dando – e eu me incluo – para o enfrentamento ao câncer, que, segundo eu aprendi aqui, em 2028, vai ser a doença, pela projeção, que mais vai matar brasileiros, é isso? Que mais vai curar também, com o nosso trabalho, com essa rede, mas é a doença que mais vai acometer brasileiros. Senador Styvenson, isso é um alerta. Isso é um alerta muito grande, e nós temos que trabalhar desde agora nesse sentido para ajudar instituições, projetos.

Nós vimos aqui os Doutores do Riso, não sei se tem ainda os Doutores da Alegria, que é uma instituição... Lembram daquele filme Patch Adams, que é uma inspiração? Quem não assistiu ainda, procura, está até gratuito aí em canais. O trabalho feito de música, musicoterapia... Como é o nome dele? Do Alan... Alan já percorreu aí 15 estados? Vinte e seis estados! Olha só!

Então, eu queria parabenizar, Senador Styvenson, por esse evento. Preparei um discurso aqui, mas eu não vou fazer esse discurso. Nós já estamos caminhando para o final. Agora, é marcante esse trabalho que está sendo feito por todos vocês, não é? Eu quero me colocar à disposição.

Sou do Estado do Ceará, estou servindo aqui pelo Estado do Ceará. E, infelizmente, o Instituto Nacional de Câncer não traz boas notícias para a minha terra. A previsão é de que o estado apresente mais de 94 mil novos casos de câncer no triênio 2023-2025. É um número muito preocupante, ainda mais em comparação com o triênio anterior, de 2020-2022, quando foram estimados 81 mil novos casos.



E aí, Senador Rodrigo Cunha e Senador Styvenson, vocês dois foram – e eu quero reconhecer aqui publicamente –, os pioneiros, pelo menos de que eu tive conhecimento, que me alertaram para isso, através dos investimentos das emendas parlamentares, que tanto o senhor destinou para a Fundação Pio XII, que instalou em Arapiraca o Instituto de Prevenção ao câncer de mama e câncer de colo, que já passou para outras especialidades, que atendeu 30 mil já no primeiro ano – 30 mil mulheres alagoanas. Olha que impacto!

E, como é aquela história de você ver lá na frente, e vem já trazendo, já vem evitando um mal maior, porque está identificando no início e já pode tratar, a probabilidade de cura é muito grande. Porque, se eu estiver errado, os doutores aqui me corrijam, mas o que eu pude estudar e ouvir também do Hospital de Câncer de Barretos, é que 37% de todos os cânceres, de toda essa doença estão concentrados no câncer de mama, câncer de colo de útero e próstata – 37%. Então, quanto mais cedo você consegue identificar, a probabilidade é muito grande de se evitar uma perda de um ente querido, sofrimento na família.

Então, nessa Dia Mundial de Luta contra o Câncer, eu quero dar uma boa notícia para os cearenses. Tem essa notícia ruim dos casos, do prognóstico, mas tem uma notícia boa. Espelhado no que o Senador Styvenson fez com a Liga norte riograndense de combate ao câncer – é esse o nome, “combate ao câncer”? (Pausa.)

Contra o Câncer. E inspirado também no que o Senador Rodrigo Cunha investiu, lá em Arapiraca, no Hospital de Amor, um instituto de prevenção ao câncer de colo de útero e de mama, nós também estamos investindo. E é por isso que eu quero agradecer o despertar, Senador Rodrigo Cunha e Senador Styvenson, para mim, para o meu mandato, com o exemplo de vocês, com o exemplo e a coragem de vocês, que não pensam em política pela política, o poder pelo poder; que estão preocupados lá na ponta, com as pessoas, independentemente de mandato, que acaba, mas vai ficar esse legado para a vida toda. E a gente está destinando também os recursos do nosso mandato para a Fundação Pio XII, que vai instalar no interior do Ceará um instituto de prevenção do câncer de colo de útero e também de mama e que pode – já tem uma expectativa – ir para o câncer de pele e de boca, da mesma forma como aconteceu lá em Arapiraca.

Então, já estivemos com o Prefeito de Juazeiro do Norte, lá no Cariri, que abraça dezenas de municípios na região, e a gente já conversou para instalar. Se Deus quiser, este ano já começam as obras para ter mais esse trabalho.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu não posso deixar também de mencionar nesta oportunidade o trabalho que é feito nessa área por algumas instituições que atendem os cearenses na luta contra o câncer. Eu quero citar apenas três.

A primeira é a Associação Peter Pan – não sei se vocês já ouviram falar dela –, que faz um trabalho voltado para o câncer infantil, um trabalho revolucionário, lá em Fortaleza. Ela trabalha em conjunto com o Hospital Infantil Albert Sabin, e esse trabalho, durante 27 anos, já rendeu o título de Melhor ONG do Brasil para a Associação Peter Pan. A sua Presidente, inclusive, gravou um vídeo curto – não sei se vai dar para exibir na sequência –, a Olga. É uma inspiração para nós esse trabalho. Inclusive, um dos que ajudou como voluntário está fazendo hoje 50 anos, que é o Sr. Caram Jorge Karam. Quero mandar meu abraço aqui da tribuna do Senado. Coincidentemente, hoje é o aniversário dele, que é um dos que estava lá no projeto, sempre ajudando, mobilizando de forma voluntária.

Outra é o Instituto do Câncer do Ceará, que é uma instituição, um exemplo em filantropia e responsabilidade social desde 1944, quando nasceu o meu pai – meu pai é de 1944.

E, finalmente, destaco o trabalho do IACC (Instituto de Apoio à Criança com Câncer), que, desde 2010, oferece suporte às famílias de crianças e adolescentes portadores de câncer em toda a região do Cariri. Então, fica o registro. A D. Isa... Cadê a D. Isa, ela ainda aqui? Não? A D. Isa estava aqui



no começo da sessão e é interessante, porque a D. Isa é da Rede, fundou, em 2019, a Rede Feminina de Combate ao Câncer, é uma das fundadoras do Hospital de Base junto com muitas pessoas e hoje está no grupo Sinfonia, o qual faz parte também da Abrace. Ela é esposa do inesquecível Sr. Ariston, que é do Instituto Chico Xavier de Brasília. Então, fica meu abraço à D. Isa, que estava aqui desde o começo e que teve que sair. Que Deus abençoe sempre esse trabalho, muita luz e muita paz, Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Antes de o senhor concluir sua fala, eu acho que o senhor já está partindo para o final, como é do seu estado a Associação Peter Pan, essa instituição de tratamento do câncer infantojuvenil, ia aproveitar sua fala para fazer justamente um aparte com esse vídeo.

Coloquem o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Quero só fazer um complemento, Senador Styvenson. Ela sempre falou isso. Há décadas, a Olga sempre falou. Eu nem sonhava em estar aqui, em ser político, mas ela já falava da importância do tratamento precoce, do diagnóstico precoce para se trabalhar.

Lá no Ceará, só para vocês terem uma ideia, apesar de haver 22 policlínicas regionais aptas a realizar algum tipo de exame, diagnóstico para o câncer, apenas em Fortaleza o paciente pode encontrar na rede pública um serviço altamente especializado, no Instituto de Prevenção do Câncer ou Hospital Geral Dr. César Cals, para vocês terem uma ideia do desafio que a gente tem.

Eu quero finalizar com uma frase de um grande pacifista, um grande estadista, na verdade, irlandês que dizia o seguinte: “O mal só triunfa quando os bons cruzam os braços”.

Eu estou vendo aqui instituições, famílias, Parlamentares – o nosso Deputado Federal Weliton está aqui também presente. Parabéns! Que Deus abençoe a todos e que a gente possa trabalhar pelo bem cada vez mais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito, Senador Eduardo Girão.

Agora concedo a palavra ao Deputado Weliton Fernandes Prado, que é Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais, que também segue na mesma direção, mesmo ritmo, mesma intensidade nessa luta de combate ao câncer.

O senhor tem a palavra.

O SR. WELITON FERNANDES PRADO (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, a minha gratidão. Agradeço a Deus por este momento, parabenizo o Senador Styvenson e, na sua pessoa, cumprimento a cada Senador e Senadora. É um momento realmente muito importante. Cumprimento a toda a mesa na pessoa da Marlene Oliveira. A Marlene, muitos não sabem, fundou o Novembro Azul. O Novembro Azul é a campanha mais importante em relação à saúde do homem no Brasil. É conhecida internacionalmente, e foi criada por uma instituição brasileira. Então, é um grande orgulho que nós temos, um trabalho maravilhoso.

O homem é muito difícil, não é, gente? Todos vocês sabem que o homem é teimoso, não vai ao médico, só vai quando a mulher leva, bebe mais, fuma mais, se coloca mais em situações de risco, tem a expectativa de vida sete anos menor do que a das mulheres. E o Novembro Azul veio para ajudar muito, muito, muito mais a avançar.

Styvenson, nós estamos brigando – e contamos muito com o seu apoio e de todos os Senadores – para garantir a cirurgia robótica para câncer de próstata, que é um dos tipos que mais mata homens no



nosso país. Infelizmente a gente não tem essa cirurgia no SUS, e, infelizmente, a cirurgia convencional traz uma série de problemas aos homens, inclusive psicológicos, há incontinência urinária, muitos entram em depressão, inclusive há casos de assassinatos. Então, é fundamental a gente garantir a cirurgia robótica. É uma cirurgia realmente precisa.

Eu queria aproveitar e parabenizar a todos e todas vocês, as associações, as entidades. O Girão colocou aqui e eu também: 100% das minhas emendas eu destino para o enfrentamento ao câncer. Ao todo, já são mais de R\$132 milhões. Já beneficiei todos os hospitais que enfrentam o câncer em Minas Gerais. Inclusive a Santa Casa de BH, que mais atende pacientes com câncer – 60 mil pacientes –, vai poder atender quase 200 mil pacientes por ano. Nós criamos o Instituto de Oncologia da Santa Casa de BH, com emendas de minha autoria e do Deputado Estadual Elismar Prado.

Em Uberlândia, que é a minha cidade, nós ampliamos o quarto piso, construímos o centro cirúrgico para o câncer, o centro de transplante de medula óssea, adquirimos um acelerador linear, um dos mais modernos do mundo, para fazer a radiocirurgia, uma cirurgia precisa. Hoje, no Brasil, infelizmente, tem muitas regiões que fazem a radioterapia com bomba de cobalto, que queima, que é um verdadeiro absurdo, mata as células cancerígenas e mata as outras células também. Às vezes, o paciente vem a óbito por causa do tratamento.

Então, a gente tem que garantir, inclusive, uma política... Estive, inclusive, aqui com um representante do Ministério da Saúde, com a Ministra e com o Chioro também, que é Presidente da Ebserh, com a Ministra da Saúde e com o Helvécio, para a gente garantir uma nova política para a radioterapia, ter equipamentos realmente modernos, beneficiando todas as regiões do nosso país.

Nós garantimos também – além de ampliar o Hospital do Câncer de Uberlândia – o acelerador. Cem por cento das minhas emendas foram para medicação, para custeio. Agora, são dois centros que já estão prontos e equipados com as duas carretas de prevenção ao câncer: um na cidade de Patrocínio e outro na cidade de Unaí, que é aqui pertinho, que vão atender milhares e milhares de pessoas. Já estão prontos esses dois centros do Hospital de Amor de Barretos, também 100% com recursos de nossa autoria. Os centros já vão começar a funcionar.

Inclusive hoje, na data de hoje, agora está acontecendo um mutirão, na cidade de Montes Claros, de prevenção ao câncer. A carreta está lá, em Montes Claros, atendendo milhares de mulheres, fazendo a mamografia pelo segundo ano consecutivo. Em Montes Claros também nós criamos o primeiro Centro de Cuidados Paliativos do interior de Minas Gerais, com emenda minha e do Deputado Estadual Elismar Prado, e criamos a primeira Comissão Especial de enfrentamento ao câncer do Brasil, em que nós fizemos centenas e centenas de debates, de reuniões, aprovamos já na Comissão a política nacional de enfrentamento ao câncer, que já está pronta para o Plenário. A gente quer aprovar o mais rápido possível no Plenário da Câmara, já para vir para o Senado, que é o ciclo completo, garantindo a prevenção, o diagnóstico, o tratamento – não é? –, que é fundamental, a cirurgia, a reabilitação, até os cuidados paliativos.

Então, a política foi amplamente debatida com todos os setores da sociedade, e nós queremos aprovar também o Fundo Nacional de Enfrentamento ao Câncer. O que é o Fundo Nacional de Enfrentamento ao Câncer? Pegar impostos do cigarro, do tabaco, das bebidas alcoólicas e não alcoólicas, das moedas apreendidas, provenientes do crime organizado, do narcotráfico, depois de decisão transitada em julgado, pegar todos esses recursos, criar uma rubrica única no Ministério da Saúde para enfrentamento ao câncer, porque, infelizmente, há anos e anos, tem uma luta muito grande para que os governos reconheçam que o câncer é uma doença emergencial – emergencial. Quem tem câncer tem pressa, depende de tempo, não pode esperar.

Foi colocado por todo mundo aqui: se se demora com o câncer já diagnosticado no estágio avançado, aumenta-se o risco de morte e fica muito mais caro para o governo. Então, é muito importante a gente



garantir que o câncer seja reconhecido como uma doença emergencial, que a gente tenha acesso ao diagnóstico, à prevenção, que realmente salva vidas, e tenha acesso a cirurgias e ao tratamento adequado.

Tem várias medicações, que foi uma luta muito grande para a gente garantir para incorporar no SUS, vários tratamentos especializados para vários tipos de câncer, para os quais você já tem, inclusive, a cura, que infelizmente às vezes não estão disponíveis no SUS. E 70% dos pacientes que se tratam do câncer se tratam no SUS e, infelizmente, não têm acesso aos melhores tratamentos. E aí, como o Senador colocou muito bem – já para terminar –, essa pessoa que vem a falecer, a óbito, é uma pessoa querida, é o amor de alguém que poderia estar vivo e que, infelizmente, às vezes é acometido pelo câncer e não tem acesso ao diagnóstico, ao tratamento. E a gente sabe que o câncer é a doença... E muitas pessoas, às vezes, não têm esse conhecimento, e a gente fala isto sempre, para as pessoas ajudarem a fazer essa corrente: o que mais mata, Girão, no nosso país, criança e jovem... Qual é a doença que mais mata criança e jovem no país? É o câncer.

A gente viu um depoimento, agora, e essas crianças, esses jovens, poderiam estar vivos. As nossas mulheres poderiam estar vivas se tivessem tido acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado.

O câncer é a segunda doença que mais mata adultos no nosso país, em muitas cidades já é a primeira...

(Soa a campainha.)

O SR. WELITON FERNANDES PRADO – ... e está avançando. Como o Girão colocou: até 2028, 2030, tem a possibilidade de ser a primeira, concorrendo com as doenças cardiovasculares, as doenças do coração.

Então, a gente tem muito e muito o que fazer, e acho que ninguém faz nada sozinho. É em momentos como este, em que a gente compartilha informações, que a gente aprende, e é fundamental esse trabalho realmente em conjunto dessas associações, das entidades, do Parlamento, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal... Então, a gente tem muito, muito, muito mais que avançar.

Enfim, eu queria agradecer e dizer – viu, Senador Styvenson Valentim? – que a gente conta muito com o apoio do Senado Federal para que a gente possa fazer esse trabalho realmente em conjunto e deixar aí um legado para o nosso país.

Eu queria aproveitar e parabenizar o Senador Rodrigo Pacheco, que é de Minas Gerais, um Senador pelo qual tenho muita gratidão. Nós estamos fazendo um trabalho em conjunto com o Senador Rodrigo Pacheco no Triângulo Mineiro, a obra mais importante, que é o novo pronto-socorro, que vai atender a milhares de pessoas, 249 leitos...

(Soa a campainha.)

O SR. WELITON FERNANDES PRADO – Foi uma parceria nossa com o Rodrigo Pacheco. Conseguimos liberar R\$50 milhões, ano passado e, este ano, nós já garantimos R\$51 milhões. Infelizmente, eu tive que entrar com uma ação no Ministério Público Federal, porque eles queriam cortar o empenho dessa emenda. Parte do dinheiro já tinha sido depositado, ia paralisar a obra. Eu não tive outra alternativa, a não ser entrar com uma ação no Ministério Público Federal, mas tivemos uma grande vitória, que é a liberação do valor integral dos R\$51 milhões, através de uma decisão judicial.

Senador, parabéns ao Senado Federal, parabéns a todas as entidades, e, como Presidente da Comissão Especial de Combate ao Câncer, vamos fazer muitos trabalhos em conjunto.

Fiquem com Deus e muito obrigado. Valeu! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Sr. Deputado, pode me incluir. Pode me incluir em toda essa sua fala, atribuição, missão... Ideias boas.



Ideias boas, boas mesmo. De verdade.

Acho que toda união ainda é pouco para combater doenças neste nosso país.

Antes de encerrar, eu vou agradecer aos funcionários do Senado que ficaram até agora comigo, quem está por trás das câmeras e quem está aqui do meu lado; ao pessoal do meu gabinete, a todos que se empenharam, desde a rosa colocada aqui na frente à organização de todos que estão aqui hoje; a participação de todos que vieram espontaneamente para esta sessão; ao senhor da liga e à senhora que representa parte do voluntariado; a todas as mulheres que cuidam da gente, a todos os homens que têm preocupação; a todos! Então, eu não poderia acabar uma sessão como esta sem agradecer a todos vocês, em especial ao meu time, que organiza tudo isso.

Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, agradeço a todas as personalidades que honraram com a sua participação este dia especial para todos nós brasileiros. E vamos vencer, sim, o câncer hoje e sempre! Abraços! (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Encaminhamento de matéria



Documentos recebidos para conhecimento das Comissões

Os documentos seguintes foram recebidos pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhados às Comissões competentes, que os disponibilizarão nas respectivas páginas no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OF. 4/2023/CA DM	Encaminha, em atenção ao disposto no art. 23, §2 ^a da Lei 13.303/2016, o Documento de Avaliação do Atendimento das Metas e Resultados na Execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo – DAMRE 2022 - da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV	CTFC
Ofício 9138/2023- BCB/Gapr e	Encaminha o Relatório sobre depósitos voluntários remunerados a prazo, do primeiro trimestre de 2023, em atendimento ao artigo 2º da Lei nº 14.185, de 14 de julho de 2021.	BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN	CAE



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 10, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5970, de 2019, do Senador Randolfe Rodrigues, que Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Fabiano Contarato

12 de abril de 2023



PARECER N° , DE 2023

SF/23397.33691-52

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5970, de 2019, do Senador Randolfe Rodrigues, que *dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências.*

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 5.970, de 2019, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas às de escravidão.

Para tanto, a proposição, em seu art. 1º, remete ao art. 243 da Constituição Federal, que determina a perda da propriedade urbana ou rural em que for constatada a “exploração de trabalho escravo”, conforme a letra constitucional, sem indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

O art. 2º do projeto busca definir, em seis incisos, as condições em que se caracterizaria o “trabalho em condições análogas às de escravo”. O inciso V fala em submissão a condições degradantes de trabalho. O § 1º desse artigo condiciona o reconhecimento e tais condições à constatação de, pelo menos, duas entre nove situações, listadas num rol exemplificativo.

O art. 3º determina que a expropriação objeto da lei prevalece sobre direitos reais de garantia, enquanto o art. 4º impede que o proprietário fuja à responsabilidade por alegar desconhecimento do que fariam seus prepostos.



O art. 5º esclarece que as propriedades expropriadas não passíveis de destinação à reforma agrária e a programas de habitação popular devem ser alienadas e os valores revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O art. 6º, por sua vez, isenta de responsabilidade o proprietário que tenha alugado ou arrendado a terra. Estabelece, contudo, exceções, a saber, quando o proprietário tenha tomado conhecimento das circunstâncias ou quando tenha aferido algum benefício econômico, direto ou indireto, em razão da exploração de trabalho em condições análogas às de escravidão.

O art. 7º da proposição sujeita à expropriação os imóveis tão-somente possuídos, ainda que o possuidor não detenha o título de propriedade.

O art. 8º determina que a ação expropriatória seguirá o rito disposto na lei em que a proposição venha a se transformar e, subsidiariamente, o disposto no Código de Processo Civil. Nos dois parágrafos que o art. 8º contém, ficam determinados o sigilo de justiça e a competência da justiça federal para julgar e processar as ações expropriatórias a que se refere a lei.

O art. 9º, por seu turno, altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para prever multa e ação regressiva da União contra o proprietário quando do resgate de trabalhadores em condições análogas às da escravidão, bem como para inscrever no rol de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador os bens em espécie apreendidos na propriedade onde havia exploração de trabalho análogo ao de escravo e os valores decorrentes da alienação da propriedade. No mesmo movimento, a proposição destina esses bens e valores ao oferecimento de condições de retorno, de capacitação profissional ou de inserção laboral em favor dos trabalhadores que tenham sido resgatados daquelas condições.

Por fim, o art. 10º põe a lei em vigor na data de sua publicação.

Em suas razões, o autor esclarece ser a proposição uma tentativa de regular a expropriação, admitida no texto constitucional pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014, que deu ao art. 243 da Constituição sua forma atual. A tentativa tomou a forma de uma Comissão Mista do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, da qual surgiu um projeto de lei que, mais tarde, ao ser examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu



substitutivo sintetizando as cinquenta e cinco emendas que recebeu. A proposição que ora se examina corresponde a esse substitutivo.

Conclui pela necessidade de se aprovar a proposição, de modo a dar à alteração constitucional trazida pela Emenda Constitucional nº 81 os necessários instrumentos para sua efetivação.

A proposição foi distribuída para exame desta e das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Foi apresentada emenda pela Senadora Soraya Thronicke acrescentando o conceito de trabalho em condições análogas à de escravo contido no artigo 149 do Código Penal ao rol de condições caracterizantes já trazidas pela forma original da proposição.

II – ANÁLISE

A análise da matéria por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é regimental, conforme os termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Não vemos óbices de natureza constitucional, seja quanto à competência formal ou material deste Senado Federal. Tampouco há obstáculos jurídicos formais. Os aspectos materiais merecerão, contudo, alguma reflexão e reparo, como veremos.

Inicialmente, há que se deixar claro nosso acordo com a extrema pertinência e valor da proposição. Seu encaminhamento e aprovação serão motivo de orgulho pâtrio. Contudo, a nosso ver, podemos fazer ainda melhor na esteira dessa brilhante iniciativa legislativa.

Devemos nos dirigir ao condicionamento da expropriação ao trânsito em julgado de sentença condenatória, *sem que fique claro de qual ramo do Poder Judiciário saiu tal sentença, que poderia ser penal ou trabalhista*. É importante que se corrija esse aspecto da proposição, sob pena de torná-la letra morta e causadora de instabilidade dentro do próprio Poder Judiciário, sendo possível antever a impunidade resultante de prescrição após anos de discussão sobre a competência para julgar.



Não se pode perder de vista a alarmante situação do trabalho escravo no Brasil. Apenas em 2023, diferentes operações trouxeram a lume a escandalosa chaga social que ainda macula o Brasil. Casos como o de adolescentes plantando sementes, ou o de estrangeiros produzindo cigarros, entristecem os brasileiros e alertam para a realidade do problema. 2023, por sinal, é o ano com maior número de resgates no Rio Grande do Sul e Goias. Um escândalo!

Proporemos emenda referente à competência acima tratada, quanto ao Poder judiciário, bem como acataremos a emenda apresentada pela Senadora Soraya Thronicke, descrita anteriormente e que tem a qualidade de se valer do caráter abstrato do tipo penal, o que vem a ser uma vacina contra as metamorfoses da escravidão. Temos a firme crença de que tais emendas tornarão ainda mais apurada a já importantíssima proposição.

III – VOTO

Em razão das considerações apresentadas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.970, de 2019, com a Emenda Nº 1 – CDH, e com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 2- CDH

Dê-se ao § 1º do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.970, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 1º.....

§ 1º A expropriação somente poderá ocorrer pela via judicial, em ação específica de natureza penal ou trabalhista, e fica condicionada ao prévio trânsito em julgado de sentença condenatória por exploração de trabalho em condições análogas à de escravo.

”

Sala da Comissão,



6

5

, Presidente

SF/23397.33691-52

, Relator





Relatório de Registro de Presença

CDH, 12/04/2023 às 11h - 11ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, REDE, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	PRESENTE
RENAN CALHEIROS		3. VAGO	
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	4. WEVERTON	PRESENTE
CARLOS VIANA		5. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	6. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	7. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
JUSSARA LIMA		3. VAGO	
AUGUSTA BRITO		4. NELSINHO TRAD	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. ELIZIANE GAMA	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTES	
MAGNO MALTA		1. VAGO	
ROMÁRIO		2. VAGO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	3. VAGO	

Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTES	
DR. HIRAN	PRESENTE	1. LAÉRCIO OLIVEIRA	
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO
FLÁVIO BOLSONARO
VANDERLAN CARDOSO
EFRAIM FILHO
DANIELLA RIBEIRO
MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 5970/2019)

NA 11^ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CDH.

12 de abril de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 11, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 11, de 2019, que Fisioterapeutas com piso salarial
de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Fabiano Contarato

12 de abril de 2023



PARECER N° , DE 2020

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 11, de 2019, do Programa e-Cidadania, cujo título é *fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais.*

SF/20932:36750-83

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão nº 11, de 2019, recebida no âmbito do Programa e-Cidadania, sugerindo a adoção de piso salarial de R\$ 4.800,00, para trinta horas semanais de trabalho, em benefício dos fisioterapeutas.

A Sugestão foi iniciada pelo Sr. Luis Gustavo Petroski, do Estado do Paraná, e busca definir um piso salarial de R\$ 4.800,00 para os fisioterapeutas, para trinta horas semanais de trabalho.

II – ANÁLISE

A CDH tem competência para analisar as Sugestões encaminhadas no âmbito do programa e-Cidadania, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A Sugestão, no tocante ao seu conteúdo, diz respeito a tema de Direito do Trabalho, sendo de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 22, I da Constituição.



Não há, portanto, elementos que impeçam, do ponto de vista formal, seu processamento perante esta Comissão.

No mérito, somos favoráveis à sua aprovação.

De acordo com matéria veiculada no sítio eletrônico do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3^a Região (Crefito-3), o fisioterapeuta não tem salário compatível com as suas atribuições profissionais, chegando, em alguns casos, a ganhar apenas R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por uma jornada de trinta horas semanais.

Tal valor é demasiadamente baixo, quando comparado ao piso salarial de outros profissionais da área de saúde, como médicos, por exemplo, cujo piso salarial em 2019, de acordo com a Federação Nacional dos Médicos (FENAM), foi de R\$ 14.619,39 (quatorze mil seiscentos e dezenove reais e trinta e nove centavos), para uma jornada de vinte horas semanais de labor.

Não há razão plausível para a existência de tamanha disparidade salarial. O fisioterapeuta estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, sendo, portanto, peça essencial na preservação da saúde dos seres humanos.

Com a fisioterapia integrada na atenção básica, por exemplo, há o acompanhamento mais próximo da saúde da população atendida. Nesse âmbito, o fisioterapeuta atua, preferencialmente, com grupos populacionais, orientando sobre as posturas mais adequadas, exercícios de alongamento, relaxamento, respiratórios e orientações quanto à higiene pessoal, para cada grupo ou para cada situação. Destaca-se, nesta atuação preventiva, o trabalho em grupos de pessoas em idade escolar, de gestantes e de idosos.

Sua atuação tempestiva, portanto, evita diversos males à saúde de seus pacientes, ocasionando, inclusive, o desafogamento do Sistema Único de Saúde – SUS, que se vê desobrigado a providenciar tratamento para doenças mais graves que poderiam atingir o povo brasileiro.

SF/20932:36750-83



Por isso, necessário iniciar a discussão legislativa acerca do estabelecimento de um piso nacional mínimo para remunerar, de maneira digna, os serviços deste profissional.

O piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), neste primeiro juízo sobre a matéria, nos parece condigno com a atuação destes profissionais, evitando o aviltamento de tão nobre labor.

Com a participação dos representantes da sociedade civil, cuja oitiva acontecerá em audiências públicas a serem realizadas neste Senado Federal, a questão será melhor debatida, sempre no sentido de se encontrar a solução adequada para a remuneração condizente com a relevância social dos profissionais objeto da SUG nº 11, de 2019.

III – VOTO

Pelo exposto, votamos pelo acolhimento da SUG nº 11, de 2019, concluindo, na forma do art. 102-E, I, e parágrafo único, I, pela apresentação do Projeto de Lei a seguir:

PROJETO DE LEI N° , DE 2020

Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de trinta horas semanais, em favor dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

SF/20932:36750-83



“Art. 1º

Parágrafo único. O piso salarial dos profissionais de que trata este artigo é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


SF/20932:36750-83

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CDH, 12/04/2023 às 11h - 11ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, REDE, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	PRESENTE
RENAN CALHEIROS		3. VAGO	
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	4. WEVERTON	PRESENTE
CARLOS VIANA		5. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	6. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	7. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
JUSSARA LIMA		3. VAGO	
AUGUSTA BRITO		4. NELSINHO TRAD	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. ELIZIANE GAMA	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTES	
MAGNO MALTA		1. VAGO	
ROMÁRIO		2. VAGO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	3. VAGO	

Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTES	
DR. HIRAN	PRESENTE	1. LAÉRCIO OLIVEIRA	
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO
 FLÁVIO BOLSONARO
 VANDERLAN CARDOSO
 EFRAIM FILHO
 DANIELLA RIBEIRO
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO (SUG 11/2019)

NA 11^ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL À SUGESTÃO NA FORMA DO PROJETO DE LEI QUE APRESENTA.

12 de abril de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 12, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 9, de 2022, que "Requer piso salarial para as ASB
e TSB de 2 salários mínimos".

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Fabiano Contarato

12 de abril de 2023



PARECER N° , DE 2022

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 9, de 2022, que visa a instituir *piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos.*

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

SF/22709.37316-92

I – RELATÓRIO

Em análise, a Sugestão (SUG) nº 9, de 2022, que visa a instituir *piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos.*

A presente proposição, como indica a sua ementa, fixa o patamar de dois salários mínimos como o piso a ser pago para os Auxiliares em Saúde Bucal (ASB) e Técnicos em Saúde Bucal (TSB).

A justificativa da proposição reside na necessidade de valorizar financeiramente a atuação dos profissionais a que ela se destina, nos setores público e privado, que, em alguns entes da federação, percebem apenas um salário mínimo como contraprestação pelos seus serviços.

II – ANÁLISE

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Como a Ideia Legislativa obteve apoio de mais de 20.000 (vinte mil) cidadãos no período de 2 (dois) meses, o parágrafo único do art. 6º da referida Resolução determina que terá tratamento análogo ao conferido às sugestões legislativas previstas no art.102-E do RISF, sendo encaminhado a



esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para opinar sobre a sua admissibilidade e conteúdo.

Sobre o tema, cabe asseverar que é direito do trabalhador, nos termos do art. 7º, V, da Carta Magna, a fixação, via projeto de lei, de piso salarial compatível com a extensão e a complexidade do labor.

Nesse sentido, é dever deste Parlamento reconhecer a importância de profissões, como a ora analisada, que contribuem para a preservação da saúde do povo brasileiro, tal como feito na aprovação do piso salarial dos profissionais de enfermagem, previsto na Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

Na esteira dos profissionais da enfermagem, os ASB's e TSB's, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), também se expuseram sobremaneira à contaminação pelo referido agente patológico, não sendo justo que este Parlamento e a sociedade lhes negue o devido reconhecimento.

Assim, imperativa a fixação de piso salarial que a eles proporcione remuneração condizente com a importância de seu trabalho, motivo pelo qual a aprovação da SUG nº 9, de 2022, é salutar.

Entretanto, tendo em vista o disposto na Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal (STF), inviável a utilização do salário mínimo como indexador do referido piso monetário. Por isso, necessária a sua substituição por valores nominais, nos seguintes termos, a fim de se preservar a intenção do projeto em foco: a) R\$ 2.588,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para jornada laboral de vinte horas semanais; b) R\$ 3.882,00 (três mil, oitocentos e oitenta e dois reais), para jornada laboral de trinta horas semanais; e c) R\$ 5.176,00 (cinco mil, cento e setenta e seis reais), para jornada laboral de quarenta horas semanais. Todos esses valores, a fim de preservar os respectivos poderes aquisitivos, serão corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Indispensável, ainda, que, sobre os aludidos patamares, incida adicional de insalubridade de quarenta por cento, como contrapartida financeira ao risco laboral diário suportado pelos trabalhadores em comento.

Por fim, como reconhecimento da importância do trabalho dos Técnicos em Saúde Bucal, deve-se atualizar o rol de atribuições previsto no art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para conferir a seguinte redação ao seu inciso VII: realizar fotografias e operar equipamentos de

SF/22709.37316-92



imaginologia e radiodiagnóstico odontológico exclusivamente em clínicas de radiologia odontológica, consultórios e clínicas odontológicas.

O acolhimento, portanto, da SUG nº 9, de 2022, na forma de projeto de lei, é medida que se impõe.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da SUG nº 9, de 2022, na forma do seguinte projeto de lei:

SF/22709.37316-92

PROJETO DE LEI N° , DE 2022

Altera o inciso VII do art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, e a ela acrescenta o art. 11-A, para atualizar as atribuições do Técnico em Saúde Bucal (TSB) e fixar piso salarial em prol dos referidos trabalhadores e do Auxiliar em Saúde Bucal (ASB).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso VII do art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

VII - realizar fotografias e operar equipamentos de imaginologia e radiodiagnóstico odontológico exclusivamente em clínicas de radiologia odontológica, consultórios e clínicas odontológicas.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:



“Art. 11-A. O piso salarial dos Auxiliares em Saúde Bucal (ASB) e Técnicos em Saúde Bucal (TSB), dos setores público e privado, será de:

I – R\$ 2.588,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para jornada de trabalho de vinte horas semanais;

II - R\$ 3.882,00 (três mil, oitocentos e oitenta e dois reais), para jornada de trabalho de trinta horas semanais; e

III - R\$ 5.176,00 (cinco mil, cento e setenta e seis reais), para jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

§ 1º Os valores previstos nos incisos I, II e III serão corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 2º Sobre os valores previstos nos incisos I, II e III incidirá adicional de insalubridade no montante de 40% (quarenta por cento).”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/22709-37316-92
|||||





Relatório de Registro de Presença

CDH, 12/04/2023 às 11h - 11ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, REDE, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	PRESENTE
RENAN CALHEIROS		3. VAGO	
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	4. WEVERTON	PRESENTE
CARLOS VIANA		5. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	6. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	7. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
JUSSARA LIMA		3. VAGO	
AUGUSTA BRITO		4. NELSINHO TRAD	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. ELIZIANE GAMA	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTES	
MAGNO MALTA		1. VAGO	
ROMÁRIO		2. VAGO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	3. VAGO	

Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTES	
DR. HIRAN	PRESENTE	1. LAÉRCIO OLIVEIRA	
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO
 FLÁVIO BOLSONARO
 VANDERLAN CARDOSO
 EFRAIM FILHO
 DANIELLA RIBEIRO
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO (SUG 9/2022)

NA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL À SUGESTÃO NA FORMA DO PROJETO DE LEI QUE APRESENTA.

12 de abril de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 13, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 34, de 2019, que Não constituir crime o comércio
de sementes para cultivo de Cannabis.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Alessandro Vieira

RELATOR ADHOC: Senador Eduardo Girão

12 de abril de 2023





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

PARECER N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 34, de 2019, do Programa e-Cidadania, que propõe *não constituir crime o comércio de sementes para cultivo de Cannabis.*



SF/23633388294-07

Relator: Senador ALESSANDRO VIEIRA

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão Legislativa (SUG) nº 34, de 2019, de iniciativa do cidadão Fernando Santiago, que propõe a descriminalização do comércio de sementes da maconha.

A sugestão em comento decorre da Ideia Legislativa nº 120.001, que recebeu mais de vinte mil manifestações individuais de apoio no período de 11/02/2019 a 11/06/2019.

O autor da sugestão explica que o “anteprojeto de lei da comissão de juristas responsável pela atualização da Lei de Entorpecentes prevê em seu art. 28 não ser crime cultivar seis plantas e, ao mesmo tempo, em seu art. 33-H penaliza com reclusão o comércio de sementes”. Diante disso, sua proposta vale-se do argumento de não ser possível realizar o plantio sem o acesso legalizado aos insumos.

II – ANÁLISE

Compete à CDH, de acordo como o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre sugestões legislativas





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira



SF/2363338294-07

apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

A Resolução nº 19 do Senado Federal, de 27 de novembro de 2015, por sua vez, determina que a ideia legislativa enviada ao portal e-Cidadania que obtiver apoio de vinte mil cidadãos, em quatro meses, terá tratamento análogo ao das sugestões legislativas previstas no art.102-E do Risf.

Portanto, a SUG nº 34, de 2019, tem amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Cabe ressaltar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões temáticas pertinentes. A CDH, portanto, é soberana para decidir pelo acatamento da sugestão apresentada. Se aceita, também cabe a esta Comissão convertê-la em projeto de lei, adequando-a às normas técnicas de redação legislativa. Além disso, incumbe identificar e sanar eventuais problemas de constitucionalidade.

Inicialmente, cumpre ressaltar que não há vício de origem da matéria, vez que o assunto não se insere entre os temas de competência de iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo (art. 61 da Carta Magna). Ademais, a Constituição Federal (CF) estabelece, em seu art. 48, que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. O comando inclui legislar sobre aquelas matérias elencadas na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, entre as quais figura a proteção e defesa da saúde, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da CF. É o caso da sugestão em análise, que trata do controle de substâncias psicoativas.

Quanto à juridicidade, importante destacar que o tema é regulado pela Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – chamada de “Lei de Entorpecentes” pelo autor da sugestão legislativa –, que *institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.*

Em relação ao mérito, cumpre destacar que a Lei nº 11.343, de 2006 (Lei de Drogas), diferencia o tratamento que deve ser dado ao usuário de drogas, pois despenalizou a posse para consumo próprio, não sendo mais aplicável a pena privativa de





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

liberdade. Isso abrange também o semeio, cultivo e colheita de “plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica”, tal qual são as plantas no gênero *cannabis*, popularmente conhecidas como “maconha”.

No entanto, a sugestão que apreciamos pretende ir além, descriminalizando o comércio de sementes da planta, de maneira que fica implícita sua intenção de legalizar as transações relacionadas a esse insumo, essencial para o plantio. Quando elaboramos o relatório da SUG nº 32, de 2019, no âmbito desta Comissão, registramos as diferenças entre a legalização e a descriminalização:

De antemão, devemos salientar as diferenças entre Discriminação e Legalização. Descriminalização significa que o ato ou conduta deixou de ser crime, não há mais punição no âmbito penal, todavia ainda pode ser considerado ilícito civil ou administrativo. Já a legalização, como a proposta na Sugestão em questão, o ato passa a ser permitido por lei, cabe ao estado regulamentar as práticas.

Naquela oportunidade, já havíamos pontuado que “o Estado brasileiro, em suas configurações atuais, não conseguiria fiscalizar adequadamente os espaços de plantio, seja para uso medicinal ou para uso recreativo”, o que impede a promoção da legalização abrangente e, assim, a descriminalização desponta como caminho mais viável para a legislação e para a operação de políticas públicas.

Por isso, diante desse quadro de limitações práticas, esta Casa legislativa tem priorizado, em várias de suas apreciações recentes, a regulamentação do emprego da *cannabis* para fins medicinais. Desse entendimento, sugeriram o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 514, de 2017 – originado da SUG nº 25, de 2017 – e também o PL nº 5.295, de 2019 – advindo da SUG nº 6, de 2016 –, que tratam do tema. Assim sendo, não há necessidade de apresentar mais uma proposição sobre esse assunto.

Por fim, é necessário anotar que o anteprojeto da comissão de juristas para modificar a Lei de Drogas, a que se refere o autor da sugestão, não tramita no Senado Federal, pois esse grupo de trabalho foi instalado na Câmara dos Deputados e já findou suas atividades, que resultaram na apresentação do Projeto de Lei nº 4.565, de 2019. Os Senadores poderão realizar suas contribuições se a matéria chegar a esta Casa, oportunamente.

SF/23633/38294-07



4 5



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela **rejeição** da Sugestão nº 34, de 2019.

SF/2363338294-07

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CDH, 12/04/2023 às 11h - 11ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, REDE, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	PRESENTE
RENAN CALHEIROS		3. VAGO	
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	4. WEVERTON	PRESENTE
CARLOS VIANA		5. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	6. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	7. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
JUSSARA LIMA		3. VAGO	
AUGUSTA BRITO		4. NELSINHO TRAD	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. ELIZIANE GAMA	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTES	
MAGNO MALTA		1. VAGO	
ROMÁRIO		2. VAGO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	3. VAGO	

Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTES	
DR. HIRAN	PRESENTE	1. LAÉRCIO OLIVEIRA	
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO
 FLÁVIO BOLSONARO
 VANDERLAN CARDOSO
 EFRAIM FILHO
 DANIELLA RIBEIRO
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO (SUG 34/2019)

NA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH PELA REJEIÇÃO DA SUGESTÃO.

12 de abril de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 1882, DE 2023

Disciplina os mandatos de membros de entidades de classe e de organizações de interesse público.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PROJETO DE LEI N° , DE 2023

SF/23170.33090-15

Disciplina os mandatos de membros de entidades de classe e de organizações de interesse público.

Art. 1º Esta Lei disciplina os mandatos de membros de entidades de regulação e fiscalização profissional, sindicatos, associações, institutos, organizações sociais – OS, organizações da sociedade civil de Interesse Público – OSCIP, organizações não governamentais - ONG, convenções, conferências, federações e confederações.

Art. 2º Os mandatos dos membros das diretorias das entidades dispostas no art. 1º, em todos os níveis, terão duração máxima de 4 (quatro) anos, admitindo-se apenas uma recondução consecutiva para o mesmo cargo.

Parágrafo único. A disposição do *caput* será aplicada a partir do encerramento, extinção ou perda dos atuais mandatos dos membros das entidades referidas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação atual não estabelece uma disciplina uniforme a respeito da composição das entidades e associações de classe, sindicatos, organizações de caráter público, entre outros. Conquanto a diversidade de regras referentes aos arranjos institucionais seja positiva, para atender as necessidades específicas de cada entidade, entendemos que alguns pontos devem receber tratamento uniforme, especialmente com respeito à duração de mandatos e possibilidade de recondução.

Como exemplo da diversidade de tratamento na disciplina legal sobre o tema, trazemos o caso do Conselho Federal de Medicina, para o qual a legislação (art. 6º da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957) fixa mandato de 5 (cinco)



anos para os conselheiros, sem limitação quanto a reconduções, deixando que a definição dos mandatos de sua diretoria seja regulada pelo regimento interno da entidade, que atualmente firma o mandato dos diretores em 30 (trinta) meses. Já para o Conselho Federal de Economistas Domésticos, a legislação (Lei nº 8.042, de 13 de junho de 1990, art. 7º) fixa mandato de 3 (três) anos para os conselheiros, sem limite de recondução.

A proposição que ora apresentamos estabelece o prazo máximo de quatro anos para os mandatos dos membros das diretorias das entidades de classe e organizações, admitindo-se uma única recondução consecutiva para o mesmo cargo. Para que as entidades tenham tempo para adaptação à nova regra, firmamos um período de *vacatio legis* de 120 dias a partir da publicação da lei que decorrer do projeto.

Certos de que esta proposição deve contribuir para aperfeiçoar o funcionamento e a institucionalização das entidades de classe em questão, rogamos aos nossos estimados Pares o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador Zequinha Marinho
PL/PA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 3.268, de 30 de Setembro de 1957 - LEI-3268-1957-09-30 - 3268/57
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1957;3268>

- art6

- Lei nº 8.042, de 13 de Junho de 1990 - LEI-8042-1990-06-13 - 8042/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8042>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 1884, DE 2023

Altera a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública, para tratar, entre outros temas, da ampliação do acesso à internet e do uso de tecnologias.

AUTORIA: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23768.26689-85

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, que *dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública*, para tratar, entre outros temas, da ampliação do acesso à internet e do uso de tecnologias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a assistência da União aos Estados e ao Distrito Federal para a ampliação do acesso à internet e do uso de tecnologias, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da educação básica pública, nos termos do inciso III do *caput* do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o valor de R\$ 3.501.597.083,20 (três bilhões, quinhentos e um milhões, quinhentos e noventa e sete mil e oitenta e três reais e vinte centavos) para aplicação, pelos Poderes Executivos estaduais e do Distrito Federal, em ações para a ampliação do acesso à internet e uso de tecnologias, com fins educacionais, aos alunos e aos professores da rede pública de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em virtude da calamidade pública decorrente da Covid-19.

.....
Art. 3º Os recursos de que trata o art. 2º desta Lei atenderão às seguintes finalidades:

.....
 II – contratação de serviços de acesso à internet em banda larga para os estabelecimentos da rede pública de ensino;





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

III – implantação de infraestrutura para distribuição do sinal da internet nas escolas;

IV – aquisição ou contratação de dispositivos eletrônicos, inclusive de terminais portáteis que possibilitem acesso a rede de dados móveis para uso pelos beneficiários desta Lei, com prioridade para os alunos do ensino médio e os professores do ensino médio, nessa ordem; e

V – aquisição de recursos educacionais digitais ou de suas licenças.

§ 1º A critério dos Estados e do Distrito Federal, os dispositivos eletrônicos de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo poderão ser cedidos para professores e alunos para uso temporário, individual e intransferível, hipótese em que deverão ser devolvidos às autoridades competentes em bom funcionamento no prazo estabelecido em termo de compromisso firmado entre o Poder Público e o beneficiário ou o seu responsável.

Art. 4º As autoridades competentes das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ofertarão às empresas contratadas para o fornecimento das soluções de conectividade os dados pessoais de professores e de pais ou responsáveis pelos alunos de instituições públicas de educação básica contemplados com o benefício referido no inciso I do art. 3º.

Art. 5º As pessoas jurídicas de direito privado, nacionais ou estrangeiras, que estejam em situação regular no País poderão doar terminais portáteis de acesso a rede de dados móveis com vistas à implementação das ações descritas nesta Lei.

.....” (NR)

Art. 2º A ementa da Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a ampliação do acesso à internet e do uso de tecnologias, com fins educacionais, a alunos e professores da educação básica pública.” (NR)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23768.26689-85

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo promover ajustes na Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021, de forma que a finalidade de proporcionar conectividade a alunos e professores da educação básica pública não seja prejudicada em razão da sistemática de transferência e de aplicação dos recursos.

Os percalços políticos por que a referida Lei passou em 2021 acabaram por impor um apertado cronograma de menos de um ano para a transferência, equacionado por meio da aprovação da Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022. Porém, também é preciso olhar com cuidado para outras questões importantes em termos da aplicabilidade da norma.

A proposição que apresentamos objetiva, assim, dar mais consistência a outros aspectos da Lei nº 14.172, de 2021. Para tanto, ampliamos as opções de aplicação dos recursos previstos na Lei para incluir a implantação de infraestrutura para distribuição do sinal da internet nas escolas e a aquisição de recursos educacionais digitais ou de suas licenças; retiramos o limite de 50% para aplicação dos recursos em aquisição de equipamentos eletrônicos de acesso à internet e a excepcionalidade para a contratação de banda larga para escolas públicas, que se encontra, nesta proposta, junto às demais finalidades previstas.

Entendemos que essas alterações são necessárias para permitir flexibilidade e mais alternativas para os gastos, diante da realidade enfrentada pelas escolas, que inclui os desafios de acolher as crianças e adolescentes após o período de isolamento social decorrente da pandemia de covid-19, proporcionando-lhes um ambiente de aprendizagem ao mesmo tempo atraente e desafiador – o que implica a adoção dos dispositivos eletrônicos e de estratégias didáticas que envolvam o uso de internet. Em outras palavras, ainda que existam outras normas sobre o tema, que surgiram recentemente, entre as quais podemos citar a já referida Lei nº 14.351, de 2022, e a Política Nacional da Educação Digital (Lei nº 14.533, de 11 de





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23768.26689-85

janeiro de 2023), acreditamos que não se pode ignorar que, especialmente com os aperfeiçoamentos que propomos, a norma a ser alterada por este projeto de lei pode contribuir de forma bastante significativa, nos próximos meses e anos, para superar alguns desafios postos pela pandemia.

Aproveitamos a oportunidade ainda para excluir a previsão de que dispositivos eletrônicos adquiridos com os recursos da Lei possam ser doados em caráter permanente a professores e alunos. Essa possibilidade não leva em conta a situação dos professores e estudantes que se desligam da escola, levando consigo equipamentos escassos e necessários aos demais alunos. A permissão para cessão temporária, individual e intransferível, também prevista na Lei, nos parece suficiente para atender às necessidades de estudantes e professores que não dispõem de equipamentos em seus domicílios.

As mudanças compreendem também alguns ajustes de redação, dentre os quais destacamos o que redefine o propósito do programa, dado que não é possível garantir a internet a todos os alunos, mas sim ampliar o acesso. Esperamos que as mudanças que ora apresentamos permitam aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios aplicar os recursos da Lei de acordo com as necessidades de estudantes e professores, de forma a ampliar o acesso à internet e o uso de tecnologias.

Em função do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares, para a aprovação tempestiva desta proposição.

Sala das Sessões, de abril de 2023.

PROFESSORA DORINHA SEABRA
Senadora
UNIÃO/TO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
 - art9_cpt_inc3
- Lei nº 14.172, de 10 de Junho de 2021 - LEI-14172-2021-06-10 - 14172/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14172>
- Lei nº 14.351, de 25 de Maio de 2022 - LEI-14351-2022-05-25 - 14351/22
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14351>
- Lei nº 14.533 de 11/01/2023 - LEI-14533-2023-01-11 - 14533/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14533>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1896, DE 2023

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para desburocratizar o apoio do Governo Federal às ações de resposta face a situações de emergência e de calamidade pública.

AUTORIA: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para desburocratizar o apoio do Governo Federal às ações de resposta face a situações de emergência e de calamidade pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do § 3º do art. 4º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a viger com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....
§ 3º.....

II – para resposta, quando compreender exclusivamente socorro e assistência às vítimas, o Governo Federal poderá prestar apoio prévio ao reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos e a falta de recursos dos governos locais têm provocado, anualmente, desastres que afetam diretamente a vida de milhares de pessoas. Na época de chuvas, deslizamentos e enchentes levam populações inteiras a ficarem desabrigadas da noite para o dia, perdendo todos os seus pertences, quando não, em casos mais dramáticos, a própria vida ou de entes queridos. Também há as vítimas das secas, que perdem o acesso à água para suprir mesmo as necessidades mínimas diárias.



A Lei nº 12.340, de 2010, disciplina o apoio do Governo Federal diante das situações de emergência e calamidade pública. Diante das tragédias que anualmente ocorrem, são necessárias ações rápidas para socorrer emergencialmente a população desabrigada ou que perdeu parte significativa de seus bens. É necessário que alimentos, remédios, cobertores, artigos de higiene pessoal e água potável cheguem imediatamente à população afetada.

Não é isso que ocorre, no entanto. Frequentemente há relatos de populações desabrigadas se amontoando em ginásios esportivos sem as mínimas condições de higiene, alimentação e saúde em geral. A ajuda Federal – essencial nessas situações – pode demorar dias ou semanas para chegar. Até lá, a população afetada fica na dependência da boa vontade de voluntários, que muitas vezes têm de se preocupar também com que sua própria residência não seja a próxima a ser alagada ou sofrer danos por deslizamentos. Não é possível continuar dessa forma!

A referida Lei 12.340 prevê o apoio do Governo Federal para chamadas ações de resposta, que são justamente aquelas que têm por objetivo trazer algum alívio imediato para a população diretamente afetada pela situação de calamidade. Ocorre que essa Lei exige que o município envie uma solicitação motivada e comprovada do fato ocorrido, bem como apresente os documentos e as informações necessárias para análise do reconhecimento do fato. Como é possível que os diversos veículos de imprensa noticiem situações de total carência pela população afetada e o Governo Federal não tenha conhecimento do ocorrido? É necessário que o município demonstre a ocorrência de tragédias que a imprensa e as redes sociais repercutem diuturnamente?

Este projeto de lei (PL) tem por objetivo desburocratizar essa ajuda Federal e, com isso, permitir que os recursos cheguem mais rapidamente aos municípios afetados. A nova redação proposta para o inciso II do § 3º do art. 4º da Lei nº 12.340, de 2010, elimina a necessidade de o município apresentar requerimento motivado, bem como de comprovar o fato ocorrido ou ainda apresentar os documentos e informações necessárias para análise do reconhecimento. Com a aprovação deste PL, sequer será necessário que o próprio município solicite ajuda.

Deve-se lembrar que, dependendo da calamidade, é possível que os prédios da administração pública tenham sido interditados, de forma a inviabilizar a elaboração de requerimentos, juntada de documentação etc. Há também a possibilidade de o prefeito ser negligente. Por isso, um município



vizinho, o estado em que o município se localiza ou até mesmo uma associação de moradores poderá comunicar às autoridades federais a situação. A prioridade é preservar vidas humanas e a burocracia pode impedir que esse objetivo seja atingido tempestivamente.

Registre-se que a eliminação da burocracia proposta não exime o município de, posteriormente, com a situação normalizada, prestar contas dos recursos recebidos.

Diante da importância deste projeto, conto com o apoio dos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador LAÉRCIO OLIVEIRA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.340, de 1º de Dezembro de 2010 - LEI-12340-2010-12-01 - 12340/10
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12340>

- art4_par3_inc2





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 1904, DE 2023

Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de trinta horas semanais, em favor dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

AUTORIA: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de trinta horas semanais, em favor dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 1º

Parágrafo único. O piso salarial dos profissionais de que trata este artigo é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PARECER Nº 11, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 11, de 2019, do Programa e-Cidadania, cujo título é *fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais.*



SF/20932:36750-83

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão nº 11, de 2019, recebida no âmbito do Programa e-Cidadania, sugerindo a adoção de piso salarial de R\$ 4.800,00, para trinta horas semanais de trabalho, em benefício dos fisioterapeutas.

A Sugestão foi iniciada pelo Sr. Luis Gustavo Petroski, do Estado do Paraná, e busca definir um piso salarial de R\$ 4.800,00 para os fisioterapeutas, para trinta horas semanais de trabalho.

II – ANÁLISE

A CDH tem competência para analisar as Sugestões encaminhadas no âmbito do programa e-Cidadania, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A Sugestão, no tocante ao seu conteúdo, diz respeito a tema de Direito do Trabalho, sendo de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 22, I da Constituição.



Não há, portanto, elementos que impeçam, do ponto de vista formal, seu processamento perante esta Comissão.

No mérito, somos favoráveis à sua aprovação.

De acordo com matéria veiculada no sítio eletrônico do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3^a Região (Crefito-3), o fisioterapeuta não tem salário compatível com as suas atribuições profissionais, chegando, em alguns casos, a ganhar apenas R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por uma jornada de trinta horas semanais.

Tal valor é demasiadamente baixo, quando comparado ao piso salarial de outros profissionais da área de saúde, como médicos, por exemplo, cujo piso salarial em 2019, de acordo com a Federação Nacional dos Médicos (FENAM), foi de R\$ 14.619,39 (quatorze mil seiscentos e dezenove reais e trinta e nove centavos), para uma jornada de vinte horas semanais de labor.

Não há razão plausível para a existência de tamanha disparidade salarial. O fisioterapeuta estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, sendo, portanto, peça essencial na preservação da saúde dos seres humanos.

Com a fisioterapia integrada na atenção básica, por exemplo, há o acompanhamento mais próximo da saúde da população atendida. Nesse âmbito, o fisioterapeuta atua, preferencialmente, com grupos populacionais, orientando sobre as posturas mais adequadas, exercícios de alongamento, relaxamento, respiratórios e orientações quanto à higiene pessoal, para cada grupo ou para cada situação. Destaca-se, nesta atuação preventiva, o trabalho em grupos de pessoas em idade escolar, de gestantes e de idosos.

Sua atuação tempestiva, portanto, evita diversos males à saúde de seus pacientes, ocasionando, inclusive, o desafogamento do Sistema Único de Saúde – SUS, que se vê desobrigado a providenciar tratamento para doenças mais graves que poderiam atingir o povo brasileiro.

SF/20932:36750-83



Por isso, necessário iniciar a discussão legislativa acerca do estabelecimento de um piso nacional mínimo para remunerar, de maneira digna, os serviços deste profissional.

O piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), neste primeiro juízo sobre a matéria, nos parece condigno com a atuação destes profissionais, evitando o aviltamento de tão nobre labor.

Com a participação dos representantes da sociedade civil, cuja oitiva acontecerá em audiências públicas a serem realizadas neste Senado Federal, a questão será melhor debatida, sempre no sentido de se encontrar a solução adequada para a remuneração condizente com a relevância social dos profissionais objeto da SUG nº 11, de 2019.

III – VOTO

Pelo exposto, votamos pelo acolhimento da SUG nº 11, de 2019, concluindo, na forma do art. 102-E, I, e parágrafo único, I, pela apresentação do Projeto de Lei a seguir:

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de trinta horas semanais, em favor dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:



SF/20932:36750-83

4⁵**“Art. 1º**

Parágrafo único. O piso salarial dos profissionais de que trata este artigo é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


SF/20932:36750-83

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CDH, 12/04/2023 às 11h - 11ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, REDE, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	PRESENTE
RENAN CALHEIROS		3. VAGO	
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	4. WEVERTON	PRESENTE
CARLOS VIANA		5. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	6. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	7. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTES	
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
JUSSARA LIMA		3. VAGO	
AUGUSTA BRITO		4. NELSINHO TRAD	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. ELIZIANE GAMA	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTES	
MAGNO MALTA		1. VAGO	
ROMÁRIO		2. VAGO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	3. VAGO	

Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTES	
DR. HIRAN	PRESENTE	1. LAÉRCIO OLIVEIRA	
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

TERESA LEITÃO
 FLÁVIO BOLSONARO
 VANDERLAN CARDOSO
 EFRAIM FILHO
 DANIELLA RIBEIRO
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 11/2019)

NA 11^ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL À SUGESTÃO NA FORMA DO PROJETO DE LEI QUE APRESENTA.

12 de abril de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



COMUNICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE MATÉRIA NO PLENÁRIO
(EM 14/4/2023)

Sugestão nº 11, de 2019

Fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais.

Parecer nº 11, de 2023, da CDH, que conclui pela apresentação do Projeto de Lei nº 1.904, de 2023, que *altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de trinta horas semanais, em favor dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.*

Fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

Prazo: de 18/4/2023 a 25/4/2023.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 1911, DE 2023

Dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

AUTORIA: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica transferida para o Estado de Mato Grosso, sob responsabilidade da MT Participações e Projetos S.A – MT PAR, a gestão do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, com o objetivo de proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação, pesquisa científica e também contribuindo para o desenvolvimento turístico na área.

Art. 2º O Estado de Mato Grosso aplicará anualmente, em ações e serviços, o valor mínimo de 66 milhões de reais, totalizando a aplicação de 200 milhões de reais em 3 anos.

§ 1º Na eventualidade de aplicação, em ação e serviços, de valores abaixo do mínimo anual estipulado por esta Lei em um determinado exercício, a diferença entre o mínimo previsto e valor efetivamente aplicado, deverá ser compensado em exercício subsequente.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

Localizado no centro de Mato Grosso, entre a capital Cuiabá e a cidade da Chapada dos Guimarães, o Parque Nacional, que abrange uma área de 32.630 hectares, foi criado em 12 de abril de 1989 com objetivo de preservar os ecossistemas de cerrado, savana, matas de encosta e ciliares, inúmeros sítios arqueológicos, monumentos históricos e ainda cabeceiras de vários rios que compõem as bacias hidrográficas Alto Paraguai e Amazônica.

O Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, passa por uma Concessão Pública, iniciada no ano de 2022, em que o Estado de Mato Grosso concorre por meio de uma Empresa Pública, a MT PAR. O certame está eivado de nulidades e pontos prejudicais ao Estado, mesmo tendo sido apresentada a documentação integral exigida pelo certame. Tal concessão é extremamente prejudicial à população, uma vez que todo o investimento a ser realizado em 30 anos, será de apenas 18 milhões de reais exigidos no edital, e as taxas a serem cobradas pelas visitações podem chegar a 100 reais para o cidadão.

O Governo do Estado de Mato Grosso se comprometeu por meio do **Ofício n.º 018/2023** assinado pelo Governador do Estado, o Sr. Mauro Mendes e endereçado ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a investir **200 milhões de reais no potencial turístico do Parque no prazo máximo de 3 (três) anos**, em obras de infraestrutura no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Reforçando, que de forma alguma irá onerar os cidadãos mato-grossenses para ter acesso aos pontos turísticos.

Outro ponto relevante é a capacidade de investimento do ente público estadual que obtém superávit em seu caixa e bom relacionamento com investidores, caso seja consolidada essa concessão, o prejuízo econômico, social e turístico será nefasto e irreparável para o Estado de Mato Grosso.

Mostra-se notório o fato de que a manutenção do turismo na região de Chapada dos Guimarães/MT, bem como a preservação do Parque Nacional é do interesse do Estado de Mato Grosso, sobretudo para atrair mais investimentos dos setores voltados ao atendimento turístico no citado município.

SF/23846.90523-00





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

Por essas razões é que solicito aos nobres Pares, a aprovação deste projeto de lei, possibilitando a gestão por parte do governo de Mato Grosso e positivando o seu efetivo investimento.

Sala das Sessões,

Senadora Margareth Buzetti



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 316, DE 2023

Voto de Solidariedade ao senhor senhor Gelson Lucas Aguiar dos Santos, por ter sido vítima de racismo.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao senhor senhor Gelson Lucas Aguiar dos Santos, por ter sido vítima de racismo.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Recebi da vereadora **professora** Rita Della Giustina, do município de Sapiranga, mais uma denúncia de racismo em nosso país, assim apresento esse voto de solidariedade.

É lamentável e criminoso ver noticiado diariamente nas variadas mídias, casos de racismo, um crime inafiançável e imprescritível.

Fui autor do Estatuto da Igualdade Racial e de diversas matérias raciais, que combatem o racismo no país, e, relator do PL que deu origem a lei 14.532, de 2023, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, prevê pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prevê pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Uma das primeiras leis sancionadas pelo presidente Lula no seu terceiro mandato.



O Brasil se desenvolveu diante de um passado de escravidão e em pleno século XXI insiste em perpetuar esse legado tão cruel, que mata literalmente o nosso povo preto. Seja violentando a saúde mental, onde pessoas negras precisam tirar as suas roupas em supermercados; seja por chicotear pessoas negras a luz do dia, em seus próprios empregos; seja por receberem os menores salários e serem assediadas reiteradamente; seja por a cada vinte e três minutos, um jovem negro ser morto e tantas outras violências.

Nesta última quarta-feira, o senhor Gelson Lucas Aguiar dos Santos, foi chamado de “macaco” nas dependências da Câmara Municipal de Sarapiranga, município que tenho muito carinho e conheço bem, no meu Rio Grande do Sul.

Que Brasil, brasileiro é esse? Que diz a música? Precisamos da coragem de um povo brado retumbante para enfrentar esse racismo que massacra a dignidade de todo o povo brasileiro.

Que as devidas providências sejam tomadas e casos de racismo, como esses não fiquem impunes. Toda a minha solidariedade ao senhor Gelson e a todas as vítimas de racismo. Com racismo não existe democracia!

Sala das Sessões, 14 de abril de 2023.

**Senador Paulo Paim
(PT - RS)**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 317, DE 2023

Realização de Sessão Especial, afim de celebrar os 50 anos da Embrapa.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 12/05/2023, a fim de comemorar os 50 anos da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

JUSTIFICAÇÃO

Em Abril de 2023, a Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária completará 50 anos.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, foi criada em 1973 (Lei nº 5.871, de 07/12/1972 e Decreto 72.020, de 28/03/1973), para desenvolver a base tecnológica de um modelo de agricultura e pecuária genuinamente tropical. Atuando na geração de conhecimento e tecnologias para a produção de alimentos, fibras e fontes de energia, sua missão sempre foi de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura em benefício da sociedade brasileira.

Até 1960, o Brasil importava grande parte dos alimentos que consumia. O investimento em ciência e a atuação em rede das instituições, aliados à implantação de políticas-públicas e ao empreendedorismo do agricultor brasileiro, impulsionaram o uso de tecnologias e a adoção de boas práticas no campo. E como resultados destacaram-se: o elevado impacto nas opções de consumo do brasileiro;



a redução dos custos com alimentos; ampliações contínuas nas exportações; aumento da produtividade e intensificação de práticas sustentáveis.

Hoje, o País é referência em ciência e tecnologias destinadas à agricultura. E a Embrapa tem grande contribuição nesse destaque. O Brasil tornou-se um dos maiores produtores de alimentos do mundo, capaz de exportar para cerca de 200 países.

A Embrapa integra uma robusta rede de pesquisa, desenvolvimento e inovação agropecuária composta por Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), por Universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia e de Ensino de âmbito federal ou estadual, órgãos de assistência técnica e extensão rural (ATER), além de outras organizações públicas e privadas, direta ou indiretamente vinculadas à produção de conhecimento científico que, de forma cooperada, desenvolvem pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico.

Avanços promovidos ao longo das últimas décadas pelas pesquisas das instituições componentes dessa rede estimulam as exportações agrícolas e garantem a segurança alimentar da população brasileira, gerando tecnologias e sistemas de produção para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio, garantindo melhoria na sua renda e bem-estar.

Um dos eixos de atuação da Embrapa são os relacionamentos institucionais e governamentais, que buscam fortalecer laços com o Estado e com a sociedade por meio da articulação político-institucional com os poderes Executivo e Legislativo e com as entidades de representação de setores da pesquisa e inovação agropecuária.



Como empresa pública de pesquisa, desenvolvimento e inovação, a Embrapa gera informações e conhecimentos que contribuem para a formulação, o aprimoramento e a implementação de políticas públicas sobre temas de interesse da agropecuária nacional.

Ao longo dos anos, a Embrapa tem recebido importante apoio de parlamentares, bancadas estaduais e comissões temáticas no fortalecimento de dotações orçamentárias para o desenvolvimento de projetos diversos.

A realização desta Sessão Solene integra as comemorações desta importante Instituição de Ciência e Tecnologia do Estado brasileiro, reforçando, junto à sociedade, sua imagem de instituição de destaque na pesquisa agropecuária do mundo tropical, com ênfase nos aspectos de inovação, sustentabilidade e compromisso com a superação da fome e da miséria.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2023.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)



Término de Prazos



Encerrou-se em 13 de abril o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução do Senado nºs 1 e 5, de 2023.

Não foram apresentadas emendas.

As matérias vão à CCJ, seguindo posteriormente à CDir.



A Presidência comunica que o Projeto de Lei nº 4.396, de 2019, foi apreciado terminativamente pela CDH e que o prazo para interposição de recurso para deliberação do Projeto em Plenário esgotou-se em 11 de abril.

Nesse período, constatou-se a necessidade de correção do texto apresentado pela Comissão. A matéria foi devolvida ao Colegiado, que promoveu as retificações necessárias.

Nestes termos, concluídos os ajustes necessários e não tendo sido interposto recurso, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.



ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA





SENADO FEDERAL
FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA

1ª reunião de 2023

14 de março, terça-feira, às 15h, no Plenário nº2 da Ala Senador Nilo Coelho

Ata Circunstaciada da 1ª reunião de 2023 da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, realizada em 14 de março, terça-feira, às 15h, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a seguinte pauta: 1. Instalação da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia; 2. Eleição da Comissão Executiva; 3. Deliberação do Estatuto.

Senador VENEZIANO VITAL DO RÉGO
Presidente





**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57^a LEGISLATURA**

Em 14 de março de 2023
(terça-feira)
às 15h

RESULTADO
1^a Reunião

**FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E
ENERGIA - FPRNE**

	Instalação e Eleição
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2



Resultado da 1ª Reunião da FPRNE, em 14 de março de 2023

2

Instalação e Eleição

Assunto / Finalidade:

1. Instalação da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia;
2. Eleição da Comissão Executiva;
3. Deliberação do Estatuto.

Participante:

Senhor Jean Paul Prates
Presidente da Petrobras

Resultado: 1. Foi instalada a Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia;

2. Foram eleitos:

Presidente: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Vice-Presidente pela Câmara dos Deputados: Deputado Zé Vitor

Vice-Presidente pelo Senado Federal: Senador Fernando Dueire

Vice-Presidente de Combustíveis e Biocombustíveis: Deputado Luiz Fernando Faria

Vice-Presidente de Fontes Fósseis: Deputado Washington Quaquá

Vice-Presidente de Minerais Energéticos: Senador Esperidião Amin

Vice-Presidente de Infraestrutura Energética: Deputado Carlos Zarattini

Vice-Presidente de Fontes Renováveis: Deputado Bohn Gass

Vice-Presidente de Transição Energética: Senador Carlos Portinho

Vice-Presidente de Desenvolvimento Social: Deputado Carlos Veras

Vice-Presidente de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente de Assuntos Tributários: Deputado Reginaldo Lopes;

3. Estatuto aprovado.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPRNE, 14/03/2023 às 15h - 1ª, Reunião

Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE
CARLOS PORTINHO	PRESENTE
CARLOS VIANA	
EDUARDO BRAGA	
EDUARDO GIRÃO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	
FERNANDO DUEIRE	
HUMBERTO COSTA	
IZALCI LUCAS	PRESENTE
JAQUES WAGNER	
JAYME CAMPOS	
PAULO PAIM	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	
RODRIGO PACHECO	
ROGÉRIO CARVALHO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	
ELIZIANE GAMA	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE
ZENAIDE MAIA	
EFRAIM FILHO	
SÉRGIO PETECÃO	





Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença
FPRNE, 14/03/2023 às 15h - 1ª, Reunião**

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
ARNALDO JARDIM	PRESENTE
BANDEIRA DE MELLO	
BENES LEOCÁDIO	
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	
CARLOS ZARATTINI	PRESENTE
CLAUDIO CAJADO	
CLEBER VERDE	
COVATTI FILHO	
DANILO FORTE	PRESENTE
EDUARDO BISMARCK	
FELIPE CARRERAS	
FELIPE FRANCISCHINI	
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	
FERNANDO COELHO FILHO	
GERALDO MENDES	
JOÃO CARLOS BACELAR	
JOSÉ GUIMARÃES	
JOSEILDO RAMOS	
JULIO LOPES	
LAFAYETTE DE ANDRADA	PRESENTE
LEBRÃO	
LUCIO MOSQUINI	
LUIZ FERNANDO FARIA	
MARCIO ALVINO	
PAULINHO FREIRE	PRESENTE
NATÁLIA BONAVIDES	
PAULO FOLETO	
PEDRO CAMPOS	
REGINALDO LOPES	
RODRIGO DE CASTRO	
ROSANA VALLE	
RUBENS OTONI	
SIDNEY LEITE	
VICENTINHO JÚNIOR	
VINICIUS CARVALHO	
ZÉ VITOR	PRESENTE
ZECA DIRCEU	
CARLOS VERAS	PRESENTE
BOHN GASS	PRESENTE
WASHINGTON QUAQUÁ	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
PAULO LITRO	
VAGO	
VAGO	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

FPRNE, 14/03/2023 às 15h - 1ª, Reunião

Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

Não Membros Presentes

JAIME BAGATTOLI
 DR. SAMUEL ARAÚJO
 ALAN RICK
 ANGELO CORONEL
 MARCOS DO VAL





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

14/03/2023 - 1ª - Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB. Fala da Presidência.) - Minhas senhoras, meus senhores, nossos cumprimentos.

Boa tarde a todos os presentes e a todas as presentes!

Eu quero, primeiro, pedir as devidas e necessárias escusas, porque havíamos marcado previamente para que nós iniciássemos esta reunião de reinstalação da nossa Frente Parlamentar de Recursos Naturais às 15h, mas haverei, na condução desses trabalhos, de ter a compreensão de todos por força de ser este primeiro momento e por, por uma questão de justiça, dizer que estávamos à espera do nosso Senador, hoje Presidente da Petrobras, Senador Jean Paul Prates. (*Palmas.*)

Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Eu gostaria de prestar esta homenagem, e razões sobejam para que todos os presentes possam assim entender e concordar, até porque, se aqui estamos com a oportunidade e com o prestígio do público presente, de entidades representadas ou presentes através dos seus dignos representantes e da imprensa de uma maneira geral, é porque houve, no ano passado, a iniciativa felicíssima do então Senador Jean Paul Prates para que nós pudéssemos dar cabo a uma ideia muito importante e feliz e oportuna que era instalar a Frente Parlamentar de Recursos Naturais, e o Senador Jean Paul Prates esteve à frente, com a compreensão, o alcance dela e a importância do Presidente Rodrigo Pacheco, assim se fez durante o ano de 2022, produzindo resultados, ampliando a sua presença, atraindo o interesse da sociedade brasileira para os temas, variados temas, que se encerram no tema maior, que é o de tratarmos de recursos naturais, a transição energética e outras abordagens afins.

Então eu gostaria de pedir-lhes, encarecidamente pedindo compreensão, com a chegada do Senador Jean Paul, Presidente da Petrobras, para que nós componhamos a mesa.

Eu queria convidar o nosso Vice-Presidente, Deputado Federal Zé Vitor - por gentileza, Deputado Federal. (*Palmas.*)

Saudações.

Ato contínuo, convido o Senador Fernando Dueire, informado que fui de sua presença entre nós - por gentileza, Senador Fernando Dueire.

Convido S. Exa. o Deputado Federal Lafayette de Andrade. (*Palmas.*)

Por gentileza.

Já está entre nós o Presidente da Petrobras, ex-Senador Jean Paul Prates.

A Mesa declara aberta a 1ª Reunião de 2023 da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, cuja pauta destina-se à:

1 - instalação da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia na nossa 57ª Legislatura;

2 - eleição da Comissão Executiva; e

3 - deliberação do estatuto.



Reunião de: 14/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Com os convidados já presentes à mesa - e encareço se sentirem representados pelos mesmos -, declaramos instalada, na 57ª Legislatura, a Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, instituída pela Resolução do Senado Federal nº 19, do ano de 2021, e que funcionou na legislatura anterior sob a presidência do então Senador Jean Paul Prates.

Comunico que, até o presente momento, nós temos 21 senhores e senhoras Senadores e 38 senhores e senhoras Deputados que aderiram à Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia nos termos do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 35, do ano de 2019.

Os termos de adesão, informo-lhes, continuam disponíveis na página da Frente Parlamentar no *site* do Senado Federal para os Parlamentares que desejarem porventura compor essa Frente.

Nós colocamos em deliberação a composição da Comissão Executiva, proposta, evidentemente, que os integrantes é que decidirão se aprovam ou não.

Comissão Executiva da Frente Parlamentar de Recursos Naturais: Presidente, Senador Veneziano Vital do Rêgo; Vice-Presidente, Deputado Zé Vitor; Vice-Presidente pelo Senado Federal, Senador Fernando Dueire; Vice-Presidente de Combustíveis e Biocombustíveis, Deputado Luiz Fernando Faria; Vice-Presidente de Fontes Fósseis, Deputado Washington Quaquá; Vice-Presidente de Minerais Energéticos, Senador Esperidião Amin; Vice-Presidente de Infraestrutura Energética, Deputado Carlos Zarattini - nossas saudações, Deputado Carlos Zarattini -; Vice-Presidente de Fontes Renováveis, Deputado Bohn Gass - nossos cumprimentos, Deputado Bohn Gass -; Vice-Presidente de Transição Energética, Senador Carlos Portinho; Vice-Presidente de Desenvolvimento Social, Deputado Carlos Veras - meu abraço -; Vice-Presidente de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Senador Fabiano Contarato; Vice-Presidente de Assuntos Tributários, Deputado Reginaldo Lopes.

Eu indago aos senhores integrantes da Frente Parlamentar se concordam com os nomes apresentados para a condução da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e, assim, termos votação simbólica.

Se houver aquele ou aquela que conteste... (*Palmas.*)

Saudando o Senador Carlos Portinho...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - ... que é um dos integrantes do nosso grupo, na condição de Vice-Presidente de transição energética.

Se V. Exas. assim entendem, nós temos por aprovada a proposta nessa composição e, doravante, a condução os trabalhos pelos integrantes da Frente Parlamentar de Recursos Naturais.

Temos também, como item da pauta, a deliberação do estatuto, que já existe efetivamente, mas que, reunidos quando estivemos, houve a necessidade para que nós fizéssemos algumas ponderações sujeitas à apreciação dos senhores e das senhoras, que tiveram conhecimento prévio dessa proposta, para que pudéssemos aprimorar o estatuto primeiro, que foi aprovado nos trabalhos do primeiro ano da Frente Parlamentar de Recursos Naturais.

Nós submetemos para deliberação e aprovação, caso seja, pelo Colegiado, o Estatuto da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, que se encontra disponível para a consulta dos senhores e das senhoras.

Em discussão, aos senhores que desejarem falar a respeito. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Os Srs. e as Sras. Senadores e Deputados que aprovam o estatuto permaneçam como se encontram.

Saúdo o Senador Fernando Farias. (*Pausa.*)

Aprovado o estatuto da Frente Parlamentar de Recursos Naturais. (*Palmas.*)

A Presidência passará a palavra, neste instante, ao Presidente da Petrobras, autor da iniciativa primeira para a constituição da Frente Parlamentar, ex-Senador Jean Paul Prates.

De já, quero agradecer, como já o fiz outrora, o gesto de confiança que o Senador Jean Paul teve e demonstrou para conosco, convidando-nos aos que estarão por integrá-la, à frente da condução dos trabalhos.

Eu dizia ao Senador Jean Paul, a quem reservo carinho, amizade, mas, acima de tudo, uma elevada admiração pelos conceitos que, de fato, ele demonstrou nos vívidos quatro anos de uma produção intelectual, de uma produção legislativa que nos chamou, não apenas a mim, mas a todos os integrantes... E a prova maior foi quando a ele foram distinguidas todas as homenagens no momento de sua despedida.



Reunião de: 14/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O Senador Jean Paul tem uma capacidade de produzir, de discutir sobre o tema, conhecedor profundo - e não há exageros quando assim nós lhe dirigimos essas palavras. Todos bem o sabem, presentes ou não, a este primeiro encontro.

Então, as minhas saudações e a certeza de que V. Sa., como tão brilhantemente assim esteve à frente do mandato, representando o nosso amado povo do Rio Grande do Norte, assim o fará também à frente da nossa amada Petrobras.

As nossas saudações!

V. Sa. tem a palavra.

Em seguida, passaremos aos demais, outros integrantes da mesa, e franquearemos, é claro, é evidente, aos Parlamentares integrantes da Frente Parlamentar, caso assim desejarem se pronunciar.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES - Obrigado, Presidente Veneziano, meu querido amigo.

Eu estou até nervoso hoje aqui, mesmo tendo passado quatro anos aqui nessas mesas, porque para mim é uma honra muito grande. Eu acho que eu jamais sairei da Casa.

Como eu disse no dia da despedida, esse alfinete a gente não tira mais, não é? E sempre que precisar, eu sei que eu posso contar com os meus amigos, colegas Parlamentares, inclusive os que acabam de chegar à Casa, a quem eu saúdo e dou as boas-vindas também, embora não tenhamos tido tempo de convivência juntos, mas acho que a institucionalidade exige essa situação.

Queria cumprimentar o meu amigo Zé Vitor, herdeiro do nosso projeto de energia *offshore*, e que vai ficar na relatoria, o Lafayette também, que é o nosso companheiro de primeira hora nessa frente, desde o início, e todos os demais companheiros aqui. Quero dizer a vocês, muito brevemente, e há também os representantes dos setores que têm nos apoiado sempre nos nossos acontecimentos, nas nossas discussões e, muito brevemente, Presidente Veneziano, quero dizer que esta frente, alguns que participaram desde o início, nasceu de dissidências. Ela nasceu de um período num momento especificamente agudo, que foi a MP da Eletrobras, em que houve uma diáspora de interesses, segmentos disputando e cada um puxando para um lado e tal. E nós chegamos a uma conclusão juntos, com os segmentos, naquele momento, chegamos a uma situação crítica, no qual o setor de energia, com tantas entidades, com tantas representações de dimensões diferentes, ao ponto de que alguns participantes, de algumas entidades, serem comuns a outras entidades, porque no setor energético a tendência é a integração mesmo.

Mas como é que fica isso no Parlamento? É uma confusão. Cada um pegava o seu Parlamentar de estimativa, um grupo daqui, um grupo de acolá, várias frentes, inclusive se sobrepondo e tal, e eu disse: "Não, vamos fazer, então, a frente das frentes, a frente geral de tudo, em que todos se encontrem para brigar, mas brigar dentro de um ambiente protegido, mesmo que seja para debater com setores, para disputar pedaço, mercado, dimensão, tempo das coisas". Porque a integração energética e principalmente a transição energética têm um tempo, cada empresa tem o seu tempo, cada segmento tem o seu tempo, cada estado, cada região do país, cada região do mundo tem um tempo e tem dimensões diferentes, transita de forma diferente. Alguns vão pelo gás, outras vão pelo hidrogênio, outras vão... Então, cada um vai fazer uma transição diferente, mas todos querem existir daqui a 30 anos, todos, até o do carvão, o do petróleo, o do gás, que dizem que, enfim, seria uma era a superar, mas essas empresas, esses setores também têm os seus espaços e têm feito os seus esforços para se descarbonizar de alguma forma, o máximo possível.

E os setores novos, por muitas vezes, precisaram e continuarão precisando de políticas públicas, de leis fortes, de ajudas governamentais, porque não dizer de subvenções e subsídios. Nós fizemos isso no país a vida inteira, nós aceleramos ou ajudamos setores que não tinham viabilidade, não técnica ou tecnológica, porque não faz sentido, nenhum subsídio supera isso, mas, às vezes, você está no limiar de se tornar um setor viável, econômico, falta um empurrãozinho final. Nós demos esses empurrãozinhos finais com o Proinfa, na época do Fernando Henrique, com os leilões da época do Fernando, de Lula e Dilma, com as políticas todas de incentivo, com as cotas, com as participações graduais, entrando a eólica em 2009, depois em 2012 ou 2014, acho que em 2012, que assolaram em grande parte nos leilões; então, isso foi muito bem conduzido.

O país, o nosso país é um país que, mal ou bem, com todas as críticas que a gente faz à nossa política dos últimos 50 anos, caminhou muito bem no setor energético, seja antes sob o jugo dos monopólios estatais, seja depois quando tratou desses monopólios com o devido cuidado, sem cometer grandes irresponsabilidades, uma aqui ou outra acolá, que a gente já criticou aqui várias vezes nesses quatro anos e outros criticaram também quando éramos nós no Governo, enfim. Mas, na média geral, nós nos conduzimos muito bem, e somos, digo a vocês, muito admirados.

Eu acabei de voltar de Houston, da CERAWeek, que é uma semana de discussões sobre o setor energético, primordialmente conduzida mais por empresas de petróleo, que hoje estão se reconfigurando. É impressionante, Senador Veneziano, a

3/9



Reunião de: 14/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

admiração que as pessoas têm pelo sistema que nós temos, como país de grande porte, economia importante. A solidez do nosso setor de petróleo e a solidez do nosso setor elétrico são admiradas por todo o mundo. A integração desses setores, o Sistema Interligado Nacional elétrico, que cobre o país todo, é uma coisa que a gente acha natural, Deputado Danilo, mas não é - para outros países, é um problema a integração. E a gente tem isso, pois é um sistema único, é um processo organizado, temos políticas energéticas que estão ao alcance dos gestores públicos. Isso é raro. E isso precisa, nessa nova fase de grande diversidade, de grandes direções e tempos, de discussão parlamentar. Essa foi a ideia de criar isso aqui.

Então este fórum - Deputado Luiz Fernando, chegando aí também, tudo bom? - é um fórum de grandes discussões do setor energético e do setor de recursos naturais. É por isso que o nome da frente começa com recursos naturais e energia, porque toda energia vem de algum tipo de recurso natural. Ela não brota do nada. Alguma coisa você vai explorar, alguma coisa você vai tirar. E esses recursos naturais, nesta frente, que podem ser renováveis ou não renováveis, estão em disputa, em saudável disputa neste fórum. Então, aqui não tem nem um lado, nem outro, tem todo mundo discutindo qual é o espaço que cada um deve ocupar agora e no futuro.

Eu acho que a missão desta frente e do instituto que é acoplado a ela, que permite que os parceiros participem dessas discussões através dele, discussões essas que são fundamentais para as nossas regiões, cada uma das nossas regiões...

Eu estou com a missão agora de presidir a Petrobras e queria terminar dizendo, mais ou menos, algumas coisas que tenho tentado fazer. Cinco grandes missões, pelo menos as maiores, eu posso alinhar aqui. A primeira é o desafio do pré-sal, que continua. Eu preciso sempre dizer isso porque, volta e meia, eu falo muito de energia renovável e as pessoas tendem a dizer: "Então está deixando de falar de petróleo?". Não. A Petrobras é uma empresa primordialmente produtora do petróleo brasileiro do pré-sal, guardiã disso aí e também responsável por fazer bom uso dessa receita, desse resultado, dessa produção para fazer a transição correta, a transição que a gente chama de transição justa, e essa é a segunda missão. Então, o nosso primeiro objetivo é o pré-sal, foco no pré-sal, foco eventualmente na margem equatorial, foco em explorar de forma mitigada, ótima, os recursos de hidrocarbonetos que nós ainda temos no Brasil e descarbonizar tanto quanto essa operação.

Segundo objetivo: transição energética justa. Não deixar ninguém para trás. Transição energética não se faz demitindo gente, desqualificando pessoas, abandonando regiões, largando para trás esqueletos. Isso não é transição energética justa. Transição energética justa é aquela que recapacita pessoas, reativa regiões, aproveita áreas que já foram, de uma forma, hospedeiras de um setor que eventualmente está superado, que terminou a sua missão por ali.

Outra coisa interessante para nós todos - cada um aqui vem de uma região do Brasil - é que a Petrobras precisa ser uma empresa brasileira, ela precisa estar em todas as regiões do país. Eu fui um dos maiores críticos, um dos mais ácidos críticos do encolhimento da Petrobras, que eu dizia que iria virar petro-sudeste. Absolutamente nenhuma coisa contra, Carlos Portinho, a nossa terra. Inclusive, eu nascido lá fui. Hoje sou potiguar de coração e adotado de todos os tipos e todas as vezes, mas nasci em Botafogo, no Rio de Janeiro; botafoguense de nascimento, portanto. Nada contra. Agora, nós, no Nordeste, precisamos ter a Petrobras. Nós, na Amazônia, Senador Paulo Rocha, que estava aqui, precisamos da Petrobras. No Sul, tem Petrobras e vai continuar tendo. Portanto, a Petrobras fica em todo o Brasil. A gente temido pelo Brasil todo dizendo: olha, a Petrobras fica na Bahia, a Petrobras fica no Rio Grande do Norte, a Petrobras fica no Amazonas, porque ela não pode ser... É uma empresa construída pelo Estado brasileiro com gente de todo o país, de todas as regiões. E todas as regiões têm vocações e têm recursos naturais e energia para que a Petrobras esteja presente lá, explorando alguma coisa. Claro que isso não vai se dar no primeiro dia, no primeiro momento - e o digo antes que o pessoal da imprensa já coloque aí: "Ah, vai mudar"... Não é. Tudo a seu tempo! Mas a mentalidade da Petrobras deve ser uma mentalidade de empresa brasileira, empresa nacional.

Outra coisa importante que ao longo desse período, às vezes, ficou muito nebulosa é o tratamento das pessoas. Mais do que a tecnologia, mais do que a pesquisa, tudo isso é muito saudável, as pessoas que fazem a Petrobras são muito importantes. Então, nós estamos fazendo todo um trabalho de revisitação de todas as situações relacionadas com os empregados e empregadas da Petrobras, com os petroleiros e petroleiras, para ver onde está doendo o calo, onde há problemas, porque, com esse processo também, que eu conheço... Eu até entendo. A política leva... A conjuntura brasileira levou a diferentes movimentos de governos em relação à Petrobras. Houve traumas, houve erros, houve acertos, houve correções, houve revisões. Agora está na fase, cai na minha mão, da consolidação de uma nova Petrobras, com visão de transição energética e olhando para dentro e dizendo: o que eu faço com as pessoas que eu tenho aqui, que são tão valiosas? Onde eu as coloco? Como eu alico essas pessoas - regionalmente, dimensionalmente, enfim? Essa é outra coisa.

Por fim, quando eu falo de internacionalização ou reinternacionalização, nós não estamos falando necessariamente de largar o Brasil ou deixar de fazer coisas aqui para fazer fora; nós estamos falando de falar com o mundo com a altivez de uma empresa global, uma empresa congênere às empresas grandes de energia integradas no mundo. Todo setor de energia vai se fundir, empresas que eram só de energia vão virar empresas mistas, empresas de petróleo vão entrar no



Reunião de: 14/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

setor de energia, e nós estamos falando de igual para igual com elas, olho no olho de cada CEO ou presidente de cada uma dessas empresas globais de energia. Isso vai nos fazer trazer investimento para o Brasil. Por que onde estão os atrativos do mundo para essas empresas?

A maior parte das multinacionais de petróleo que estão se transformando em empresas de energia não têm recursos nos seus próprios países. Todas estão interessadas no Brasil, na África, em alguns países do Oriente, enfim, em uma série de novas fronteiras que normalmente se convencionava chamar de terceiro mundo, que são os países que preservaram de alguma forma seus recursos ou que têm grandes recursos naturais.

Então, se nós somos a empresa anfitriã do Brasil, vamos sê-lo com algumas vantagens. Ora, vamos nos associar com quem sabe fazer, por exemplo, recuperação, captura de carbono, armazenamento de carbono em reservatórios geológicos; vamos nos associar com quem sabe fazer parque eólico *off-shore*, que já tem experiência nisso; vamos queimar um pouco da curva de aprendizado. É por isso que eu tenho feito conversas e assinado acordos, já na primeira e segunda semanas, com a Shell, com a Equinor, e vamos fazer com as outras congêneres. Essas empresas são nossas congêneres.

Podem dizer: "Ah! Mas são concorrentes". Nem sempre. O setor de exploração e de produção - todo mundo sabe aqui - é um setor cooperativo; ele não compete, cada um tem o seu bloco, cada um faz o seu furo em algum lugar diferente. Eles se ajudam. A logística é necessário ser coletiva, a logística de escoamento de gás, de óleo, enfim... Às vezes, o refino em si tem áreas de influência, você faz trocas, uma refina o óleo da outra, enfim... Então, é um setor naturalmente cooperativo. Ele compete na bomba, mas não compete lá no *upstream*. Da mesma forma, a energia.

Então, para não alongar muito o tempo, a ideia é esse espírito permear este grupo de Parlamentares, e, cada vez mais, membros ou não, a gente conseguir esclarecer às pessoas como é produzida a energia, como é produzido o petróleo e principalmente os danos ou virtudes que podem ser trazidos a partir de manifestações legislativas, de iniciativas legislativas, fiscais, de todo o gênero. Quanto mais as pessoas neste Congresso entenderem o setor energético e de petróleo melhor será para o Brasil e melhor será para quem está investindo nele, como a Petrobras.

Portanto, eu saúdo muito esta iniciativa! Vida longa a esta Comissão, a esta Frente! Que ela seja extremamente profícua não só na produção de iniciativas legislativas, como principalmente na interação com os setores, que não pode ser, absolutamente, nem vulgarizada, nem criminalizada, nem vista com suspeição. Vamos - e eu disse isto numa coletiva recentemente - tirar o véu de suspeição sobre as conversas que o setor pode ter com seus legisladores, com o Governo e também com o Judiciário. Onde puder haver, estiver dentro da regra e for republicano, tem que haver esse diálogo.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Obrigado, Presidente Jean Paul, por nos prestigiar. Com absoluta certeza, nós haveremos de fazer esse bom debate.

Tem toda licença conferida por força da sua agenda.

O SR. JEAN PAUL PRATES - Desculpem-me... Eu vou pedir licença realmente para sair, porque estou na outra dimensão agora, tenho umas agendas e preciso cumpri-las hoje aqui. Então, vou pedir licença e agradeço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - O seu gesto já foi por todos nós reconhecido. Um grande abraço, Presidente Jean Paul! (*Palmas.*)

Passamos a palavra ao nosso companheiro de trabalho Deputado Federal Zé Vitor, como Vice-Presidente.

Deputado, por gentileza.

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG) - Obrigado, Presidente. Um abraço, Senador, agora Presidente Jean Paul.

Falar depois de você aqui, Jean Paul, é um desafio. Eu estava pensando em trocar o tema e falar de futebol, mas nem o meu Cruzeiro e nem o Vasco do Veneziano estão nos permitindo..

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG) - Nem o Botafogo está nos permitindo aqui ter um bom debate.

Serei muito breve aqui.

Quero cumprimentar cada um de vocês e dizer o seguinte: essa iniciativa que brotou no coração do nosso Presidente Jean Paul Prates agora precisa ser levada adiante. E que bom que nós temos aqui, Presidente Veneziano, um time tão plural, um time que individualmente tem seus compromissos com o mundo, mas que coletivamente também pode contribuir. Então, acho que nós temos aqui, pelo conhecimento técnico, pela habilidade política e por essa disposição em debater, uma grande condição de contribuir com o Brasil. Essa Frente - eu tenho certeza - vai ser vanguardista.

5/9



Reunião de: 14/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Esse espaço repleto de pessoas tem um simbolismo muito grande e, de fato, mostra o quanto esse setor tem a contribuir com o Brasil e pode contribuir com o Brasil. Cabe a cada um de nós aqui, de modo ordeiro e organizado, dentro de uma frente, que é um ambiente adequado e que nos permite ter discussões mais profundas além até, por vezes, das próprias Comissões das Casas, tanto da Câmara quanto do Senado... Eu acredito que a gente pode avançar junto. Que bom que nós teremos oportunidade de fazer isso juntos!

Obrigado pela confiança e vamos em frente pelo nosso Brasil.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Muitíssimo agradecido por ter aceitado o convite, Deputado Zé Vitor. Nós tivemos conhecimento prévio da sua dedicação, envolvimento e, portanto, daquilo em que V. Exa. haverá de colaborar.

Convido S. Exa. o Deputado Lafayette, como membro do nosso conselho consultivo, para fazer uso da palavra. Deputado, por gentileza, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (REPUBLICANOS - MG) - Obrigado, Presidente, Senador Veneziano. Caro Deputado Zé Vitor, Deputados aqui presentes e Senadores, de maneira muito breve, agradeço mais uma vez a honra de ter sido convidado para participar desta importante frente parlamentar.

A reflexão que eu faço aqui de maneira muito breve é que o Brasil é um país rico em energia. O Brasil tem abundância de todas as matrizes: nós temos petróleo, nós temos gás, temos rios em abundância, temos sol, temos vento. Todas as fontes, todas essas matrizes - e isso aí na linha do que disse o Presidente Jean Paul - não precisam se digladiar, na verdade, são elas todas complementares. O Brasil tem essa diversidade que os outros países do mundo não têm. Nós temos um setor elétrico robusto, nós temos abundância de energia, mas temos paradoxalmente uma energia cara, a conta para o consumidor é cara. A nossa energia é barata, o nosso grande desafio é tornar a conta para consumidor barata.

E, para concluir, Senador Veneziano, digo que o fundamental, o importante é esse diálogo entre as diversas matrizes. O setor elétrico é um setor que tem vários segmentos, esses segmentos são complementares e precisam de um diálogo construtivo porque o Brasil é uma grande potência da energia e é invejado. O exemplo brasileiro não tem réplica no resto do mundo. Nos países a gente escuta algumas vezes dizerem: "Ah, mas o exemplo da Alemanha, o exemplo da Dinamarca...". Gente, quem é Dinamarca perto do Brasil? Quem é a Alemanha, em termos territoriais, perto do Brasil? Então, o exemplo brasileiro é muito exitoso. O que nós precisamos é disto, é dessa verdadeira harmonia entre os diversos segmentos que compõem o setor elétrico. Essa frente parlamentar é uma ferramenta importantíssima porque esse é um setor - e não podia ser diferente - extremamente fiscalizado, extremamente regulamentado pelo poder público. E todas essas *nuances*, todas as modificações, todas as modernizações necessárias, melhorias, para acontecer, dependem do regulador, dependem de legislação. E o Congresso é o ambiente efetivo para que elas aconteçam.

Portanto, caro Presidente Veneziano, quero parabenizá-lo por assumir a condução dessa frente parlamentar importante criada na legislatura passada pelo então Senador Jean Paul. Eu me coloco aqui como um soldado da frente. Vamos trabalhar, vamos trabalhar pelo Brasil. O Brasil é realmente um país pujante de energia, e energia é o capital fundamental para o engrandecimento, para o desenvolvimento de qualquer país.

Tivemos guerras, aliás, a grande maioria das guerras que ocorreram no mundo depois da Segunda Guerra Mundial foi por questões energéticas. Não pensamos que a guerra da Ucrânia tenha outra razão de ser; não pensamos que, quando os Estados Unidos, lá atrás, invadiram o Iraque... Energia. Energia é a base do desenvolvimento estratégico de qualquer país. Nós temos isso em abundância e temos que ter a necessária inteligência para utilizá-la para o bem do povo brasileiro.

Parabéns, Senador Veneziano! Parabéns, Deputado Zé Vitor! Parabéns a todos os componentes da frente parlamentar. Vamos trabalhar! Sou aqui um soldado para trabalhar pelo desenvolvimento do Brasil e lutar pelo barateamento do preço da conta para o consumidor.

Muito obrigado, Senador Veneziano! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Nós é que agradecemos. A Presidência se sente lisonjeada também pelo convite aceito por V. Exa. para, como todos nós aqui, indistintamente, colaborar pelo melhor debate.

Eu recebi aqui pedidos de inscrições do querido Deputado Carlos Zarattini, do Senador Carlos Portinho.

Pergunto se há outro ou outra integrante do Parlamento que deseje fazer uso da palavra.

Deputado Carlos Portinho, por gentileza, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - Muito obrigado, Presidente Veneziano. Eu não sei se...



Reunião de: 14/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Desculpe, desculpe!

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - Pois é... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Desculpe.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - Eu estava passando na frente

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Eu próprio anunciei o Deputado Carlos.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - É porque somos dois Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Desculpe. Deputado Carlos Zarattini. Perdão.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpa aqui, Portinho.

Rapidamente aqui, queria cumprimentar o nosso Presidente, Senador Veneziano; queria cumprimentar o Deputado Zé Vitor, e, nas pessoas de vocês, cumprimentar toda a diretoria da frente, cumprimentar também o Senador Jean Paul, que nos deu a honra da sua presença aqui, nesta reinstalação da frente parlamentar.

Como disse o Lafayette, nós somos um país que tem esse privilégio de ter acesso, de ter, em profusão, todas as fontes de energia, mas nós precisamos garantir que essa energia esteja à disposição do povo brasileiro. Não só que a gente não tenha nenhum susto de falta de algum tipo dela, seja elétrica, seja a energia eólica, seja a solar, seja o combustível, mas nós precisamos também que ela seja barata.

Então, esses binômios, energia abundante e energia barata, são o nosso objetivo, são o objetivo de garantir que o povo brasileiro tenha acesso à energia e garantir que a gente tenha as condições de desenvolvimento do país - desenvolvimento industrial, desenvolvimento do comércio e de serviços. Esse que é o objetivo desta frente.

Então, eu queria parabenizá-los e dizer que aqui nós podemos elaborar a contribuição do Congresso Nacional para o desenvolvimento nacional. Então, esta Frente é muito importante. Vamos participar aqui ativamente para que a gente tenha o melhor resultado possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Nós é que agradecemos ao Deputado Carlos Zarattini, com a plena convicção da sua colaboração, como, decerto, sabedores somos do seu histórico neste Parlamento.

Senador Carlos Portinho. Em seguida, Deputado Washington Quaquá.

Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (PL - RJ) - Muito obrigado, Presidente Senador Veneziano.

Quero aqui saudar a todos os Senadores presentes que acompanham também, na pessoa de V. Exa. e de todos os Deputados, nas pessoas dos meus conterrâneos do Rio de Janeiro, meu querido Prefeito e Deputado Federal Washington Quaquá, de uma cidade importante na produção do nosso estado, meu querido Deputado Federal Bandeira de Mello, grande rubro-negro como eu.

Quero aqui fazer um registro e compartilhar com todos, inclusive com aqueles que chegam, todo o nosso esforço aqui no Senado Federal. O Deputado Zé Vitor acompanhou junto com o Senador Jean Paul Prates, que foi o autor do marco legal de geração de energia *offshore* eólica, solar, de corrente e aquelas até que a gente ainda não conheceu, mas conheceremos. E foi um processo - aqui vejo muitos que participaram - de democracia participativa de verdade, ouvindo todo o setor, das pequenas empresas às maiores desse setor energético.

Eu e o Senador Jean Paul viajamos, conhecemos em outros países, descobrimos, vimos e foi revelada a cadeia de fornecedores que envolve toda a produção de energia *offshore*, principalmente da energia eólica. Eu acredito que o Brasil, Senador Veneziano, meu Presidente, será o grande eldorado, como foi no pré-sal antes. Nas nossas costas, nas Regiões Sudeste, Nordeste e Norte, no Rio Grande do Sul, nos seus lagos, há um potencial enorme para isso, que eu prefiro chamar, não de transição energética, mas - acho que foi muito bem colocado pelo Deputado Lafayette - de um *mix* energético, porque a diversidade de fontes que o nosso país possui é invejável no mundo. E a gente tem que ter a inteligência de preparar o arcabouço jurídico legal para que esses investidores cheguem aqui com segurança porque o Brasil será a bola da vez.

E venho, então, depois de compartilhar todo esse processo que levou à aprovação no Senado Federal, no ano passado... Eu disse várias vezes, ao lado do nosso Senador Jean Paul, que isso é um projeto de Estado, não é de governo, porque, ainda antes das eleições, quando o aprovamos a quatro mãos - e há muitas que participaram, mas aqui a quatro mãos -,



Reunião de: 14/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

o Senador Jean Paul unia um Senador do PT e o Líder do Governo Bolsonaro. Então, é um projeto de Estado, não é um projeto de governo em que muda o governo e o troca; é o nosso futuro.

E eu venho aqui, depois de compartilhar o processo de aprovação do projeto, pedir aos meus colegas Deputados e ao nosso Deputado Zé Vitor, que tem a missão de conduzir o projeto agora na Câmara dos Deputados com V. Exa., que a gente possa avançar, porque os investimentos estão prontos para entrar, e a gente não pode perder o passo da história.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - A Mesa agradece penhoradamente a sua participação, estimado, querido e competente Senador Carlos Portinho.

Eu quero, antes de passar a palavra ao Deputado Washington Quaquá, fazer registros aqui das presenças de todas as senhoras e de todos os senhores. Os que integram esta frente se sentem agraciados, porque, afinal de contas, o público acorre por saber a importância de todos os temas que estarão sendo abordados durante esse período discursivo que haveremos de ter frutuosamente pela frente parlamentar.

Eu quero saudar a presença do Sr. Augusto Salomon, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - se eu pronunciei equivocadamente, perdoe-me -; do Sr. Alexandre Alonso Alves, Diretor-Geral da Embrapa Agroenergia - e a todos os integrantes da nossa amada Embrapa as saudações de quem, filho sendo de Campina Grande, sabe muito bem exortar e dimensionar a importância da Embrapa; em minha cidade, é a Embrapa Algodão -; do Sr. Guilherme Silva de Godoi, Diretor do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico; do Sr. Gustavo Mazzilli, Diretor da Secretaria de Planejamento e Transição Energética; do Sr. Gustavo Cotrim, Agente Executivo de Relacionamento da Petrobras; do Sr. João Romeiro, Gerente de Relacionamento com o Poder Público da Petrobras; dos integrantes e representantes da Antaq. Aos da Embrapa já o fiz em menções elogiosas, agradecido que somos em nome deste frente a suas presenças.

Convido o Deputado Washington Quaquá, já nos aproximando dos minutos finais desta primeira reunião, até porque sabedores somos dos compromissos das duas Ordens do Dia, tanto do Senado como da Câmara Federal.

Deputado querido Washington Quaquá, V. Exa. tem a palavra.

O SR. WASHINGTON QUAQUÁ (PT - RJ) - Quero saudar o Senador Veneziano e o Deputado Zé Vitor pela condução desta frente.

Senador Portinho, meus queridos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, quero dizer que esta frente tem uma importância muito grande para o Brasil. Nós somos um país em busca do desenvolvimento. O Brasil é um grande país, transita entre a sétima e a décima economia do mundo.

Como disse o Deputado Lafayette, a guerra da Ucrânia hoje mostra a necessidade de a gente desenvolver, por exemplo, a nossa indústria de fertilizantes, mostra a necessidade de a Petrobras se transformar cada vez mais em uma empresa de energia e em uma empresa de insumos para o desenvolvimento do nosso país. O agronegócio é fonte da riqueza nacional, fonte do acúmulo de recursos para o desenvolvimento nacional, e, por exemplo, a retomada de uma indústria de fertilizantes é fundamental para o desenvolvimento nacional. Então, esta frente precisa pensar para daqui a 30 anos, pensar o desenvolvimento energético, o desenvolvimento nacional. Cada vez mais, o Senador Jean Paul, grande Presidente da Petrobras que vai ser neste Governo que se inicia, não tenho dúvida, saberá conduzir, com a ajuda do Congresso Nacional, para que a gente tenha uma política de recursos naturais e de recursos energéticos do tamanho de que o Brasil precisa.

Então, quero saudar o Presidente, saudar o nosso Vice-Presidente e a todos os Deputados e Deputadas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. MDB - PB) - Deputado Washington Quaquá, acolha da Presidência os cumprimentos pela sua participação e por integrar a frente.

Eu quero registrar aqui a presença do Deputado Bandeira de Mello e saudá-lo pela vitória de ontem, para nós vascaínos um fato a lastimar, mas, enfim, ainda temos jogo pela frente; quero saudar o Presidente, que fez um grandessíssimo trabalho. Eu ousaria... Não estou a ousar, mas há de se reconhecer o seu trabalho enquanto Presidente foi do Flamengo, dando e abrindo oportunidade para que à frente se pudesse colher frutos, o que a nação rubro-negra fez. Minhas saudações!

Saudo o nosso Senador Fernando Farias e cumprimento todos os demais Parlamentares que estiveram entre nós e que tiveram de se ausentar, justificando as suas ausências.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que será composta pelas notas taquigráficas, pela lista de presença e pelo estatuto que nós aprovamos nesta tarde.

As Sras. e os Srs. Senadores e Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Como houve a anuência coletiva e unânime, nós aprovamos esta ata.

8/9



Reunião de: 14/03/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Nada mais havendo a tratar e antes de declarar encerrada a primeira reunião, ao lado do nosso Deputado Zé Vítor, nós apresentaremos, até a próxima semana, uma proposta em que estejam as reuniões que haveremos de ter com regularidade para que, de fato, a frente possa alcançar o seu propósito maior.

Nós temos um rol, um cabedal e - sobre uma dessas matérias foi salientado aqui pelo Senador Carlos Portinho - seria muito importante, não apenas interessante e necessário, que as duas Casas pudessem, Senador Carlos Portinho, através das assessorias parlamentares, permanentemente trocar as informações para que nós possamos ter e dar uma dinâmica, uma celeridade, uma agilidade ao que foi debatido, discutido e aprovado por esta, assim como àquilo que já está também sendo discutido e prestes a ter uma deliberação na Câmara dos Deputados, para que assim nós tenhamos o resultado alcançado, que é de formular, aprovar e pôr em prática as legislações de que esse setor tão amplo e tão rico continua a carecer.

Nós vamos redigir esse cronograma e propô-lo ao conhecimento dos senhores para que tenhamos reuniões regulares - se não semanalmente, mas pelo menos quinzenalmente -, a fim de que o assunto possa ser do dia e produtivamente o Parlamento nacional assim se apresente à sociedade brasileira.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a 1ª Reunião, de 2023, da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, registrando o profundo agradecimento a todos os que aqui que se fizeram presentes. Saúdo também a companhia sempre diligente dos nossos companheiros de trabalho que estarão a nos ladear durante este ano.

Um grande abraço a todos.

Boa tarde!

(Iniciada às 15 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 12 minutos.)





Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

ESTATUTO

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º A Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, criada pela Resolução do Senado Federal nº 19, de 24 de junho de 2021, tem a finalidade de promover debates e iniciativas a respeito de políticas públicas, e outras medidas que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e a geração e o consumo responsável de energia e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º A Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia será composta por parlamentares do Congresso Nacional no exercício do mandato que a ela livremente aderirem.

Art. 3º A Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, com sede e foro em Brasília - DF, tem prazo indeterminado e funcionará nas dependências do Senado Federal.

§ 1º O fim da Legislatura não desativa a Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia que tiverem sido reeleitos dela continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nela ingressar.

Art. 4º A atuação da Frente de Recursos Naturais e Energia dar-se-á por meio de:

I - intercâmbio de experiências parlamentares de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, comercial, e do desenvolvimento sustentável, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, estudos e encontros, de natureza multidisciplinar;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - visitas parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com o objetivo desta Frente Parlamentar.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.





Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES DA FRENTE PARLAMENTAR

Art. 5º A Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia reunir-se-á, no mínimo, uma vez por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I
DOS MEMBROS

Art. 6º A Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia será integrada pelos parlamentares do Congresso Nacional que a ela aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e a mandato diretivo.

§ 1º Ao filiar-se o Parlamentar compromete-se a observar este Estatuto.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se da Frente Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia :

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões da Frente Parlamentar;
- c) participar dos subgrupos e missões da Frente Parlamentar.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia e dos órgãos de que for integrante.





Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS

Art. 8º A Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia terá os seguintes órgãos:

- I - Comissão Executiva;
- II - Conselho Consultivo.

§ 1º A Frente Parlamentar será constituída por Senadores e Deputados, tanto na Comissão Executiva como no Conselho Consultivo, obedecendo, quando for o caso, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros da Frente Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de um ano, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros da Frente Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente da Frente Parlamentar e será composta por:

- a) dois Presidentes de Honra;
- b) um Presidente;
- c) dois Vice-Presidentes, devendo ser de casas distintas, um da Câmara dos Deputados e um do Senado Federal;
- d) nove Vice-Presidentes Temáticos, sendo: (i) um Vice-Presidente da Comissão de Combustíveis e Biocombustíveis; (ii) um Vice-Presidente da Comissão de Fontes Fósseis; (iii) um Vice-Presidente da Comissão de Minerais Energéticos; (iv) um Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura Energética; (v) um Vice-Presidente da Comissão de Fontes Renováveis; (vi) um Vice-Presidente da Comissão de Transição Energética; (vii) um Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Social; (viii) um Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade; (ix) e um Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Tributários.



Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros da Frente Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra serão o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu termo na presidência da respectiva Casa.

§ 4º O Presidente e o Primeiro Vice-Presidente devem ser de casas distintas.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia:

I - organizar o programa de atividades da Frente Parlamentar;

II - noticiar à Frente Parlamentar fatos recentes sobre o tema nela tratado;

III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ou em eventos nacionais ou internacionais;

IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional;

V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;

VII - propor e homologar a admissão de novos membros;

VIII - propor e homologar a alteração do Estatuto;

IX - fixar a competência do Secretário Executivo;

X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;

XI - divulgar os trabalhos da Frente Parlamentar;

XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa a Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, regula e fiscaliza os seus trabalhos.





Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes o Presidente e os dois Vice-Presidentes, a Presidência será exercida pelo Vice-Presidente Temático mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso da Frente Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 4º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

- I - representar a Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia em suas atividades;
- II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões da Frente Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;
- VI - submeter à aprovação da Frente Parlamentar a ata da reunião anterior;
- VII - submeter à discussão matérias de interesse da Frente Parlamentar;
- VIII - dar conhecimento à Frente Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;
- IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;
- X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;
- XI - distribuir aos membros da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia e às Comissões de ambas as Casas Legislativas, todas as informações recebidas sobre matérias pertinentes aos assuntos tratados pela Frente, bem como os trabalhos apresentados pelos seus membros ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;
- XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de ambas as Casas Legislativas, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas no âmbito da Frente;
- XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;
- XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;
- XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;
- XVI - designar o Secretário Executivo;





Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros da Frente Parlamentar, bem como pelas Comissões de ambas as Casas Legislativas.

Art. 13. Os Vice-Presidentes Temáticos serão responsáveis pela condução dos Grupos de Trabalho de suas respectivas áreas tendo como objetivo a promoção de debates e iniciativas a respeito de políticas públicas e de questões regulatórias.

Parágrafo único. Competem às Vice-Presidências trabalhar em cooperação com as Comissões de ambas as Casas Legislativas, bem como com entidades públicas e privadas, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas na Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia.

Art. 14. O Presidente designará o Secretário Executivo da Frente Parlamentar, escolhido dentre pessoas que detenham notório conhecimento administrativo ou sobre o tema tratado pela Frente Parlamentar.

Parágrafo Único: Cabe ao Secretário Executivo superintender os serviços administrativos da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

SEÇÃO IV
DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 15. O Conselho Consultivo será composto por:

- a) um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia;
- b) pelos Presidentes das Comissões Permanentes mais ligadas ao tema da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, de ambas as Casas Parlamentares, e que a ela aderirem.

§ 1º Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo, somente poder de voto.

§ 3º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia qualquer assunto de interesse, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 4º O Conselho Consultivo poderá ser acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro da Frente Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse da Frente.





Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Art. 16. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pela Frente Parlamentar ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, comercial, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas ideias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV
DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 17. As viagens e missões internacionais dos membros da Frente Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Art. 19. No fim de cada gestão, a documentação pertinente à Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia deverá ser repassada para o novo Presidente.

Art. 20. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 14 de março de 2023.



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 22

REQ nº 00132/2023	Mara Gabrilli	RISF Art. 43, I	De 28/03/2023 a 31/03/2023	Licença saúde.
REQ nº 00133/2023	Ana Paula Lobato	RISF Art. 13	28/03/2023	Atividade parlamentar. Participar de reuniões e eventos com grupos de Prefeitos, Vereadores e lideranças do Estado do Maranhão presentes nesta capital federal por ocasião da Marcha Nacional dos Prefeitos.
REQ nº 00135/2023	Eliziane Gama	RISF Art. 13	28/03/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00136/2023	Eliziane Gama	RISF Art. 13	21/03/2023 e 22/03/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00139/2023	Jader Barbalho	RISF Art. 13	07/03/2023	Atividade parlamentar.
	Jader Barbalho	RISF Art. 13	14/03/2023	Atividade parlamentar.
	Jader Barbalho	RISF Art. 13	21/03/2023	Atividade parlamentar.
	Jader Barbalho	RISF Art. 13	28/03/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00140/2023	Carlos Portinho	RISF Art. 13	De 11/04/2023 a 13/04/2023	Atividade parlamentar. Participar do maior Encontro de Criatividade da América Latina - Rio 2C, bem como, do Seminário - O Rio Que Queremos, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro.
REQ nº 00143/2023	Laércio Oliveira	RISF Art. 13	11/04/2023	Atividade parlamentar. Participar da Onshore Week 2023, evento que reunirá agentes públicos e privados dos setores ligados a integração energética, lei do gás, investimento em infraestrutura, entre outros, para apresentar uma visão atualizada acerca desses temas e formatar uma agenda de prioridades para este ano.
REQ nº 00144/2023	Dr. Hiran	RISF Art. 43, I	De 28/03/2023 a 31/03/2023	Licença saúde.
REQ nº 00145/2023	Ciro Nogueira	RISF Art. 43, II	De 10/04/2023 a 14/04/2023	Licença Particular.
REQ nº 00147/2023	Eduardo Braga	RISF Art. 13	22/03/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00148/2023	Nelsinho Trad	RISF Art. 13	11/04/2023 e 12/04/2023	Atividade parlamentar. Participar das Comemorações do Aniversário do Município de Coxim/MS e também da entrega de Título de Cidadão Coxinense.
REQ nº 00149/2023	Carlos Viana	RISF Art. 13	28/03/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00150/2023	Jader Barbalho	RISF Art. 13	22/03/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00151/2023	Flávio Bolsonaro	RISF Art. 13	30/03/2023	Atividade parlamentar.



REQ nº 00153/2023	Teresa Leitão	RISF Art. 13	22/03/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00154/2023	Mecias de Jesus	RISF Art. 13	12/04/2023	Atividade parlamentar. Missão política em Roraima.
REQ nº 00156/2023	Eduardo Braga	RISF Art. 13	12/04/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00157/2023	Styvenson Valentim	RISF Art. 43, I	De 10/04/2023 a 14/04/2023	Licença saúde.
REQ nº 00158/2023	Lucas Barreto	RISF Art. 13	13/04/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00159/2023	Mara Gabrilli	RISF Art. 13	13/04/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00160/2023	Marcos Rogério	RISF Art. 43, I	De 13/04/2023 a 11/06/2023	Licença saúde.
REQ nº 00161/2023	Wellington Fagundes	RISF Art. 13	13/04/2023	Atividade parlamentar.
REQ nº 00162/2023	Renan Calheiros	RISF Art. 13	13/04/2023	Atividade parlamentar.



Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 2

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
REQ nº 00141/2023	Daniella Ribeiro	art. 40, § 1º	De 14/04/2023 a 24/04/2023	Participar do Lide Brazil Conference - London.
REQ nº 00146/2023	Chico Rodrigues	art. 40, § 1º	De 11/04/2023 a 14/04/2023	Diligências externas à Terra Indígena Yanomami em Roraima.



**REQ
00132/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

SF/23269.30253-85 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 28/03/2023 a 31/03/2023, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2023.

**Senadora Mara Gabrilli
(PSD - SP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7626820155>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MEDICA

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SENADOR (A)

NOME: MARA CRISTINA GABRILLI	PARTIDO PSD	ESTADO SP	PRONTUÁRIO
	<input checked="" type="checkbox"/> X HOMOLOGADO <input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO		
TIPO <input checked="" type="checkbox"/> X TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	AFASTAMENTO A PARTIR DE: 28/03/2023 04 (QUATRO) DIAS	SITUAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> X CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO	
BRUNO ANDRADE JESS-CRM/DF 15019 Assinado eletronicamente			
CHARLES ANDRÉ CARVALHO - CRM-DF 17363 Assinado eletronicamente			
ANA PAULA RIBEIRO GOMES SILVEIRA MELLO-CRM/DF 15686 Assinado eletronicamente			

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II

* CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I

DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.

DECISÃO DA MESA

APROVADO

REJEITADO

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4B207AC1005046BE.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



**REQ
00133/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ana Paula Lobato

SF/23881.90128-89 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília - DF, em 28/03/2023, a fim de participar de reuniões e eventos com grupos de Prefeitos, Vereadores e lideranças do Estado do Maranhão presentes nesta capital federal por ocasião da MARCHA NACIONAL dos Prefeitos.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2023.

**Senadora Ana Paula Lobato
(PSB - MA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7728261405>



**REQ
00135/2023**



SENADO FEDERAL

SF/23111.74139-66 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 28/03/2023, a fim de considerar como missão política de interesse parlamentar, minha ausência aos trabalhos da Casa, no dia 28 de março de 2023.

Sala das Reuniões, 5 de abril de 2023.

**Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)
Líder do Bloco Resistência Democrática**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092202623>



**REQ
00136/2023**



SF/23959.59323-81 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 21/03/2023 a 22/03/2023, a fim de considerar como missão política de interesse parlamentar, minha ausência aos trabalhos da Casa, nos dias 21 e 22 de março de 2023.

Sala das Reuniões, 5 de abril de 2023.

**Senadora Eliziane Gama
(PSD - MA)
Líder do Bloco Resistência Democrática**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5423192105>



**REQ
00139/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jader Barbalho

SF/23582.01333-80 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 07/03/2023, em 14/03/2023, em 21/03/2023 e em 28/03/2023.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2023.

**Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3142897811>



**REQ
00140/2023**



SF/23405.85987-91 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 11/04/2023 a 13/04/2023, a fim de participar do maior Encontro de Criatividade da América Latina - Rio 2C, bem como, do Seminário - O Rio Que Queremos, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro .

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2023.

**Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6133381953>



**REQ
00141/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para exercer representação a serviço da Casa, sem ônus para o Senado Federal, em Londres, Inglaterra, de 14/04/2023 a 24/04/2023, a fim de representar o Senado Federal no Brazil Conference.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 14/04/2023 a 24/04/2023.

Sala das Reuniões, de .

**Senadora Daniella Ribeiro
(PSD - PB)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7690817828>



**REQ
00143/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Laércio Oliveira

SF/23590.82908-19 (LexEdit*)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Alagoas, no dia 11/04/2023.

Trata-se da ONSHORE WEEK 2023, evento que reunirá agentes públicos e privados dos setores ligados a integração energética, lei do gás, investimento em infraestrutura, entre outros, para apresentar uma visão atualizada acerca desses temas e formatar uma agenda de prioridades para este ano.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2023.

**Senador Laércio Oliveira
(PP - SE)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8829020102>



**REQ
00144/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

SF/23722.71124-78 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 28/03/2023 a 31/03/2023, conforme laudo de inspeção médica, homologado pelo Serviço de Junta Médica do Senado Federal em anexo.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Dr. Hiran
(PP - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6897327432>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MEDICA

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SENADOR (A)

NOME: HIRAN MANUEL GONÇALVES DA SILVA	PARTIDO PP	ESTADO RR	PRONTUÁRIO
	<input checked="" type="checkbox"/> X HOMOLOGADO <input type="checkbox"/> NÃO HOMOLOGADO		
TIPO <input checked="" type="checkbox"/> X TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	AFASTAMENTO A PARTIR DE: 28/03/2023 (04 DIAS)	SITUAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> X CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO	
BRUNO ANDRADE JESS-CRM/DF 15019 Assinado eletronicamente			
CHARLES ANDRÉ CARVALHO - CRM-DF 17363 Assinado eletronicamente			
HUGO RICARDO VALIM DE CASTRO -CRM/DF 14293 Assinado eletronicamente			

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II

* CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I

DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.

DECISÃO DA MESA

APROVADO **REJEITADO**

PRESIDENTE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

3º Secretário

4º Secretário



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 605B739900508097.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4EA967450051371C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

**REQ
00145/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ciro Nogueira

SF/23694.22906-99 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, de 10/04/2023 a 14/04/2023.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei nos Estados Unidos, consequentemente ausente do País de 09/04/2023 a 16/04/2023.

JUSTIFICAÇÃO

As tratativas naquele país requerem minha presença física.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2023.

**Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)
Senador**



Assinado eletronicamente, por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4828629930>



**REQ
00146/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Chico Rodrigues

SF/23741 60367-03 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para exercer representação a serviço da Casa, sem ônus para o Senado Federal, em Roraima, de 11/04/2023 a 14/04/2023, a fim de dar suporte, na condição de Presidente da CTEYANOMAMI, aos preparativos para recepção dos demais membros da Comissão para o cumprimento de diligências externas à Terra Indígena Yanomami, previstas no Plano de Trabalho.

Sala das Reuniões, de de .

**Senador Chico Rodrigues
(PSB - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Chico Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3017164146>



**REQ
00147/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Braga

SF/23573.94639-25 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 22/03/2023.

Sala das Reuniões, de de .

**Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3002988234>



**REQ
00148/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Nelsinho Trad

SF/23155.78415-13 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 11/04/2023 a 12/04/2023, a fim de **participar das Comemorações do Aniversário do Município de Coxim/MS e também da entrega de Título de Cidadão Coxinense.**

Sala das Reuniões, 11 de abril de 2023.

**Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5401677673>



**REQ
00149/2023**

SF/23106.37850-08 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 28/03/2023, a fim do exercício da atividade parlamentar em Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 11 de abril de 2023.

**Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2693666139>



**REQ
00150/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jader Barbalho

SF/23598.43445-29 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 22/03/2023.

Sala das Reuniões, 11 de abril de 2023.

**Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5685963698>



**REQ
00151/2023**



SENADO FEDERAL

SF/23953.65561-53 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 30/03/2023.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2023.

**Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7764437448>



**REQ
00153/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Teresa Leitão

SF/23536.551113-31 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília - DF, em 22/03/2023.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2023.

**Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8216806034>



**REQ
00154/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/23799.59393-28 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Roraima, em 12/04/2023.

Sala das Reuniões, 12 de abril de 2023.

**Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1569199331>



**REQ
00156/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Braga

SF/23724.58957-90 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 12/04/2023.

Sala das Reuniões, 12 de abril de 2023.

**Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Braga

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2585883617>



**REQ
00157/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Styvenson Valentim

SF/23625.52930-94 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 10/04/2023 a 14/04/2023, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2023.

**Senador Styvenson Valentim
(PODEMOS - RN)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Styvenson Valentim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4499746645>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

SENADOR (A): Eann Styvenson Valentim Mendes		PARTIDO: PODEMOS	ESTADO: RN
<p><u>X HOMOLOGADO</u></p> <p><u>NÃO HOMOLOGADO</u></p>			
TIPO <input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE <input type="checkbox"/> REASSUNÇÃO	AFASTAMENTO A PARTIR DE: 10/04/ 2023 Cinco (05) dias	SITUAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> CONCESSÃO INICIAL <input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO	
<p>HUGO RICARDO VALIM DE CASTRO, CRM-DF 14293 Assinado eletronicamente</p> <p>BRUNO ANDRADE JESS, CRM-DF -15019 Assinado eletronicamente</p> <p>ANA PAULA RIBEIRO GOMES SILVEIRA MELLO, CRM-DF 15686 Assinado eletronicamente</p>			

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II
 CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII
 REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I
 DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.
 ATO DO PRESIDENTE NO 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

<input type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> REJEITADO
PRESIDENTE	
_____ 1º Vice-Presidente 2º Vice-Presidente _____	
_____ 1º Secretário 2º Secretário _____	
_____ 3º Secretário 4º Secretário _____	



**REQ
00158/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lucas Barreto

SF/23712.63913-72 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 13/04/2023.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 2023.

**Senador Lucas Barreto
(PSD - AP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Lucas Barreto

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5178191991>



**REQ
00159/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

SF/23955.65009-00 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 13/04/2023.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 2023.

**Senadora Mara Gabrilli
(PSD - SP)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9770737922>



**REQ
00161/2023**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

SF/23757 94873-54 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 13/04/2023.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 2023.

**Senador Wellington Fagundes
(PL - MT)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2369125478>



REQ
00162/2023



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

SF/23680.93285-07 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Brasília, em 13/04/2023.

JUSTIFICAÇÃO

Não foi possível participar da Sessão Deliberativa, pois estava em compromissos externos.

Sala das Reuniões, 13 de abril de 2023.

**Senador Renan Calheiros
(MDB - AL)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8435037699>



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PL - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
UNIÃO - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

PSDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Orovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
UNIÃO - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PSD - Dr. Samuel Araújo* (S)
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 30	
MDB-10 / UNIÃO-9 / PODEMOS-4 / PDT-3	
PSDB-3 / REDE-1	
Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	PSDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Orivisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	UNIÃO / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	UNIÃO / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28	
PSD-16 / PT-8 / PSB-4	
Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Dr. Samuel Araújo.	PSD / RO
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Bloco Parlamentar Vanguarda - 13	
PL-12 / NOVO-1	
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS - 10	
PP-6 / REPUBLICANOS-4	
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hirani.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS
Bloco Parlamentar Democracia.	
30	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	
28	
Bloco Parlamentar Vanguarda.	
13	
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS.	
10	
TOTAL	
81	



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (PSDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Cunha* (UNIÃO-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (UNIÃO-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Samuel Araújo* (PSD-RO)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PL-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (UNIÃO-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º - VAGO

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB/REDE) - 30 <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,18) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (44) Confúcio Moura (35,43) Giordano (45) Líder do UNIÃO - 9 Efraim Filho (4,18) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Davi Alcolumbre (26) Alan Rick (28) Líder do PODEMOS - 4 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (24) Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14) Líder do PSDB - 3 Izalci Lucas (5) Líder do REDE - 1</p>	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 28 <p>Líder Eliziane Gama - PSD (29) Líder do PSD - 16 Otto Alencar (7) Vice-Líder do PSD Omar Aziz (31) Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,40) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (20)</p>	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13 <p>Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líder Luis Carlos Heinze (30) Líder do PL - 12 Carlos Portinho (22) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (19,25)</p>
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP/REPUBLICANOS) - 10 <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34) Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12) Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (33)</p>	Governo <p>Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (35,43) Daniella Ribeiro (41,42) Jorge Kajuru (8,40) Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Randolfe Rodrigues (36) Weverton (38) Zenaide Maia (39)</p>	Oposição <p>Líder Rogerio Marinho - PL (16) Vice-Líderes Eduardo Girão (19,25) Magno Malta (23) Eduardo Gomes (32)</p>
Minoria <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)</p>	 Maioria <p>Líder Renan Calheiros - MDB (17)</p>	Bancada Feminina <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (41,42)</p>

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).



11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2023-BLVANG).
16. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
17. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
19. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO)
20. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB)
21. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
22. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
23. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
24. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
25. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
26. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
29. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
30. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
31. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
32. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
33. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
34. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
35. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
42. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
43. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
44. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
45. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Finalidade: Acompanhar "in loco" a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Requerimento 34, de 2023

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 15/02/2023

MEMBROS

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)

Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)

Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (5)

Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (7)

Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)

Notas:

1. Em 08.02.2023, os Senadores Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Mecias de Jesus foram designados membros titulares para compor a Comissão (RQS nº 34/2023).
2. Em 09.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular para compor a Comissão (Of. 8/2023-GSEGAMA).
3. Em 15.02.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular para compor a Comissão (RQS nº 66/2023).
4. Em 15.02.2023, foram eleitos os Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama como Presidente e Vice Presidente da comissão. O Senador Dr. Hiran foi designado relator (Of. nº 01/2023 - CTEYanomami).
5. Em 1º.03.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular para compor a Comissão (Of. 11/2023-GSPONTE).
6. Em 1º.03.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular para compor a Comissão (SF/23418.31524-10).
7. Em 1º.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular para compor a Comissão.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Secretárias-Adjuntas:** Camila Moraes Bittar e Erika Leal Mello

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cteyanomami@senado.leg.br



4) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	1. 2. 3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	1. 2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	1.
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (2)	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2,5,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	8. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	9. Senador Weverton (PDT-MA) (2)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (2)	10. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	5. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (7)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	4. Senador Romário (PL-RJ) (1)
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegera o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.



4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,6)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (3)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	6. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	7. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	8.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,9)	1. (1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,9)	2. (5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1,9)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
- Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).



Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2)	5. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2)	6. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	8. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,7)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	9. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)	10. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (3)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (3)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (3)	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (1)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).



7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,6)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)	3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	7.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	3. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1,11)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (12)
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) (1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1,10)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).



6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLID/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 5/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para, no prazo de cento e oitenta dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁷⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁶⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ^(2,5)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).

Secretário(a): Ailton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 13/2023-CMA, do Senador Wellington Fagundes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (3)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. VAGO (3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3. VAGO (2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) (1)	1.
Senador Romário (PL-RJ) (1)	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (5)	3.
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Terças-feiras 12 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3,8)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (3)	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)	5. Senador Beto Faro (PT-PA) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1,11)	2. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,5,11)	3. VAGO (5,10,11)
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).



Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2)	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (2)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (2)	3. VAGO (2,5,6)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,5)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2)	5. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (2)	6. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2)	7. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	9. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4)	2. Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) (4)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)	1. Senador Jaime Bagatoli (PL-RO) (1)
Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagatoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).



Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Beto Faro (PT-PA) (4)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	3. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (1)
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (3)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,5)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. VAGO (1,7)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (1)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**E-mail:** cra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (3)	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	5.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	3.
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (7)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽¹⁾	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
1.	

Notas:

1. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303-4488
E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM).
6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM).
7. Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLID-BLPPREP).
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior
Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 33033519
E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Dr. Samuel Araújo (PSD-RO) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM).
9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	12ª Eleição Geral: 18/09/2019
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	13ª Eleição Geral: 21/03/2023
7ª Eleição Geral: 14/07/2009	

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB, REDE)

Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)

Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.

Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (PP, REPUBLICANOS)

Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



9) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

